

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO: 79 N° 107 2020

ISSN: 0020-3890



EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 49, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 73.

Representante do Brasil na Comissão
Internacional de História Militar

Presidente do IGHMB

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

Diretor e editor da Revista do IGHMB

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Secretário do IGHMB

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

Conselho Editorial

Cel Manoel Cândido Andrade Netto

Cel Antônio Ferreira Sobrinho

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Ten Cel Maristela da Silva Ferreira

Sede no Clube Militar

Av. Rio Branco, 251 – Centro

20.040-009 Rio de Janeiro-RJ

Brasil

ighmb.org.br

ighmb-historiamilitar@hotmail.com

2 – Editorial

5 – Brasil – 130 anos da República e dos Símbolos
Nacionais

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

13 – Reflexões sobre a História Militar: a escola de
pensamento norte-americana segundo Russel
Weigley

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

45 – Marinha Imperial brasileira: da formação à
independência do país

Liara Noschang

75 – A construção discursiva do argumento da
“civilização nos trópicos” na narrativa de guerra
A retirada da Laguna

Ten Cel Maristela da Silva Ferreira

101 – Os pracinhas na tela: a representação da
Segunda Guerra Mundial no cinema brasileiro
de ficção

Daniel Mata Roque

118 – O Depósito de Pessoal da FEB: do *dolce fair
niente* à apoteose em Lisboa

Cel João Rafael Mallorca Natal

130 – Mobilização nacional e a pandemia de
coronavírus

Cel Antônio Celente Videira

137 – Resenha – *Brava gente brasileira: patrulhas da
FEB no front italiano 1944-1945*

Prof. Armando Alexandre dos Santos.

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Os anúncios desta revista são de total responsabilidade dos anunciantes, excluindo qualquer responsabilidade do IGHMB.

Editorial

O ano de 2020 foi marcado por expressivos desafios de caráter global e, no caso de nosso Instituto, particular. A trágica pandemia de Covid-19, surgida na China no último mês de 2019 e que desembarcou no Brasil logo no princípio de 2020, trouxe a morte em escala raramente vista e impôs uma severa quarentena e a adoção de novas dinâmicas sociais e procedimentos sanitários.

No IGHMB não foi deiferente. Atendendo às orientações da Organização Mundial de Saúde e das autoridades sanitárias brasiliaras, as sessões socioculturais e atividades presenciais foram suspensas, com o propósito de resguardar a integridade e a saúde dos associados.

No entanto, apesar dessas restrições, o IGHMB prosseguiu com o projeto de transferência de sua sede da Casa Histórica de

Deodoro para o Clube Militar, com o fim de assegurar melhores condições para o funcionamento da instituição.

Mesmo diante das dificuldades provocadas por um cenário incerto e com resultados ainda indefinidos, o IGHMB deu continuidade à publicação de sua quase octogenária Revista, e tem a honra de lançar seu exemplar nº 107, referente ao ano de 2020.

Como não poderia ser diferente, a revista traz um artigo analisando as possibilidades do Sistema Nacional de Mobilização, coordenado pelo Ministério da Defesa, capaz de apoiar o combate ao Coronavírus, o qual ainda não foi formalmente acionado até o momento da publicação da revista.

No final de 2019, a República brasileira completou 130 anos. Nesse escopo, o presidente do IGHMB elaborou uma pesquisa sobre o processo que conduziu o



Brasil a essa nova modalidade de governo, bem como as estruturas simbólicas agregadas aos Símbolos Nacionais, adotados, em sua maioria, concomitantemente com a proclamação da República.

No campo da teoria da história e historiografia militar, um denso ensaio foi produzido, analisando a escola de pensamento norte-americana de Russel F. Weigley, substanciada no curso *Novas dimensões da história militar*. Apesar de transcorridos quase 50 anos, seus ensinamentos ainda são de extrema valia para a construção do campo de estudo no Brasil, cuja construção enfrenta recorrentes tensões no âmbito da academia.

A Guerra de Independência do Brasil é tema de um estudo que analisa a formação da Marinha Imperial brasileira, inicialmente derivada de portugueses aderentes ao novo país, brasileiros natos e mercenários navais contratados. A atuação da esquadra debutante possibilitou a expulsão do Brasil das tropas portuguesas ainda fiéis a Lisboa.

Duas pesquisas demonstram, de forma cabal, o caráter interdisciplinar da História Militar, interpolando os conhecimentos históricos com a literatura e o cinema. O primeiro analisa a construção discursiva do argumento da “civilização nos trópicos” na narrativa do Visconde de Taunay, durante a Guerra da Tríplice Aliança. De modo análogo, a revista traz um estudo sobre a representação dos pracinhas da FEB no cinema brasileiro de ficção, onde são estudados os filmes *Sangue, amor e neve* e *A Estrada 47*.

No curso das celebrações do 75º aniversário da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial – e também da atuação da FEB – destacamos a organização e a trajetória de uma das mais controversas de suas unidades, o Depósito de Pessoal, o que vem a preencher uma lacuna na historiografia militar brasileira.

Finalmente, ainda mantendo o foco sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, trazemos a resenha da obra *Brava gente brasileira*, que empreende



uma nova abordagem sobre o papel desempenhado pelas unidades combatentes da FEB no conflito.

Entregamos, desta forma, mais um exemplar de nossa tradicional Revista do IGHMB, na certeza de que ela contribuirá para o enriquecimento da cultura militar e da historiografia em nosso país.

Desejamos a todos os confrades, confreiras e leitores uma boa leitura.

O editor.



Brasil - 130 anos da República e dos Símbolos Nacionais

Márcio Tadeu Bettega Bergo ^a

Resumo: No ensejo do 130º aniversário da proclamação da República e da adoção dos símbolos nacionais, o presente estudo o processo histórico-político de formação da República Federativa do Brasil, bem como analisar o componente simbólico agregado com a introdução da bandeira, das armas, do hino e do selo nacionais.

Palavras-chave: Proclamação da República, símbolos nacionais.

Em novembro de 2019, comemorou-se em todo o país os 130 anos da proclamação da República e da adoção dos Símbolos Nacionais, a Bandeira e o Brasão. Oportunidade ímpar para refletirmos sobre o que aconteceu no passado, analisarmos o presente e pensarmos no futuro desta grande nação.

São várias as etapas de nossa existência, desde o descobrimento, pelos portugueses. Passamos por fases como possessão de terra a ser explorada, colônia, território ultramarino, reino unido e, por fim, chegamos a país independente, em 1822. O século XIX foi um período

de estabilização, basicamente o lançamento dos alicerces: manutenção da integridade territorial e política, delimitação das fronteiras, fixação de populações e outras ocorrências. Não sem conflitos, tanto internos como externos, tivemos dois reinados, intercalados por um período regencial. Éramos o Império do Brasil.

Variados problemas vieram à tona, mormente no final do século. O modelo monárquico entrou em crise: a abolição da escravatura e o sentimento republicano foram fatores predominantes, ao lado de questões de natureza econômica. O

^a General de Brigada. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



último gabinete do Império, chefiado pelo Senador do Partido Liberal, Visconde do Ouro Preto, tentou um programa de governo destinado a reduzir o centralismo, tentando dar maiores feições de uma monarquia constitucional. Foi acusado de incentivar o regime republicano.

Algumas forças que davam sustentação a Dom Pedro II apresentavam sinais de descontentamento. A Igreja Católica, alegando interferências do Imperador em decisões eclesiásticas. O Exército, pelas proibições aos manifestos de críticas à monarquia. Os grandes proprietários rurais, insatisfeitos com o fim da escravidão. Os fazendeiros paulistas, que já utilizavam mão de obra de imigrantes, também se posicionaram contrários à monarquia: queriam maior participação política e poder decisório em questões nacionais. A incipiente classe média urbana era desejosa de maior liberdade econômica e poder político.

Assim, se apresentou pronto o cenário para uma mudança no regime. A Proclamação da República aconteceu no dia 15 de novembro

de 1889, como resultado de um levante político-militar. O Marechal Manuel Deodoro da Fonseca foi chamado para liderar o movimento e se tornou responsável pela efetiva declaração. Assumiu, como primeiro Presidente, num governo provisório (1889-1891).

Deodoro, um herói na guerra do Paraguai (1864-1870), era notadamente contrário ao movimento republicano, era um defensor do Império. Afirmara, anteriormente, que, apesar de todos os seus problemas, a Monarquia era o “*único sustentáculo*” do país, e a República seria uma “*verdadeira desgraça*” por não estarem, os brasileiros, preparados para ela. O velho Marechal, bem como parte dos militares que participaram da movimentação pelas ruas do Rio de Janeiro naquele dia, pretendia apenas derrubar o governo do Visconde de Ouro Preto. No entanto, levado ao ato, mesmo doente, agiu por imaginar que, junto a Benjamin Constant, sofreria represálias, inclusive prisão, devido à insurgência dos militares.

A população das camadas



mais humildes não teve participação efetiva nas manifestações. Inclusive, devido à abolição da escravidão, nutria certo sentimento de gratidão e simpatia ao Império.

Desta forma, as classes ativamente participativas da novel República se empenharam em apagar os vestígios da monarquia, erigir heróis republicanos e criar símbolos que identificassem a sociedade brasileira com o novo modelo republicano federalista.

A Maçonaria e o Positivismo também tiveram importantes influências no processo, aliados na formação do novo Estado, principalmente no que tange às leis. A filosofia Positivista ainda se fez muito presente, principalmente, na construção dos símbolos da República.

A nova organização política alterou pouco ou quase nada as

atividades econômicas e sociais, especialmente aquelas que interessavam às camadas mais baixas. Nas mais altas, organizaram-se oligarquias locais, que assumiram a



O Marechal Deodoro da Fonseca proclamou, há 130 anos, a República do Brasil

máquina pública. Este poder, anteriormente concentrado na figura do Imperador, que administrava centralizadamente as deliberações, caiu nas mãos da classe enriquecida, que carecia de decisão política. Ela passou a ge-

renciar projetos locais e nacionais, porém majoritariamente em benefício próprio. Foi o início daquilo que, posteriormente, seria chamado de “Velha República”, basicamente dominada por paulistas e mineiros.

A História, no século XX, nos mostra a evolução do Brasil e os percalços enfrentados.



Em 19 de novembro, quatro dias após a Proclamação da República, foi instituída a Bandeira Nacional. Ela veio substituir um pavilhão provisório, adotado no dia 15, claramente inspirado na flâmula norte-americana, uma cópia, mesmo.

A nova bandeira, projetada por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, com desenho de Décio Vilares, foi inspirada no pavilhão do Império, que acabava de ser extinto! Aquela, por sua vez, projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva, Conselheiro do Império, havia sido adaptação de outra, encomendada por Dom João VI, em 1820, desenhada pelo pintor francês Jean Baptiste Debret, com inspiração nas bandeiras militares francesas. Em 18 de setembro de 1822, por decreto de D. Pedro I, ela se converteu em nosso primeiro símbolo nacional, um losango amarelo em campo verde. Tais cores faziam referências às famílias reais que nos governavam: a Casa de Bragança, verde, e a Casa de Lorena, amarelo. Ao centro, o brasão Imperial.

Na república, mantida aquela base pictórica, as cores passaram a ser associadas não mais a dinastias e, sim, a riquezas naturais: o losango amarelo representando ouro e o retângulo verde, matas e florestas. Ao centro, foi inserida uma esfera celeste em cor azul, cruzada por uma faixa branca, oblíqua, descendente da esquerda para a direita, com os dizeres, em verde, “Ordem e Progresso”. Este lema tem inspiração positivista, baseado na racionalidade e na ciência. “Ordem” significando organização política e social, “Progresso” fazendo referência a desenvolvimento técnico, científico e econômico. É adaptação da frase: “*O Amor por princípio e a Ordem por base. O Progresso por fim*”, escrita pelo principal teórico e representante da corrente, o francês Auguste Comte. Tal adaptação foi feita por Teixeira Mendes, pensando na evolução da sociedade de forma organizada. As estrelas correspondem ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 08:30 horas do dia 15 de novembro de 1889, vistas por observador que se encontrasse fora da



Terra. Elas representam os 26 estados brasileiros (no Império, províncias), mais o Distrito Federal (antigo Município Neutro ou Corte). Sempre que surgir um novo estado, uma nova estrela deve ser acrescentada, bem como uma retirada, em caso de extinção.

Na mesma data, foi ainda estabelecido o Brasão da República, também conhecido como Brasão de Armas do Brasil. Desenhado pelo engenheiro Artur Zauer, por encomenda do primeiro presidente da República, é um escudo circular azul-celeste, com a constelação do Cruzeiro do Sul ao centro e, na borda, 27 estrelas prateadas, que representam os 26 estados, mais o Distrito Federal. Ele é apoiado numa estrela de cinco pontas, sobre uma espada em riste, esta representando as Forças Armadas. Ao seu redor, uma coroa formada por um

ramo de tabaco florido, à esquerda do escudo, e outro, de café frutificado, à direita, referências aos principais produtos de exportação no final do século XIX e início do XX. Tudo sobre um resplendor de ouro. Abaixo, sobre o punho da espada, em fita, a inscrição “República Federativa do Brasil” e a data



As Armas Nacionais, instituídas em 19 de novembro de 1889.

“15 de novembro de 1889”. Lembrando que o dístico foi atualizado, visto que o primeiro nome do País, no advento da República, era “Estados Unidos do Brasil”. Também a quantidade de

estrelas foi alterada, sempre correspondendo ao número de Estados federados.

Assim, naquele 19 de novembro, há 130 anos, a bandeira e o brasão nacional foram instituídos, visando a representar a República nascente e a simbolizar a nação



brasileira.

Posteriormente, em 1º de setembro de 1971, a Lei nº 5.700 normatizou os símbolos, atualizando-os e oficializando mais dois: o Selo Nacional e o Hino Nacional Brasileiro.

O primeiro cumpre função administrativa, é utilizado para autenticar documentos oficiais e atos do governo. É também usado para chancelar diplomas e certificados emitidos por instituições de ensino reconhecidas. É constituído por uma esfera com as estrelas (semelhante à da bandeira), apresentando a inscrição “República Federativa do Brasil” no entorno do círculo.

A melodia do Hino Nacional foi composta pelo maestro Francisco Manuel da Silva (1795-1865), provavelmente em 1831, pouco tempo após a Independência do Brasil. Ela somente foi adotada como hino em 20 de janeiro de 1890, pelo Decreto nº 171. Recebeu letra por ocasião das comemorações pelo primeiro centenário da Independência, uma obra, escrita em 1909, do poeta

Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927). É uma canção que simboliza os valores marcantes da nacionalidade e o sentimento de amor à Pátria.

Os símbolos são manifestações gráficas (bandeira, armas e selo), visuais, e impulso musical (hino), auditivo. Eles têm elevada importância histórica, pois a difundem, desempenham o papel de transmissão de sentimentos de união nacional, emulam valores cívicos e patrióticos, transmitem o sentimento de união nacional e mostram a soberania do país.

A bandeira é o mais significativo deles: tremula nos edifícios públicos, nos quartéis, nas embaixadas, em praças, nas fronteiras, em residências, fábricas, estádios e outros locais relevantes ou magnos, demarcando onde é Brasil; é ostentada nos uniformes militares; reluz, nas fuselagens de nossas aeronaves e balança nos mastros dos nossos navios; celebra atletas vencedores em competições; identifica produtos brasileiros vendidos no exterior; presta derradeiras honras fúnebres a pessoas que marcaram a vida



nacional. Ela personifica o País e sua gente. Os demais símbolos lhe seguem, nesta representatividade, em ocasiões e locais específicos.

Em suma, eles representam o Brasil dentro e fora do território nacional, traduzem a nação brasileira e o espírito de seu povo, nele inculcando o orgulho em fazer parte de uma nação tão grande. Encarnam honra e dignidade.

Além dos símbolos pátrios oficiais existem, complementando, outros, secundários, que, de alguma forma, também representa o País. São eles: a flor nacional, do ipê amarelo; a árvore nacional, pau-brasil; e a ave nacional, o sabiá-laranjeira.

O dia 18 de setembro é considerado o Dia dos Símbolos Nacionais, evocando a adoção da primeira bandeira, em 1822. O Hino Nacional Brasileiro tem ainda o dia 13 de abril para sua comemoração, referência a uma manifestação que ocorreu nesta data, em 1831, quando o ex-imperador D. Pedro I embarcava para Portugal.

Assim, ressaltamos, nesta ocasião, estes importantíssimos fatores

em nossa História e em nossa existência como nação. Olhando ao passado, entendemos o presente e nos preparamos para o futuro.

O Brasil tem um destino de grandeza a cumprir e não pode se furtar a ele. Não temos o direito de nos contentar em ser periferia, temos que ser um país grande, coeso, próspero e feliz!

Estamos, aos poucos, despertando para um destino, criando uma base conceitual própria de planejamento e nos estruturando para formular e aplicar estratégias que conduzam nosso País ao seu futuro de grandeza. É um longo caminho, os primeiros passos aconteceram e seguem, porém com muitos obstáculos adiante. O objetivo maior somente será atingido quando gerações de brasileiros se sucederem recebendo amplos investimentos em educação e com o cultivo de sadios valores de patriotismo e nacionalidade.

Um Estado soberano não é somente aquele que detenha a capacidade de definir seus rumos ou que detenha maior poder econômico. O conceito de soberania inclui



a capacidade de defesa de seus interesses e, também e sobretudo, a responsabilidade pelos seus atos - ou pela ausência deles. Um Estado, em não sendo capaz de proporcionar satisfação aos anseios de seu povo, com certeza dará margem ao aparecimento de ilícitos de toda natureza, o que pode ser motivo de turbulências, de desagregação ou até de intervenção por outros Estados, realmente soberanos e mais poderosos. E se for incapaz de usar racionalmente suas riquezas em prol do bem-estar de seu povo, ou mesmo de defendê-las, poderá tê-las cobiçadas e ameaçadas por terceiros.

O futuro é como um fruto que, para nos alimentar daqui a algum tempo, precisa ser semeado hoje e cuidado todos os dias, até sua maturação, e, selecionando as melhores sementes, seguidamente replantado e cuidado, num processo contínuo. Temos que nos preparar, hoje! A milenar sabedoria chinesa, assim recomenda: *“Deve-se cavar o poço d’água antes de se sentir sede”*.

Reflexões sobre a História Militar: a escola de pensamento norte-americana segundo Russel Weigley

Carlos Roberto Carvalho Daróz ^a

Resumo: O estudo da História Militar enfrentou, ao longo do tempo, diferentes variáveis que impactaram na conceituação, metodologia e até mesmo na compreensão do campo. Nos Estados Unidos da América, no quadro do pós-Segunda Guerra Mundial, verificou-se um fenômeno inusitado, no qual o interesse pelo estudo e pesquisa da História Militar aumentou entre os acadêmicos civis enquanto diminuía entre os militares. Atenta a essa questão, a Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA organizou, em 1972, o curso denominado *Novas Dimensões da História Militar*, ministrado sob a forma de palestras e conferências, com a participação de renomados historiadores acadêmicos. O presente ensaio tem por objetivo analisar os ensinamentos auferidos no curso, que foi organizado como antologia pelo professor Russell F. Weigley, da Universidade de Temple, em uma coletânea homônima.

Palavras-chave: Historiografia Militar, teoria da História Militar, pensamento militar.

PALAVRAS INICIAIS

O que é a História Militar?

O mesmo questionamento com o qual militares e historiadores se deparam no Brasil nas déca-

das iniciais do século XXI já era tema de discussão e preocupação no Exército dos Estados Unidos da América (EUA) durante os anos 70 do século passado.

Após o término da Segunda

^a Coronel de Artilharia. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Guerra Mundial, verificou-se nos EUA que, enquanto crescia o interesse pelo estudo da História Militar no meio acadêmico, nas escolas militares o assunto era relegado a um plano cada vez mais secundário. Além disso, não havia um juízo comum a respeito do valor da História Militar e das abordagens a serem adotadas. Outro fator controverso, que tem suscitado discussões acaloradas até os dias atuais, consiste no papel das forças armadas e na complexa relação entre o poder militar e o poder civil.

Com o intuito de lançar luzes que possam contribuir para esclarecer esses temas e neles introduzir seus oficiais-alunos, a Escola Superior de Guerra do Exército dos EUA organizou, em 1972, o curso denominado *Novas Dimensões da História Militar*. Este curso, ministrado sob a forma de palestras e conferências, teve a participação de renomados historiadores acadêmicos, os quais apresentaram uma visão dos novos rumos da pesquisa em História Militar no país, caracterizada por uma perspectiva científica de maior abrangência.

O presente ensaio tem como propósito analisar os ensinamentos do curso, que foi organizado como antologia pelo professor Russell Weigley, da Universidade de Temple, em uma coletânea homônima, e propor, de modo análogo, uma ampliação do diálogo epistemológico entre as instituições militares e a academia no Brasil.

HISTÓRIA MILITAR – O PUNTO DE VISTA DE UM HISTORIADOR CLÁSSICO¹

História e História Militar. Desde que a História passou a ser compreendida como ciência, em meados do século XIX, essa relação tem sido questionada e vem sendo marcada por significativas contradições. Apesar de ser a mais antiga forma de História, só recentemente a História Militar conquistou respeitabilidade e relevância no meio acadêmico. As guerras da Antiguidade Clássica eram um tema bastante popular para o historiador. As obras de Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Políbio, Plutarco e Tito Lívio, dentre outros, reve-



lam o valor da História Militar na cultura Antiga.²

Todavia, apesar da avançada idade dos registros militares, foi somente em meados do século XX que a História Militar galgou uma posição definitiva nas faculdades e universidades norte-americanas.

Outro paradoxo que envolve a História Militar foi o crescente interesse dos civis, enquanto decrescia o estudo nas escolas militares norte-americanas, particularmente nas duas décadas após o encerramento da Segunda Guerra Mundial. Tal comportamento acabou provocando uma cisão e uma crítica do meio acadêmico ao estudo da História Militar. Os historiadores academicistas relegaram a História Militar a um plano secundário, considerando, mais importante, o estudo das histórias política ou diplomática. Além disso, sempre pairou entre os historiadores acadêmicos a desconfiança de que a História Militar consistia, na verdade, na valorização do “militarismo”.³

Por outro lado, os militares procuraram excluir da produção do

conhecimento da História Militar os historiadores profissionais. Tal diferença de entendimento gerou um verdadeiro fosso de separação entre os militares e os acadêmicos, e prejudicou, sobremaneira, o estudo do campo da História Militar.

Ao longo do tempo, o estudo da História Militar sempre oscilou entre duas correntes principais, ora pendendo para uma, ora para outra. Uma delas, de caráter eminentemente pragmático, aponta para o ensino prático militar, no qual o estudo da História deve obter como resultado lições e ensinamentos para emprego em guerras do presente e do futuro. A contrapartida a essa visão conduz a História Militar a um sentido mais amplo, relacionando a guerra com as relações de poder envolvendo a política e as necessidades do Estado. Dessa segunda corrente surgiu o conceito de História Militar como subdivisão da História Política, tendo Maquiavel como o primeiro a delimitá-la dentro deste formato.⁴

A partir do período renascentista, na medida em que os anos passaram e com o desenvolvimento



das diversas guerras, a História Militar tornou-se área de domínio quase que exclusivamente dos militares. Os mais relevantes autores militares do final do século XVIII e do início do XIX – marechal de Saxe, Guilbert, William Lloyd e Jomini – revelam quão tênue era a diferença entre História Militar e teoria militar.⁵ Para boa parte deles, a História Militar deveria, portanto, possuir caráter essencialmente pragmático e produzir ensinamentos práticos para o aperfeiçoamento da doutrina militar.

O general britânico John Mitchell, cerca de vinte anos após a vitória sobre os franceses em Waterloo, definiu com bastante clareza o pensamento da época ao escrever que a História Militar deveria proporcionar lições práticas, pois, de outra forma, seria “inútil e sem proveito”.⁶

O estudo da História Militar orientado por essa visão excessivamente pragmática conduziu a equívocos desconcertantes que, ao invés de nortear a modificação da doutrina militar, muitas vezes serviram para desorientá-la. Tais

incongruências foram provocadas por diversos fatores, como a simplificação, a superficialidade, a dependência do historiador (militar, ligado a um estamento militar) do pensamento político e militar da época e a interpretação equivocada de campanhas e batalhas passadas. O pragmatismo no estudo da História Militar perdurou até meados do século XX, quando passou a ser flexibilizado e atraiu o interesse do meio acadêmico, que não poderia ficar alheio ao estudo dos conflitos.

Outro fator crítico diz respeito à produção de uma história oficial. Quando convocados a redigir a história de determinada campanha na qual esteja envolvido um exército, diversos autores abusaram da história, distorcendo-a e omitindo fatos, particularmente os negativos que possam diminuir os feitos de suas forças. O general James E. Edmonds, autor da história oficial britânica na Primeira Guerra Mundial, exemplifica a complexidade de fatores que podem influir no resultado desta modalidade de pesquisa histórica: “Não se pode contar a verdade – a lealdade ao velho



exército se contrapõe”.⁷ Posteriormente, o general Edmonds admitiu que, nos volumes finais de sua obra, delegou a outros o trabalho de redigir o corpo dos textos enquanto ele, em seu trabalho de compilação, preocupava-se para que a narrativa estivesse alinhada com o pensamento do alto comando britânico da época.

Tanto os equívocos da história pragmática quanto as distorções da história oficial possuem aspectos semelhantes. A História Militar está sujeita a pressões que não envolvem com frequência outros ramos da História. O teórico de guerra, ávido por encontrar soluções para problemas atuais, procura apoio em campanhas passadas e, para validar suas teorias, muitas vezes abordam a história de uma forma equivocada. Por sua vez o soldado que escreve sobre seu próprio exército geralmente está preso a uma série de valores e fatores que o impedem de chegar o mais próximo possível da verdade histórica, tais como lealdade, reputações a proteger e subordinação ao estamento militar vigente.

O general Sir Ian Hamilton define bem o afastamento da verdade histórica motivado por interesses ligados ao estamento militar:

No próprio dia da batalha, as verdades podem ser pinçadas em toda a sua nudez, perguntando apenas; porém, na manhã seguinte, elas já terão começado a trajar seus uniformes.⁸

Outros fatores, além dos abordados anteriormente, tornam difícil o estudo da História Militar. Trata-se de assunto novo, questão na época assinalado por Weigley e atualmente no Brasil, que tem sido abordado, com frequência, sob uma ótica preconceituosa e por historiadores imaturos. Muitos historiadores civis se ressentem da falta de conhecimento ou experiência em operações, armamento, táticas e, até mesmo, do pensamento militar. No entanto, o estudo da História Militar assume maior importância a cada dia, na medida em que boa parte dos problemas da sociedade passam pelo campo militar do poder.



A História Militar pode ser uma extraordinária fonte de conhecimento, mas pode sofrer abusos. Seu estudo necessita, para ser produtivo e bem sucedido, de historiadores motivados e capazes de separar o joio do trigo.

FORÇAS ARMADAS E SOCIEDADE: ALGUMAS HIPÓTESES⁹

O relacionamento histórico entre forças armadas e sociedade é um tema amplo e controverso, no qual qualquer tentativa de simplificação pode conduzir a um entendimento errôneo ou incompleto. Os pontos de vista de ambas, muitas vezes diversos, têm suscitado diversas questões de debate. Nesse intercâmbio entre história e política, o general George S. Patton, referiu-se a Napoleão: “Para ser um militar bem sucedido, é preciso conhecer história”. Também citando Políbio: “A história é a educação mais autêntica [...] para a ação política”, dá uma boa dimensão ao problema.¹⁰

Na abordagem desta delicada relação, Theodore Ropp destaca algumas ideias que serão detalhadas a seguir.¹¹ A primeira diz respeito à amplitude temporal e espacial da relação entre as Forças Armadas e a sociedade. Quando os fatos históricos e as relações ocorrem em áreas geográficas muito extensas ou abrangem longo período de tempo, qualquer tentativa de classificação histórica ou de estabelecimento de um modelo torna-se particularmente vulnerável.

Roma é um caso típico da variante de relações. Ao longo de sua trajetória, abrangendo período e extensão geográfica igualmente dilatados, Roma passou de um amplo sistema de conscrição para um exército profissional com efetivo mais limitado.

As guerras cada vez mais distantes, as revoltas de escravos e a inquietude nas cidades, levaram Gaius Marius a empreender a profissionalização formal do exército romano em 105 a.C. Essa profissionalização, no entanto, trouxe a reboque a redução do exército e sua influência na sociedade.¹²



Durante a Segunda Guerra Púnica, Roma reuniu um exército de 750 mil homens em uma população de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes. Já durante o período do imperador Constantino, o exército romano possuía efetivo de 200 mil homens diante de uma população de 70 milhões em todo o império.¹³

Como consequência dessa redução, a representatividade das forças armadas na sociedade romana diminuiu sobremaneira se considerado o período anterior quando o próprio exército representava a grandeza e o poderio de Roma.

Passado o Império Romano, o início da Idade Média encontrou um sistema militar baseado em economias agrícolas. Nessa concepção, os senhores feudais começaram a fortificar suas cidades para garantir a defesa da sociedade e constituíram exércitos locais com considerável grau de coesão e subordinação militar ao senhor feudal.¹⁴

A conquista da Inglaterra pelos Normandos, em 1066, tipifica o ordenamento militar da época.

Ambos exércitos – de Guilherme da Normandia e do rei Haroldo da Inglaterra – demonstraram significativa coesão e subordinação militar.¹⁵

Posteriormente surge a cavalaria pesada medieval, constituída, em essência, por nobres com códigos próprios de conduta e levando o serviço militar a um monopólio da nobreza. A cavalaria, contudo, entra em declínio em razão da evolução dos armamentos que tiveram ampliados seu alcance e letalidade, em especial as armas de fogo que tiveram sua estreia na Europa na Batalha de Crécy (1346), durante a Guerra dos Cem Anos.¹⁶

Com as grandes epidemias ocorridas durante o século XIV, aumentou a demanda de mão de obra e de mecanismos que a poupassem. Nesse período, chegaram à Europa Ocidental novas invenções e costumes, procedentes dos islâmicos, mongóis e chineses, que propiciaram a muitos monarcas restituírem a prosperidade às suas cidades fortificadas. Esta prosperidade permitiu a contratação de mercenários permanentes para



constituírem seus exércitos, medida que encontrava apoio e consenso na sociedade, particularmente entre os religiosos, artesãos e comerciantes.

Os exemplos de Roma e dos sistemas militares medievais deixam claro que, quando abrange grande período histórico e vastas e diversificadas áreas geográficas, a relação entre o soldado e a sociedade não pode, com efeito, ser generalizada ou submetida a um modelo determinado.

Ropp destaca¹⁷, como segundo fator, que influencia na relação entre as forças armadas e a sociedade, a tecnologia. Muito embora o desenvolvimento tecnológico tenha influenciado o desenvolvimento dos exércitos e a conduta das campanhas militares desde a Antiguidade, foi somente durante o século XX que a tecnologia passou a ser considerada uma variável militar de primeira grandeza. Já nos primeiros conflitos mundiais que marcaram a abertura do século XX, a negligência e a falta de compreensão do papel tecnológico no campo de batalha trouxe refle-

xos diretos aos comandantes militares e à sociedade.

Em 1914 as nações da Europa percebiam e se preparavam para uma guerra entre as grandes potências. Os chefes políticos e militares foram duramente criticados por não proporcionarem as vitórias prometidas ao estilo napoleônico. A tecnologia militar empregada no conflito, na verdade, levou as potências em luta a mergulharem na lenta carnificina das trincheiras e impediu qualquer possibilidade de uma vitória rápida.

Um dos chefes cuja incompreensão do fator tecnológico trouxe reflexos diretos na relação do exército com a sociedade foi o general Douglas Haig, nomeado comandante da Força Expedicionária Britânica em 1915. Preso a um sistema obsoleto no qual os chefes de mais alto nível não se envolveram pessoalmente no planejamento e na condução das ações, Haig não conseguiu antever a inviabilidade de lançar uma ofensiva direta contra os alemães em 1917.

Ao invés de participar dos planejamentos e pormenores da



operação, empenhou seu tempo em contatos políticos e visitas de alto nível. O resultado da incompreensão do fator tecnológico e das novas armas e táticas foi o inútil sacrifício de milhares de soldados britânicos, canadenses e australianos, sem que fosse obtida qualquer vantagem estratégica. A atitude de Haig, assim como de muitos outros comandantes militares do período, foi duramente criticada e taxada de egocêntrica e incompetente. É natural que tal postura trouxesse reflexos diretos no relacionamento com a sociedade.¹⁸

Cada uma das sociedades envolvidas reagiu distintamente ao novo conceito de guerra tecnológica. Embora todos tenham demonstrado elevado grau de coesão social, somente a Grã-Bretanha adotou o sistema de conscrição. O Canadá francês mostrou sua coesão votando contra a “conscrição para uma guerra britânica” e os australianos votaram a seu favor para que seu espírito voluntário não fosse desintegrado.

Desde que os EUA declararam sua independência, suas forças

armadas passaram por muitas transformações. Estruturada desde sua Guerra de Independência em milícias locais, logo o Congresso verificou a necessidade de recrutar uma força militar permanente, de caráter profissional, apoiada por tropas auxiliares bem treinadas. Tal situação perdurou até a Guerra Civil, na segunda metade do século XIX, quando ambos os contendores – União e Confederação – utilizaram a conscrição em larga escala para mobilizar seus exércitos. Após o término deste conflito, as Forças Armadas norte-americanas foram drasticamente diminuídas, chegando a possuir, em 1890, apenas 4.000 oficiais em serviço ativo.

Em contraposição à conscrição, o termo “militarismo” surgiu pejorativamente relacionado com os prussianos no século XIX e foi associado pelos americanos e britânicos aos grandes exércitos e conscritos das nações da Europa no princípio do século XX.¹⁹ O conceito de conscrição geral chocava-se frontalmente com o pensamento cientificista reinante nos EUA e Inglaterra, traduzido em seu viés



pacifista. A eclosão da Primeira Guerra Mundial, contudo, forçou os EUA a intervirem e enviarem tropas para combaterem em solo europeu. A partir daí, segundo Morris Janowitz, os EUA tornaram-se “militaristas de reação”.²⁰ Segundo este conceito, os EUA foram obrigados a adotar uma postura militarista não por opção, mas para enfrentar as ameaças internacionais e para atender aos anseios da sociedade norte-americana.

Theodore Ropp formula uma questão e levanta algumas hipóteses sobre o papel das Forças Armadas norte-americanas no seio de sua sociedade.²¹ Será que o desenvolvimento das Forças Armadas dos EUA, como um importante aspecto da sociedade e cultura norte-americana, sugere a possibilidade de sua alienação para o futuro?

A primeira hipótese é de que os EUA estão inseridos em um mundo no qual muitos povos não os aceitam e tornam-se, por isso, ameaças em potencial. Neste caso, o “pacifismo de reação” é mais perigoso do que um militarismo

consciente, justificando um forte aparato militar.

Outra hipótese diz respeito ao desenvolvimento da economia norte-americana por intermédio da indústria de defesa, com geração de empregos e fortalecimento localizado particularmente no eixo Nova York–Washington. Alguns setores civis, ainda que não essencialmente pacifistas, especialmente os localizados fora deste eixo – posicionam-se contra o desenvolvimento da indústria bélica. Surge a questão: Será que se a distribuição de recursos, empregos e indústrias por todo o território nacional atenuaria esta pressão da sociedade?²²

Uma terceira hipótese aponta para um temor exagerado após as duas Grandes Guerras da primeira metade do século XX, levando os EUA a disporem de bases e efetivos militares espalhados pelos quatro cantos da Terra. O temor das ameaças, ainda que exageradas, levaria a sociedade norte-americana a justificar a existência de tão grande aparato militar.²³

Como hipótese final para a possível alienação da sociedade



dos EUA para com suas forças armadas, Theodore Ropp destaca o poderio destrutivo ilimitado das armas nucleares, as quais, se utilizadas, provocarão igual dano aos civis do país atacante e do país defensor. A desconfiança da sociedade respalda-se no fato de que sua própria segurança produziria a insegurança.²⁴

Uma guerra sem vencedores.

EVOLUÇÃO CULTURAL, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A CONDUÇÃO DA GUERRA NO SÉCULO XVII²⁵

A administração da violência e o controle dos efeitos da guerra são temas de preocupação bastante atuais, particularmente colocados em discussão após o sofrimento da humanidade provocado pelas guerras totais na primeira metade do século XX.

Ao longo da História das civilizações, a guerra esteve sempre presente, contudo, constata-se uma escalada cíclica, com alguns períodos de maior intensificação dos

conflitos e outros onde a atividade bélica é reduzida. Seria possível determinar a dinâmica da escalada da guerra? Alguns fatores sociais, econômicos, políticos ou culturais em determinado lugar e época poderiam reduzir os níveis de um conflito?

A análise dos conflitos do século XVII permite estudar o fenômeno da escalada – tipificado pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) – e o subsequente caminho para a guerra limitada no século XVIII.²⁶

Após 1648, um conjunto de valores surgiu no povo europeu, culminando com a redução das diferenças ideológicas e religiosas que havia dividido a Europa. Tal sentimento coletivo possibilitou o reestabelecimento da Comunidade Europeia e a conscientização das sociedades. Gibbons chega a comparar a Europa desta época a “uma grande república, cujos habitantes tiveram acesso, praticamente, aos mesmos níveis de polidez e cultura.”²⁷ A Europa passa a viver uma situação de equilíbrio.



No princípio do século XVII a tecnologia já estava consideravelmente desenvolvida para alimentar as necessidades militares. Diferentes instrumentos, como o torno, a máquina de furar, o calibre e o martelo mecânico, eram utilizados na produção de armamento. A metalurgia, embora rudimentar, possibilitava o trabalho com ferro e o bronze e produzia armas portáteis e peças de artilharia confiáveis. O moinho de vento, a roda d'água e o cabrestante auxiliavam o homem no trabalho mais pesado.²⁸

Diante da necessidade de assegurar o abastecimento de seus exércitos, os soberanos europeus exerciam o monopólio sobre a fabricação de pólvora, armamento leve e peças de artilharia. No início da segunda metade do século XVII uma série de avanços tecnológicos haviam sido introduzidos nas forças militares europeias, como o mosquete de pederneira, artilharia leve de campanha e de sítio, a padronização dos calibres, a introdução dos cartuchos e das baionetas de anel. Todavia, entre 1690

e 1790 a tecnologia dos armamentos evoluiu muito pouco.

Uma das mais significativas transformações, no entanto, ocorreu na organização e nas táticas da infantaria. O terço espanhol, unidade grande e lenta para manobrar, foi substituído pelo batalhão sueco e, posteriormente, pelo regimento francês.²⁹ As mudanças resultaram em maior flexibilidade e capacidade de manobra para a infantaria. Além disso, aumentou-se a proporção entre artilharia e tropas de infantaria. A nova organização, por sua vez, elaborou o emprego tático da infantaria de forma diferenciada, com o desenvolvimento da linha de tiro e dos disparos em salva. O treinamento das tropas para executar as novas táticas consumia diversos meses, fator que motivou a maior valorização do soldado.

O desenvolvimento tecnológico e as reformas estruturais cresceram significativamente ao longo dos séculos XVII e XVIII. Em 1700, os exércitos eram mais numerosos e treinados do que em 1648, ano em que terminou a Guer-



ra dos Trinta Anos. O exército moderno também impactou a sociedade, constituindo-se em alento para a velha nobreza que viu o declínio da cavalaria medieval em decorrência da pólvora e da arma de fogo, e teve seu prestígio diminuído pelo rei absoluto. Os nobres encontraram no exército uma colocação a altura de suas aspirações, servindo como oficiais a serviço do Rei.

A nova modalidade de guerra apresentava-se sistematizada e organizada e tornou-se científica. As fortificações geométricas construídas por Vauban representaram verdadeira revolução na guerra de sítio, reduzindo a quantidade de baixas tanto entre os atacantes quanto entre os defensores. As linhas dos fortes Vauban caracterizavam, na arte da engenharia militar, a simetria e a sistematização, valores tão caros ao homem do século XVIII influenciado pelo Iluminismo.³⁰ O mundo de então passou a ser compreendido mais pela razão e menos pela fé. Nesse entendimento o homem passou a

empreender tentativas de limitar a amplitude da guerra.³¹

Em fins do século XVII, os exércitos europeus eram permanentes e bem regulamentados, recebiam seu material e armamento padronizados e eram submetidos a um controle administrativo central. Na tentativa de limitar a Guerra destaca-se, ainda, a elaboração de uma “Lei das Nações”. Durante o século XVII, embora os juristas não tenham conseguido estabelecer uma lei superior à soberania dos estados, obtiveram uma comunhão de interesses para regulamentar a guerra, na qual prevaleceu a moderação.³²

A nova unidade de pensamento e o reestabelecimento da comunidade europeia, contudo, não eram eternas. Os homens da metade do século XVIII estavam repletos da esperança e autoconfiança de que a comunidade não tivesse fim. Porém, a Revolução Francesa mudaria todo esse quadro e traria, em seu bojo, novamente a guerra ilimitada.



A POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL FRANCESA DE 1871 A 1939³³

Uma Política de Segurança Nacional extrapola as considerações unicamente militares, abrangendo aspectos políticos, econômicos e sociais. Da mesma forma, a História Militar caminha em paralelo, indo além da tática e da estratégia, englobando um campo maior da atividade humana.

A Política de Segurança Nacional francesa de meados do século XIX até a eclosão da Segunda Guerra Mundial estava alicerçada na existência de um “inimigo natural” – a Alemanha. Após a derrota na Guerra Franco-Prussiana, em 1871, os franceses tomaram consciência da ameaça que a Alemanha representava junto a sua fronteira oriental, face seu poderio militar e sua sólida capacidade industrial.³⁴

Conscientes de que sua capacidade bélica fora largamente superada pelo sistema militar prussiano, os franceses verificaram a necessidade de produzir uma ampla reforma em suas forças armadas.³⁵

Em 1872, apenas um ano após o término das hostilidades, foi implementado um programa de modernização que visava a adequar o exército francês, na medida do possível, ao bem sucedido modelo prussiano. Uma das medidas mais significativas foi a adoção do serviço militar obrigatório, revitalizando a tradição de cidadão-soldado criada com a Revolução Francesa.³⁶ A conscrição encontrou apoio nos teóricos da guerra que sustentavam que os próximos conflitos seriam do tipo guerra de massa.

Com a reforma, o exército francês recuperou o prestígio perdido após a derrota de Napoleão. Os filhos dos nobres, afastados dos quadros do exército desde então, voltaram a integrar o oficialato. Atenção especial foi dedicada ao ensino, com a criação de novas escolas militares e a remodelação das já existentes. Foi criado um estado-maior com a finalidade de realizar o planejamento estratégico baseado na mobilização e no emprego da malha ferroviária francesa para os deslocamentos militares.



A Política de Segurança Nacional da França passou a ser orientada visando a enfrentar a guerra total, com base em um exército imenso de conscritos. O sistema de conscrição, porém, foi motivo de desavença entre as correntes políticas francesas. Embora houvesse entendimento geral sobre a necessidade da adoção do serviço militar obrigatório, os conservadores defendiam um tempo maior de serviço com o argumento de que o exército estaria mais preparado para a nova modalidade de guerra; os liberais, por outro lado, eram favoráveis à flexibilização da conscrição com períodos mais curtos de serviço militar alegando que o cidadão-soldado era dotado de virtudes que haviam faltado aos soldados profissionais na Guerra de 1870.

Outro alicerce da Política de Segurança Nacional era o sistema de alianças internacionais. Esta política de alianças era fundamentalmente baseada em compromissos militares que fixavam efetivos a serem disponibilizados pelos países parceiros em tempo de paz e

sob mobilização.³⁷ Muito embora tenham proporcionado cerca de quatro décadas de paz na Europa, o sistema de alianças acabou por levar o continente à Primeira Guerra Mundial.

No início do século XX reinava na Europa a crença de que a guerra total seria um conflito rápido, que dificilmente duraria mais de seis meses.³⁸ Na França este pensamento era reforçado pelo espírito ofensivo de seu exército, o qual, acreditava-se, poderia suplantar até mesmo o poderio de fogo inimigo. Contudo, nenhum sistema de Segurança Nacional europeu estava preparado para o tipo de guerra que a Primeira Guerra Mundial lhes apresentaria. As novas armas, diferentemente do que acreditavam os franceses, favoreceram a defensiva e colocaram em xeque a capacidade ofensiva dos exércitos.³⁹

A Primeira Guerra Mundial proporcionou aos franceses alguns ensinamentos, os quais seriam inseridos em sua Política de Segurança Nacional. Em primeiro lugar, a França compreendeu que não



poderia enfrentar sozinha a Alemanha em uma guerra futura e, nesse sentido, buscou firmar uma aliança com a Grã-Bretanha e os EUA.

Após o Tratado de Versalhes a imagem externa da França era, no mínimo, de um país militarista, até mesmo agressivo, em razão de sua política antigermânica e da ocupação militar de diversos territórios tomados à Alemanha. Esta imagem negativa encontrou forte oposição nos EUA e a aliança contra a nação norte-americana não se concretizou.

A França, então, estabeleceu sua aliança com a Grã-Bretanha, mas esta não se mostraria eficaz, principalmente pelos pontos de vista antagônicos dos franceses e britânicos em relação à Alemanha.

A segunda lição tirada do conflito de 1914-1918 foi de que a Guerra passou a ser total, sendo necessária preparação prévia e amplo emprego da mobilização. A França nacionalizou sua indústria de armamento e, equivocadamente, desenvolveu todo seu planejamento estratégico no sentido de enfrentar uma guerra estática, no padrão do

imobilismo das trincheiras. Uma das medidas implementadas como consequência dos ensinamentos colhidos na Grande Guerra, como a Primeira Guerra Mundial ficou conhecida até 1939, quando iniciou a Segunda Guerra Mundial, foi a construção da Linha Maginot, na década de 1920.⁴⁰ Sua finalidade não era fechar a fronteira com a Alemanha de maneira absoluta – como uma cópia da Grande Muralha da China – mas amortecer o ímpeto inicial de um possível ataque alemão e complementar o sistema de defesa francês.

Ocorre que, na década seguinte, a finalidade da rede de defesas foi subvertida pelos líderes militares e políticos e a Linha Maginot passou a ser vista como uma barreira inexpugnável contra um ataque do inimigo natural da França. Este pensamento veio a inibir reformas necessárias nas Forças Armadas francesas e cobraria seu tributo na próxima guerra que se aproximava.

Nos anos 1930, a França estava despreparada e sua Política de Segurança Nacional fundamentada



em conceitos obsoletos. Quando em 1936 Hitler invadiu a Renânia com um poderio militar limitado, a França não teve condições de reação, pois sua política previa a mobilização geral e o desencadeamento da Guerra total. O governo francês não quis pagar este preço. Desta forma, Hitler foi expandindo a Alemanha ocupando territórios um após o outro, sem que a França pudesse fazer nada para impedi-lo.⁴¹

A Política de Segurança Nacional francesa que antecedeu à Segunda Guerra Mundial, na verdade, apresentava alguns problemas fundamentais que terminaram por deixar a França exposta e impotente diante de seus inimigos. A carência de flexibilidade, as disputas políticas internas, o compromisso excessivo à natureza da guerra total e a rigidez organizacional das forças armadas foram fatores decisivos para o fracasso da política francesa que culminaria com as tropas alemãs marchando nas ruas de Paris em 1871.

A EXPERIÊNCIA DO EXÉRCITO JAPONÊS⁴²

Quando os navios da esquadra do Comodoro Matthew Perry aportaram no Japão, no final do século XIX, o país encontrava-se estruturado sob o regime do *shogunato*, sistema feudal controlado por senhores da guerra.⁴³

Não havia exército nacional e o aparato militar era constituído por forças regionais de guerreiros – denominados *samurais* – que serviam aos diferentes clãs, balizados por um *ethos* comum. Em comparação com a moderna esquadra norte-americana as forças locais eram demasiado atrasadas, empregando, ainda, canhões de bronze carregados pela boca, armas obsoletas no Ocidente desde o final do século XVIII, espadas e punhais.

Com o término da era feudal, quando o último *shogun* submeteu seus poderes ao Imperador, iniciou-se o período conhecido como a Restauração Meiji, no qual o Japão passou por um acelerado processo de modernização.⁴⁴



No bojo das mudanças, o poder militar não foi negligenciado e o sistema militar sofreu amplas reformas a partir de 1873, incluindo a adoção do sistema de conscrição, baseado no modelo francês, criação do Estado-Maior do Exército e a definição dos objetivos militares japoneses que passaram a ser, em primeiro lugar, obter a capacidade de atuar contra distúrbios internos e, posteriormente, realizar a defesa contra ações externas. Foi criada ainda, em 1888, a Junta de Supervisão, órgão independente que possuía os encargos de avaliação do treinamento e a realização de inspeções.⁴⁵

Após o processo inicial de organização de seu exército nacional, os militares japoneses buscaram estabelecer uma identidade com o Imperador. Essa harmonia entre o trono e as Forças Armadas terminou por fortalecer o governo imperial.

Para sedimentar esta ligação, particularmente entre as praças, foi implementado intensivo programa de treinamento espiritual que visava a ligar o soldado à pessoa do

Imperador e desenvolver o espírito nacional.

Ainda nos últimos anos do período do *shogunato*, os japoneses puderam perceber que sua tecnologia militar não podia competir com os exércitos e marinhas das potências ocidentais. Nesse sentido, buscou-se, por ocasião das reformas militares Imperiais, a contratação de missões militares estrangeiras para instruírem seu exército.

De 1867 até o final do século XIX, diferentes missões de instrução francesas e alemãs atuaram junto ao exército japonês. Dentro das Forças Armadas havia disputas internas que privilegiavam os sistemas militares francês e prussiano.⁴⁶ Em 1889, contudo, prevaleceram as ideias alemãs e o Exército Imperial adotou o modelo militar germânico.

Os japoneses estabeleceram, a partir do final do século XIX, sua Política de Defesa Nacional, a qual estabelecia, inicialmente, a Rússia como inimigo potencial do Japão, conceito que norteou seu planejamento estratégico pelos próximos 75 anos.⁴⁷ A primeira vez que o



Japão enviou tropas para lutar fora de seu território foi durante a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), empregando cerca de 240 mil homens e obtendo valiosa experiência de combate. Em 1900 o Japão apoiou a Grã-Bretanha na Rebelião dos Boxers, o que lhes rendeu uma aliança com aquela potência ocidental.⁴⁸

Com o gradual envolvimento nas questões chinesas, no início do século XX o foco da Política de Defesa do Japão passou a ser a China. Durante a Primeira Guerra Mundial o Japão teve uma participação militar pouco expressiva⁴⁹ e, com o aumento do interesse norte-americano no Extremo Oriente e com os problemas internos da Rússia após a Revolução Bolchevique, as atenções defensivas japonesas concentraram-se nos EUA, situação que perduraria até a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

A invasão da China, em 1937, propiciou ao Exército Imperial diversos ensinamentos, no campo da tática, da inteligência de combate e da logística. Contudo, esta campanha absorveu volumosos

recursos e efetivos, chegando, em 1945, o Exército Imperial a possuir 1,5 milhão de homens na China.⁵⁰

Por opção ou por necessidade o Exército Imperial refletiu o espírito guerreiro dos *samurais*, contudo, este não pôde prevalecer sobre a tecnologia dominante dos exércitos modernos que teve que combater na Segunda Guerra Mundial.

PROBLEMAS DE LIDERANÇA NA GUERRA CIVIL NORTE-AMERICANA⁵¹

A Revolução Americana, que culminou com a independência dos EUA, implantou um sistema militar sólido que prevalece, com algumas adaptações, até os dias de hoje. O modelo norte-americano, definido pela sua Constituição, estabelece o Presidente como comandante-em-chefe das Forças Armadas, um Secretário de Guerra e, a este subordinado, o militar mais antigo como comandante-em-chefe do Exército. Esta estrutura demonstra com clareza o pensamento norte-americano e a preocupação em subordinar o Poder Mili-



tar ao Poder Político, visto que os cargos de Presidente e de Secretário de Guerra eram normalmente preenchidos por civis.⁵²

A Guerra Civil norte-americana ocorrida em meados do século XIX, quando os estados sulistas tentaram a emancipação do poder dominante do norte, constituiu-se no primeiro grande teste para a nação norte-americana. Durante os anos de conflito, o sistema militar norte-americano foi aplicado tanto na União (Norte) quanto na Confederação (Sul). O desempenho dos atores dos Comandantes-em-chefe nortista e sulista constituiu-se fonte de reflexão, na medida do sucesso e do malogro dos contendores.

Embora tivesse formação militar na Academia de West Point e integrado as fileiras do Exército dos EUA por alguns anos, o presidente nomeado da Confederação, Jefferson Davis, exerceu o cargo de comandante-em-chefe de modo pouco eficaz. Durante a guerra não conseguiu, dentre os cinco que nomeou, um Secretário de Guerra capaz de imprimir o ímpeto neces-

sário à conquista dos objetivos sulistas.⁵³

Além disso, foi prejudicado pelo relacionamento político com os governadores, cujos interesses locais frequentemente prevaleciam sobre os interesses da Confederação. Como resultado, ressalvados outros fatores, os confederados foram derrotados apesar de possuírem os generais mais capazes.

Abraham Lincoln ocupava a presidência dos EUA quando ocorreu a sedição dos estados sulistas. Mesmo não possuindo experiência militar sólida, desempenhou as funções de Comandante-em-chefe das forças da União com personalidade e firmeza. Apesar de ter colecionado reveses nos primeiros meses da guerra, soube aprender com os próprios erros e vencer os estados separatistas mantendo a coesão territorial dos EUA.⁵⁴

Quando irrompeu a guerra, Lincoln agiu prontamente, estabelecendo um bloqueio naval contra a Confederação, convocação de unidades de milícia e cooptação de recursos do Tesouro para financiar as ações militares. Somente após



essas medidas iniciais o presidente convocou o Congresso que, diante do fato consumado, aprovou e ratificou as medidas de Lincoln conferindo-lhe poderes legais para conduzir a guerra.

Os dispositivos constitucionais que regiam a estrutura militar norte-americana permitiam ao Comandante-em-chefe exercer o comando das unidades militares e navais em combate, influir diretamente na estratégia e na tática, nomear ou remover comandos a qualquer tempo, muito embora fosse pouco provável que qualquer presidente tivesse a ousadia de adotar tais medidas. Lincoln, no entanto, utilizou amplamente suas prerrogativas de Comandante-em-chefe, chegando a interferir pessoalmente em diferentes campanhas, resultando algumas em fracasso e outras em sucesso. Uma das maiores dificuldades encontradas pelo comandante-em-chefe foi dispor de generais competentes para exercerem os diferentes níveis de comando. Por isso, Lincoln destituiu e nomeou inúmeros comandantes, inclusive reconduziu no cargo de

general-em-chefe, contra a opinião de todos os seus assessores, o general George B. McClellan, o qual havia sido destituído por ele mesmo cerca de um ano antes.⁵⁵

Os dezoito primeiros meses da guerra foram repletos de fracassos do Exército da União, chegando as forças sulistas a invadirem o Norte por duas vezes. Contudo, nos momentos de crise, Lincoln agiu com decisão e aprendeu com seus erros, reconhecendo, principalmente, que não deveria influir na tática das batalhas, deixando esta tarefa para seus generais.

Nesse sentido, em 1864 Lincoln nomeou o general Ulisses Grant para o cargo de general-em-chefe e, desta vez, concedeu-lhe autonomia para conduzir as operações militares.⁵⁶

A partir deste ponto, a guerra pendeu para o lado da União e, já no final da guerra. Quando, no início de 1865, Grant revelou intenções de encontrar-se com o general Lee, general-em-chefe das forças confederadas, para tratar da capitulação dos sulistas e outros assuntos, o presidente enviou-lhe



um telegrama repreendendo-o severamente, informando-o que sua autonomia era para tratar somente da capitulação ou de assuntos militares, não devendo discutir, negociar ou decidir sobre quaisquer assuntos políticos. Desta forma Lincoln deixava claro o papel dos militares nos EUA e assinalava sua subordinação ao poder civil.

COMANDO E COMANDANTES NORTE-AMERICANOS NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL⁵⁷

Desde a Guerra de 1812, quando participaram de um breve conflito contra a Grã-Bretanha, até intervirem na Primeira Guerra Mundial, os EUA não precisaram lutar contra nenhuma das grandes potências. Esta ausência de adversários a altura relegou o Exército norte-americano a um papel policial, de importância reduzida no seio da sociedade, chegando alguns historiadores a afirmarem que o Exército que entrou na Primeira Guerra Mundial ainda era o mesmo da Guerra Civil.⁵⁸

A Guerra Civil norte-americana, na verdade, teve forte influência na formação e nos primeiros anos de carreira militar daqueles que seriam os generais da Primeira Guerra Mundial. A geração formada em West Point no período entre 1876 e 1889 teve, como comandantes famosos oficiais que combateram no Exército da União, fato que serviu-lhes de motivação e inspiração. Nas últimas décadas do século XIX o Exército norte-americano era tão reduzido que não havia vagas para todos os formando da Academia, tendo muitos ficado excedentes nos corpos de tropa.

Ao chegarem às suas primeiras unidades, os jovens tenentes encontraram um exército estagnado, desmotivado e sem realizar atividades tipicamente militares, como manobras e exercícios, o que contribuiu para questionamentos acerca da opção pela carreira militar. As promoções demoravam em demasia, somente ocorrendo com a abertura de claros. Reinava entre os militares, sobretudo, um senti-



mento de que não havia nada para fazer nos quartéis.

A Guerra com a Espanha, em 1898, injetou um novo ânimo no Exército, tendo o Congresso aumentado seu efetivo e servido como fator de automotivação para os oficiais. Apesar desse renovo, a modernização do Exército e a adoção de novas tecnologias e armamentos não se concretizou até a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial.⁵⁹

Com a Declaração de Guerra de 1917, os Estados Unidos começaram a preparar seu Exército para atuar além-mar. O governo decretou a conscrição, mobilizou a economia e expandiu as Forças Armadas. A partir de então, teve início o processo de seleção dos oficiais que iriam integrar as forças americanas na Europa. Para comandá-las foi designado o general John J. Pershing, que gozava de plena confiança do presidente Woodrow Wilson e havia comandado uma expedição punitiva ao México em perseguição ao bando de Pancho Villa, em 1911. Para a chefia do Estado-Maior do Exército foi no-

meado o general Peyton C. March, com o qual Pershing teria um relacionamento difícil.⁶⁰

Com a escolha dos comandantes e com o aumento exponencial do efetivo do Exército, foi necessário ampliar o corpo de oficiais que iriam comandá-lo. Surgiram então os cursos de formação de oficiais “em noventa dias” que seriam bastante difundidos na Segunda Guerra Mundial.

Para os oficiais profissionais, as promoções chegaram e, após uma carreira inteira estagnados no mesmo posto, rapidamente galgaram novos degraus na hierarquia. Um exemplo típico da celeridade nas promoções é o do general James Harbord. Em 1917, com cinquenta e um anos de idade, Harbord era major e cursava a Escola Superior de Guerra. Em maio foi promovido a tenente-coronel, em agosto a coronel e, em outubro, recebeu a estrela de general-de-brigada.⁶¹ Em julho do ano seguinte, já comandando uma brigada na Europa, foi promovido a general-de-divisão.⁶²



No comando da Força Expedicionária Pershing atuou com bastante autonomia e foi implacável quando considerava os comandos subordinados desprovidos de competência para cumprirem suas missões, substituindo-os por outros que julgava mais capazes.

Paralelamente ao trabalho da Força Expedicionária, o general Peyton C. March empreendeu ampla reforma no Estado-Maior do Exército e a ele imprimiu elevados índices de eficiência. Os métodos e a personalidade de Marsh eram, em parte, semelhantes aos de Pershing, agindo energicamente para quebrar paradigmas existentes e implementar sua nova concepção de estado-maior.⁶³

Houve, naturalmente, alguns desentendimentos entre os dois chefes militares, particularmente devido ao fato de March promover oficiais que serviam na Força Expedicionária sem que os mesmos houvessem sido recomendados por Pershing.

Por ocasião do término da Primeira Guerra Mundial o Exército norte-americano despontou co-

mo novo organismo, bem diferente da estrutura que ainda se assemelhava à Guerra Civil.

Pershing conseguiu projetar sua imagem de comandante de tropas em campanha, de soldado-herói, enquanto March, revertido ao seu posto original de general-de-divisão, foi relegado ao esquecimento pela história.⁶⁴

REFLEXÕES FINAIS

Muito embora o curso das *Novas Dimensões da História Militar* tenha sido ambientado nos EUA há quase cinquenta anos, os ensinamentos dele auferidos permanecem atuais e adequados ao momento em que, no Brasil, ainda se busca definir quais os reais objetivos e o campo de estudo da história da guerra.

A História Militar pode constituir-se como direção ou, em sentido inverso, desorientar aqueles que dela se utilizam como sustentáculo para a formulação da estratégia e da doutrina militar, particularmente quando negligenciada ou tratada de forma superficial. Sob



esta visão, a História Militar deve ser estudada não apenas como aprendizado das técnicas e táticas empregadas na batalha, mas, em sentido mais amplo, analisando o complexo fenômeno da Guerra além do campo militar, com todas as implicações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Outro valioso ensinamento diz respeito à relação das forças armadas com as sociedades a que servem. Se fosse possível simplificar em uma lei, poder-se-ia afirmar que a força armada não pode ser mais forte do que a sociedade a que serve. Para que esta relação seja possível, o controle dos militares pelos civis deve ser exercido de forma harmônica, buscando sempre um entendimento mútuo.

O estudo da História Militar permite verificar esta relação em diversos países em diferentes épocas, dela extraindo preciosas lições.

O militarismo e os modelos de sistema militar adotados pelas Nações – particularmente pelas grandes potências mundiais – mereceram uma abordagem no curso, com destaque para o dilema entre pos-

suir um exército profissional, com efetivos menores, ou as imensas formações de conscritos, instituídas pelos prussianos na guerra contra a França em 1870 e adotadas por quase todos os países da Europa ocidental a partir dela. Percebe-se que, através da História Militar, este debate permanece vivo até os dias atuais.

Finalmente, a História Militar destaca-se como uma história internacional, sendo muito difícil limitá-la dentro das fronteiras de um Estado. Desta forma, a História Militar assume uma nova dimensão, inserida na História Global, extrapolando o estudo da batalha e manifestando o aspecto multidisciplinar do estudo da fenomenologia da guerra.

BIBLIOGRAFIA

ALTMAN, Albert; SCHIFRIN, Harold. Sun Yat-Sem and the Japanese 1914-1916. *Modern Asian Studies*, Cambridge, v. 6, n. 4, p. 385-400, 1972.



- BAGBALL, Nigel. *The Punic Wars*. New York: Thomas Dunne Books, 1990.
- BEEDE, Benjamin. *The War of 1898 and U.S. interventions*. London: Taylor & Francis, 1994.
- BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história das guerras*. Curitiba: Fundamento, 2014.
- BRUGE, Roger. *On a livre la Ligne Maginot*. Paris: Fayard, 1977.
- CHIBNALL, Marjorie. *The debate on the Norman Conquest*. Manchester: Manchester University Press, 1999.
- DARÓZ, Carlos. Guerra Russo-Japonesa: a preparação das forças armadas imperiais do Japão. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, n. 105, p. 35-50, 2018.
- DAVIS JUNIOR, Henry. *Generals in khaki*. Raleigh: Pentland Press, 1998.
- DE GROOT, Gerard. *Douglas Haig 1861-1928*. London: Unwin Hyman, 1988.
- DE VATTEL, Emer. *The Law of Nations, or principles of the conduct affairs of Nations and sovereigns, with three early essays on the origin and nature and natural law and on luxury*. Indianapolis: Liberty Fund, [1797].
- EDMONDS, James. *History of the Great War: military operations - France and Belgium, 1914*. London: MacMillan and Co., 1937.
- EKIRCH JUNIOR, Arthur. *The civilian ant the military: a history of the american anti-militarism tradition*.
- ERZBERGER, Matthias. *Souvenirs de guerre de M. Erzberger*. Paris: Payot, 1921.
- FAULKNER, Richard. *Pershing's crusader: the American soldier in World War I*. Kansas City: Kansas University Press, 2017.
- GIBBONS, Edward. *The history of the decline and fall of the Rome Empire*. London: Straham & Cadell, 1789.
- GLOBAL SECURITY. *Prussian militarism*. Disponível em <www.globalsecurity.org>. Acesso em 5 mai. 2020.
- GOLDSWORTHY, Adrian. *Grandes generales del ejército romano*. Barcelona: Ariel, 2008.
- GORDON, Andrew. *A modern history of Japan: from Tokugawa*



times to present. New York: Oxford University Press, 2003.

GRIFFIS, William Elliott. *Matthew Culbraitght Perry: a typical american naval officer*. Boston: Cupples & Hund, 1887.

HAMILTON, Ian. *Gallipoli diary*. London: E. Arnold, 1920.

HOWARD, Michael. *The Franco-Prussian War: the german invasion of France 1870-1871*. New York: Routledge, 1961.

HOWE, Timothy et al. (orgs.) *Ancient historiography on war and Empire*. Barnsley: Oxbow Books, 2016.

HSIUNG, James. *China's bitter victory: the war with Japan 1937-1945*. New York: M.E. Sharp Publishing, 1992.

JANOWITZ, Morris. *The professional soldier*. New York: Free Press, 1960.

KOCH, Hannsjoachim. *Medieval warfare*. Greenwich: Dorset Press, 1988.

KOHN, Richard. Na essay on civilina control of the military. *American Diplomacy*, North Caroline. Disponível em

<www.americandiplomacy.web.un.c.edu>. Acesso em 5 mai. 2020.

KUBLIN, Hyman. The “modern” army of early Meiji Japan. *The Far Eastern Quarterly*, Cambridge, v. 9, n. 1, 1949.

LACEY, Jim. *Pershing: a biography*. New York: St. Martin's Press, 2008.

LAÍNEZ, Fernando Martínez. *Vientos de gloria: grandes victorias de la historia de España*. Madrid: Esparsa, 2011.

LEPAGE, Jean-Denis. *Vauban and the French military under Louis XIV: na illustrated history of fortificationas and strategies*. Jefferson: MacFarland, 2009.

LONGENBACH, David. As the US entered World War I, american soldiers depended on foreign weapons and technology. *The Conversation*, Boston, 31 mar. 2017. Disponível em <www.theconvesation.com> . Acesso em 6 abr. 2020.

McPHERSON, James. *Brado de guerra da liberdade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.



- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. London: Penguin Books, 2010.
- PARKER, Geoffrey. *The military revolution 1500-1800: military innovation and the rise of the West*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- PATTON, George. *A guerra que eu vi*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
- POLACK, Christian. *Soie et lumières: l'âge d'or des échanges franco-japonais*. Tokyo: Chambre de Commerce et d'Industrie Française Du Japon, 2001.
- RANDALL, James. *Lincoln the president*. Boston: Da Capo Press, 1997.
- RENAUT, Marie-Hélène. Être soldat e citoyen em France de la révolution à la libération. *Revue Juridique de l'Ouest*, Paris, n. 2, p. 233-256, 2010/2.
- ROBBINS, Keith. *The abolition of war: the peace movement in Britain, 1914-2029*. Cardiff: University of Wales Press, 1976.
- ROGERS, Clifford (Org.). *The Oxford encyclopedia of medieval warfare and military technology*, v. 1. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- ROPP, Theodore. *War in the modern world*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.
- ROSEN, Stephen Peter. *Winning the next war: innovation at the modern military*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- SCHNEID, Frederick. *Mid-Nineteenth Century european wars*. Oxford: Oxford Bibliographies, 2012.
- SCHUKER, Stephan. France and the remilitarization of the Rhineland, 1936. In: FINNEY, Patrick. *The origins of the Second World War*. London: Arnold Press, 1997.
- SIMON, John. Ulysses Grant. *Encyclopedia Britannica*. Disponível em <www.britannia.com>. Acesso em 5 maio. 2020.
- SWEGAL, Ethan. *Becoming modern: early 20th Century*. Japan through primary sources. Colorado University. Disponível em <www.colorado.edu>. Acesso em 5 mai. 2020.
- TANNER, Becci. Lyon Co: native led troops in WWI. *The Wichita Eagles*, Wichita, 2 dez. 2015.
- TEICHMAN, Jenny. *Pacifism and the just war: a study in applied*



philosophy. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

TUCHMAN, Barbara. *Canhões de agosto*. Cotia: Ibis, 1964.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. *Documents on german foreign policy 1918-1945*. Washington: Department of State, 1968

VARLEY, Karine. The taboos of defeat: unmentionable memoirs of the Franco-Prussian War in France 1870-1914. In: MacLEOD, Jenny (Org.). *Defeat and memory: cultural histories of military defeat in Modern Era*. London: Palgrave MacMillan, 2008.

VETCH, Robert Hamilton. Mitchell, John (1785-1859). In: LEE, Sidney (Org.). *Dictionary of national biography*, v. 38. London: Smith, Elder & Co., 1894.

WEIGLEY, Russel F. *Novas Dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981-82.

WILEY, Bill. Jefferson Davies: an appraisal. *Civil War Times Illustrated*, Leensburg, n. 6, p. 4-17, 1967.

WILSON, Peter. *Europe's tragedy: a history of the Thirty Years War*. London: Penguin Books, 2009.

¹ Baseado em conferência proferida por Jay Luvaas, da Universidade de Allegheny

² Ver HOWE, Timothy et al. (orgs.) *Ancient historiography on war and Empire*. Barnsley: Oxbow Books, 2016.

³ EKIRCH JUNIOR, Arthur. *The civilian ant the military: a history of the american anti-militarism tradition*. Oakland: Independent Institute, 2010.

⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.

⁵ SCHNEID, Frederick. *Mid-Nineteenth Century european wars*. Oxford: Oxford Bibliographies, 2012.

⁶ VETCH, Robert Hamilton. Mitchell, John (1785-1859). In: LEE, Sidney (Org.). *Dictionary of national biography*, v. 38. London: Smith, Elder & Co., 1894.

⁷ EDMONDS, James. *History of the Great War: military operations - France and Belgium, 1914*. London: MacMillan and Co., 1937.

⁸ HAMILTON, Ian. *Gallipoli diary*. London: E. Arnold, 1920.

⁹ Baseado em conferência proferida por Theodore Ropp, da Universidade de Duke



¹⁰ PATTON, George. *A guerra que eu vi*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

¹¹ ROPP, Theodore. *War in the modern world*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

¹² GOLDSWORTHY, Adrian. *Grandes generales del ejército romano*. Barcelona: Ariel, 2008.

¹³ BAGBALL, Nigel. *The Punic Wars*. New York: Thomas Dunne Books, 1990.

¹⁴ ROGERS, Clifford (Org.). *The Oxford encyclopedia of medieval warfare and military technology*, v. 1. Oxford: Oxford University Press, 2010.

¹⁵ CHIBNALL, Marjorie. *The debate on the Norman Conquest*. Manchester: Manchester University Press, 1999.

¹⁶ KOCH, Hannsjoachim. *Medieval warfare*. Greenwich: Dorset Press, 1988.

¹⁷ ROPP, *op.cit.*

¹⁸ DE GROOT, Gerard. *Douglas Haig 1861-1928*. London: Unwin Hyman, 1988.

¹⁹ GLOBAL SECURITY. *Prussian militarism*. Disponível em <www.globalsecurity.org>. Acesso em 5 mai. 2020.

²⁰ JANOWITZ, Morris. *The professional soldier*. New York: Free Press, 1960.

²¹ ROPP, *op.cit.*

²² Ver ROBBINS, Keith. *The abolition of war: the peace movement in Britain, 1914-2029*. Cardiff: University of Wales Press, 1976, e TEICHMAN, Jenny. *Pacifism and the just war: a study in applied philosophy*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

²³ ROPP, *op.cit.*

²⁴ *Ibid.*

²⁵ Baseado em conferência proferida por Daniel Beaver, da Universidade de Cincinnati

²⁶ WILSON, Peter. *Europe's tragedy: a history of the Thirty Years War*. London: Penguin Books, 2009.

²⁷ GIBBONS, Edward. *The history of the decline and fall of the Rome Empire*. London: Straham & Cadell, 1789.

²⁸ PARKER, Geoffrey. *The military revolution 1500-1800: military innovation and the rise of the West*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

²⁹ LAÍNEZ, Fernando Martínez. *Vientos de gloria: grandes victorias de la historia de España*. Madrid: Esparsa, 2011.

³⁰ LEPAGE, Jean-Denis. *Vauban and the French military under Louis XIV: na illustrated history of fortifications and strategies*. Jefferson: MacFarland, 2009.

³¹ Ver BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história das guerras*. Curitiba: Fundamento, 2014.



³² DE VATTEL, Emer. *The Law of Nations, or principles of the conduct affairs of Nations and sovereigns, with three early essays on the origin and nature and natural law and on luxury*. Indianapolis: Liberty Fund, [1797].

³³ Baseado em conferência proferida por Richard R. Challender, da Universidade de Princeton

³⁴ VARLEY, Karine. The taboos of defeat: unmentionable memoirs of the Franco-Prussian War in France 1870-1914. In: MacLEOD, Jenny (Org.). *Defeat and memory: cultural histories of military defeat in Modern Era*. London: Palgrave MacMillan, 2008.

³⁵ HOWARD, Michael. *The Franco-Prussian War: the german invasion of France 1870-1871*. New York: Routledge, 1961.

³⁶ RENAUT, Marie-Hélène. Être soldat e citoyen em France de la révolution à la libération. *Revue Juridique de l'Ouest*, Paris, n. 2, p. 233-256, 2010/2.

³⁷ TUCHMAN, Barbara. Canhões de agosto. Cotia: Ibis, 1964.

³⁸ *Ibid.*

³⁹ ERZBERGER, Matthias. *Souvenirs de guerre de M. Erzberger*. Paris: Payot, 1921.

⁴⁰ BRUGE, Roger. *On a livre la Ligne Maginot*. Paris: Fayard, 1977.

⁴¹ SCHUKER, Stephan. France and the remilitarization of the Rhineland, 1936. In: FINNEY, Patrick. *The origins of the Second World War*. London: Arnold Press, 1997.

⁴² Baseado em conferência proferida por Alvin D. Cox, da Universidade Estadual de San Diego

⁴³ GRIFFIS, William Elliott. *Matthew Culbraight Perry: a typical american naval officer*. Boston: Cupples & Hund, 1887.

⁴⁴ KUBLIN, Hyman. The “modern” army of early Meiji Japan. *The Far Eastern Quarterly*, Cambridge, v. 9, n. 1, 1949.

⁴⁵ SWEGAL, Ethan. *Becoming modern: early 20th Century*. Japan through primary sources. Colorado University. Disponível em <www.colorado.edu>. Acesso em 5 mai. 2020.

⁴⁶ Ver UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. *Documents on german foreign policy 1918-1945*. Washington: Department of State, 1968; e POLACK, Christian. *Soie et lumières: l'âge d'or des échanges franco-japonais*. Tokyo: Chambre de Commerce et d'Industrie Française Du Japon, 2001.

⁴⁷ GORDON, Andrew. *A modern history of Japan: from Tokugawa times to present*. New York: Oxford University Press, 2003.



⁴⁸ DARÓZ, Carlos. Guerra Russo-Japonesa: a preparação das forças armadas imperiais do Japão. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, n. 105, p. 35-50, 2018.

⁴⁹ ALTMAN, Albert; SCHIFRIN, Harold. Sun Yat-Sem and the Japanese 1914-1916. *Modern Asian Studies*, Cambridge, v. 6, n. 4, p. 385-400, 1972.

⁵⁰ HSIUNG, James. *China's bitter victory: the war with Japan 1937-1945*. New York: M.E. Sharp Publishing, 1992.

⁵¹ Baseado em conferência proferida por Warren Hassler Jr., da Universidade Estadual da Pensilvânia

⁵² KOHN, Richard. Na essay on civilina control of the military. *American Diplomacy*, North Caroline. Disponível em <www.americandiplomacy.web.unc.edu> . Acesso em 5 mai. 2020.

⁵³ WILEY, Bill. Jefferson Davies: an appraisal. *Civil War Times Illustred*, Leensburg, n. 6, p. 4-17, 1967.

⁵⁴ Ver McPHERSON, James. *Brado de guerra da liberdade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

⁵⁵ RANDALL, James. *Lincoln the president*. Boston: Da Capo Press, 1997.

⁵⁶ SIMON, John. Ulysses Grant. *Encyclopedia Britannica*. Disponível em

<www.britannia.com>. Acesso em 5 maio. 2020.

⁵⁷ Baseado em conferência proferida por Edward M. Coffman, da Universidade de Wiconsin

⁵⁸ LONGENBACH, David. As the US entered World War I, american soldiers depended on foreign weapons and technology. *The Conversation*, Boston, 31 mar. 2017. Disponível em <www.theconvesation.com> . Acesso em 6 abr. 2020.

⁵⁹ BEEDE, Benjamin. *The War of 1898 and U.S. interventions*. London: Taylor & Francis, 1994.

⁶⁰ DAVIS JUNIOR, Henry. *Generals in khaki*. Raleigh: Pentland Press, 1998.

⁶¹ LACEY, Jim. *Pershing: a biography*. New York: St. Martin's Press, 2008.

⁶² TANNER, Becci. Lyon Co: native led troops in WWI. *The Wichita Eagles*, Wichita, 2 dez. 2015.

⁶³ ROSEN, Stephen Peter. *Winning the next war: innovation at the modern military*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

⁶⁴ FAULKNER, Richard. *Pershing's crusader: the American soldier in World War I*. Kansas City: Kansas University Press, 2017.

Marinha Imperial brasileira: da formação à independência do país

Liara Noschang^a

Resumo: Um dos períodos históricos mais importantes para a consolidação do Brasil decorreu no início do século XIX, especificamente em 1821, quando D. Pedro assumiu a regência do país. Naquele momento, o território brasileiro corria o risco de ser reduzido novamente a um *status* de colônia totalmente subordinada à Portugal. O Brasil precisava ser capacitado para lutar contra esta condição e a formação de uma Esquadra Naval tornara-se fundamental. Os navios deixados no porto do Rio de Janeiro em condições precárias, e, os oficiais e praças portugueses que aderiram ao movimento de independência, iniciaram a formação da Marinha Imperial. A falta de recursos, homens pouco capacitados e portugueses infiéis, não impediu que a Marinha brasileira se formasse e atuasse efetivamente. Sabe-se que o resultado vitorioso não foi mérito apenas da força naval, a força terrestre atuou significativamente pela unificação do país. No entanto, foi o controle do mar que impediu que as tropas inimigas ganhassem reforços e que se deslocassem pela costa brasileira.

Palavras-chave: Marinha Imperial, Guerra de Independência, I Reinado.

INTRODUÇÃO

Estará em vantagem intelectual o indivíduo que alcançar a conscientização de que a História não é apenas uma disciplina escolar importante, um bom argumento político ou uma opção profissional. Estará em vantagem aquele que reconhecer de forma autêntica a

História como um campo inevitável à significação do presente e à construção do pensamento crítico.

Armando de Senna Bittencourt, na página de apresentação do livro *Introdução à História Marítima Brasileira*, salienta a relevância dessa área de conhecimento:

É desejável que, ao se educar, o

^a Psicóloga, especialista em História Militar.



aluno estude História e aprenda. É esse conhecimento que permitirá a ele se situar, durante sua vida, com racionalidade no instante presente, consciente da existência de um passado, que criou aquele momento, e de um futuro, que depende dos erros e acertos de decisões a serem tomadas. A História não se repete, mas é insensatez não levar em conta as experiências do passado, registradas por ela, diante de situações semelhantes, ao se decidir racionalmente como agir.¹

É nesse prisma que o presente artigo se desenvolve. Tem-se observado atualmente alguns discursos fragmentados e anacrônicos a respeito do papel e do valor dos militares na sociedade brasileira. Tanto quanto discursos que mistificam a doutrina que rege as instituições militares. Essas circunstâncias despertaram o interesse em compreender, substancialmente, este papel e este valor através do estudo da História Militar. Porém, não se pretende problematizar diretamente sobre a significação do papel dos militares na sociedade atual, o que se pretende através de um estudo

bibliográfico e exploratório é contemplar ações militares que foram cruciais ao desenvolvimento do Brasil, possibilitando assim, uma margem à significação.

Um dos períodos históricos mais importantes para a consolidação do Brasil decorreu no início do século XIX, especificamente em 1821, quando D. Pedro I assumiu a regência do país. Naquele momento, o território brasileiro corria o risco de ser reduzido novamente a um *status* de colônia, totalmente subordinada a Portugal. Bittencourt assevera que para concretizar a Independência do Brasil “[...] e levar a todos os recantos do litoral brasileiro a notícia do dia 7 de setembro, foi necessário organizar uma força naval capaz de atingir todas as províncias, e fazer frente aos focos de resistência [...]”². Eis um significativo fato histórico militar capaz de oportunizar a reflexão intrínseca do presente artigo: a formação da Marinha Imperial e sua atuação nas batalhas pela independência.

Para compreender os motivos que desencadearam a formação da



Marinha Imperial se faz necessário, primeiramente, verificar quais eram as circunstâncias políticas vividas pouco antes da independência. A partir disso, poder-se-á compreender como se sucedeu a organização do pessoal, dos navios e a administração da nova Marinha, assim como, suas atuações na Bahia, no Maranhão, no Pará e na Província Cisplatina – batalhas que resultaram na consolidação do Brasil independente.

Esse é o concreto objetivo do presente artigo, discorrer sobre a formação e atuação da Marinha Imperial no ano de 1823. A reflexão que se deseja instaurar sobre o valor dos militares à sociedade brasileira, a partir do desenvolvimento do objetivo proposto, será intrínseca.

CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS PRECEDENTES

No início do século XIX, Portugal sofria com os imponentes avanços do Imperador francês Napoleão Bonaparte. Esta situação persuadiu o Príncipe Regente de

Portugal D. João a fugir do país em busca de segurança³. Portugal era um dos países europeus mais atrasados no âmbito de reformas políticas. Enquanto na Inglaterra e na Holanda a realeza perdia espaço para o parlamento, em Portugal o regime monárquico absolutista vigorava fortemente. O regime absolutista tornava a população significativamente dependente das decisões e ações do rei⁴. Quando D. João partiu de seu país acompanhado de uma multidão, o desamparo sentido por aqueles que ficaram foi irreparável.

No dia 29 de novembro de 1807 a Família Real portuguesa, protegida por uma escolta inglesa, retirou-se da Europa com a expectativa de encontrar segurança e os recursos necessários para reestabelecer a Corte⁵. A multidão que acompanhou a realeza rumo ao Brasil somava, aproximadamente, 15.000 pessoas; entre elas conselheiros reais, militares, juízes, advogados, comerciantes, médicos, bispos, padres, damas de companhia, camareiras, cozinheiros, entre outros⁶. Não bastando, toda a es-



trutura de governo também foi transferida para o Rio de Janeiro, inclusive as toneladas de arquivos e tudo que era guardado nos cofres do Tesouro⁷.

É importante ressaltar que Portugal era totalmente dependente da colônia lusitana, pois, a colônia constituía o eixo das suas relações comerciais na medida em que produzia todo o fumo, a cana-de-açúcar e o ouro que Portugal importava. “O volume de bens e mercadorias importados da colônia chegou a ser quase duas vezes superior às exportações”⁸. Logo, a mudança da Corte para o Brasil prometia mudanças expressivas.

No dia 22 de janeiro de 1808, a nau *Príncipe Real* – embarcação que D. João estava a bordo – atracou no litoral baiano. Sem perder tempo, no dia 28 do mesmo mês, D. João proclamou a independência econômica do Brasil, abrindo os portos do país ao comércio exterior⁹. As mudanças estavam apenas começando. Segundo Gomes¹⁰, a chegada da Corte na Baía de Todos os Santos no dia 7 de março foi o

divisor de águas entre Brasil colônia e a Independência.

No dia 10 de março foi organizado um novo gabinete no Rio de Janeiro, cidade considerada capital do novo Império. Foram constituídos ministérios, tribunais de justiça, serviços administrativos, o Banco do Brasil, a Brigada Real de Marinha, entre outros estabelecimentos. As terras foram sendo ocupadas e aproveitadas, logo, as cidades foram crescendo. Mesmo sendo pequeno o número de nativos autorizados a atingir altos postos militares, o orgulho e a consciência nacional começaram a se instaurar no território brasileiro. Vale postula que

as mudanças que ocorreram na vida intelectual e cultural do Brasil não se revelaram menos espetaculares. Duas academias, a militar e a naval, uma escola de medicina, cursos de gastronomia, química e economia foram criados, bem como fundado jornais e oficinas tipográficas. Surgiram um teatro e uma biblioteca com 60 mil volumes, sendo inaugurados a academia



de Belas Artes e o Jardim Botânico.¹¹

De fato, o Brasil foi transformado com a vinda de D. João. Além de consolidar a independência econômica, lutou pela ampla dimensão territorial. A tomada de Caiena em 1809 – capital da Guiana Francesa – foi de grande valia para a fixação dos limites do Brasil. Nesse episódio se deu a primeira atuação da Brigada Real da Marinha, implementada pelos portugueses no País. A ocupação da Banda Oriental também foi outro movimento importante, no qual a Marinha desempenhou fundamental função, garantindo o domínio português na região Sul – a futura Província Cisplatina¹².

Gomes conta que as conquistas de D. João foram importantes, mas, tiveram um alto preço.¹³ Os custos dos primeiros anos da realeza no Rio de Janeiro foram exorbitantes. Para sustentar a estrutura governamental e a vida da Corte, D. João aumentou indiscriminadamente os impostos e recolheu as assinaturas de boa parte da elite

colonial, a qual, através de uma subscrição voluntária e, certificando-se das vantagens que esta ação resultaria, selou ou o compromisso de financiar o novo Império. Mesmo com o apoio dos poderosos da colônia e com a arrecadação de impostos, nos treze anos que a Corte permaneceu no Brasil, a má administração fez com que as despesas somente aumentassem.

Enquanto isso, em Portugal, desestrutura e estagnação caracterizavam o país. As batalhas contra a França e o negligente distanciamento da Corte tornou deplorável a situação daqueles que permaneceram na Europa. Em 1820, uma Constituinte liberal convocou D. João para regressar ao seu país e governá-lo com a supremacia que o cabia

[...] a transferência para o Brasil da sede do reino português foi motivada pela ameaça representada pelo expansionismo francês na Europa, seria esperado o retorno do Rei D. João VI a Lisboa e a restauração do pacto colonial após a paz europeia.¹⁴



No entanto, somente no dia 26 de abril de 1821 a Corte decidiu voltar para Lisboa, antes disso, nomeou D. Pedro I como Príncipe Regente do Brasil¹⁵. A decisão de retornar foi tomada depois de muita pressão exercida pela Grã-Bretanha e pela Santa Aliança, assim como, devido aos conflitos internos que se disseminavam através da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Acompanhado novamente de uma multidão e com quase todo o dinheiro do banco, D. João deixou o Brasil na iminência de um grande colapso financeiro e fortes hostilidades políticas.¹⁶

Gomes relata que nos treze anos que a Corte residiu no Rio de Janeiro, o número de habitantes dobrou de 60 mil para 120 mil; metade dessa população era constituída por escravos. A criminalidade também atingiu altos índices; roubos, assassinatos e ataques piratas aos navios no porto aconteciam a todo momento. O autor resume a realidade brasileira da época:

Pobre, analfabeto e dependente de mão-de-obra escrava, o novo

Brasil deixado por D. João ao seu filho D. Pedro I continuava anestesiado por três séculos de exploração colonial que haviam inibido a livre iniciativa e o espírito empreendedor. [...] Na avaliação dos “país” da Independência, o Brasil do começo do século XIX era um país perigosamente indomável, onde brancos, negros, mestiços, índios, senhores e escravos conviviam de forma precária, sem um projeto definido de sociedade ou nação.¹⁷

À mercê dos conflitos políticos e sociais, o Brasil vira palco caloroso de movimentos reacionários. A Corte portuguesa, na tentativa de manter seu poder absolutista, quando soube da potencialização desses movimentos tentou impedi-los através de decretos. Para o ressentimento de muitos brasileiros, os decretos determinavam a redução do Brasil novamente a uma condição de colônia subordinada a Portugal.

[...] Os funcionários e os comerciantes portugueses que viviam nas cidades acolheram de bom grado um *status* colonial, com todas as vantagens e mo-



nopólios que isso viria a acarretar.¹⁸

Não bastando a complexa realidade instaurada, a Corte passou a exigir a presença do Príncipe D. Pedro em Lisboa. A notícia desta ordem logo se espalhou pelo Brasil e os manifestos a favor da permanência do Príncipe ganharam forças. D. Pedro já mantinha inúmeras divergências com a Corte, logo, o clamor do povo por independência apenas terminou de convencê-lo a ficar. No dia 9 de janeiro de 1822, com o apoio da aristocracia latifundiária e da população rural, o Príncipe decide ficar no Brasil e lutar pela independência nacional¹⁹.

Sem perder tempo, D. Pedro nomeou um novo Gabinete de Ministérios, sob a liderança de José Bonifácio, o qual defendia a emancipação do Brasil sob uma monarquia constitucional. Gomes asseverava que

[...] o caminho escolhido em 1822 não era republicano nem genuinamente revolucionário. Era apenas conciliatório. Em

vez de enfrentadas e resolvidas, as antigas tensões sociais foram todas adiadas e amortecidas.²⁰

Não havia mais como escapar. Certamente a Corte reagiria contra as desafiadoras atitudes de D. Pedro. E sendo a Corte portuguesa inquestionavelmente poderosa e habilidosa na utilização do mar,

[...] para concretizar a nossa Independência e levar a todos os recantos do litoral brasileiro a notícia do dia 7 de setembro, foi necessário organizar uma força naval capaz de atingir todas as províncias, e fazer frente aos focos de resistência à nova ordem²¹.

A FORMAÇÃO DA MARINHA IMPERIAL

Quando D. Pedro assumiu a regência, o Brasil possuía 4 milhões e meio de habitantes, população que era muito mal distribuída entre as regiões do país. As áreas de maior concentração demográfica e importância econômica eram: o Nordeste, especificamente Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do



Norte, Ceará e Piauí; e o Sudeste do país, que incluía o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A região da costa setentrional – Maranhão, Pará e Amazonas – e a região Sul – Província Cisplatina – também eram áreas movimentadas pelas disputas territoriais, porém, tinham menor importância econômica e pouca povoação²².

De início, o novo Imperador do Brasil recebeu apoio apenas da região Sudeste. No Sul, em parte do Nordeste e na região setentrional, as forças militares da Corte portuguesa estavam fortemente instaladas, dificultando a adesão do projeto de independência nacional. Especificamente no Rio Grande do Norte e no Ceará as opiniões começaram a se dividir. Pernambuco e Paraíba, meses depois da proclamação, aderiram a causa. O problema maior a ser enfrentado pelo novo Império se concentrava na Bahia, “[...] área estratégica fundamental que se estendia em torno da cidade de Salvador com rico e populoso interior e seu grande Arsenal de Marinha.”²³

Antes mesmo de D. Pedro organizar as forças militares necessárias para lutar pela independência do Brasil, a Corte portuguesa já havia sido informada da potencialização desse movimento. Gomes (2015) relata que não tardou para a mesma se manifestar. No dia 17 de junho de 1822, chegou a notícia no Rio de Janeiro de que D. João havia enviado seiscentos homens e quatro navios para Bahia; no dia 20 de agosto, uma esquadra com 1.500 soldados, a qual incluía o navio D. João VI com 74 canhões; no dia 18 de setembro, mais uma expedição com 2.000 homens; além dos boatos de que toda a guarnição portuguesa de Montevideu seria transferida para a Salvador.

A primeira tentativa de expulsar o poder lusitano da Bahia se deu no dia 14 de julho de 1822, quando uma esquadra comandada pelo Chefe-de-divisão Rodrigo de Lamare, partiu do Rio de Janeiro rumo à Bahia. A esquadra levava um novo comandante para o Exército dos patriotas, o general francês Pierre Labatut, além de 300 ofici-



ais, cinco mil mosquetes, dois mil lanças, mil carabinas e pistolas, quinhentos cutelos e seis canhões. Caso o inimigo não se rendesse, a tarefa era bloquear Salvador e impedir que reforços enviados de Portugal chegassem no litoral baiano. Porém, aconteceu o contrário, os reforços portugueses fizeram De Lamare mudar o curso de sua viagem antes mesmo de chegar na Bahia.

Era evidente que D. João VI estava disposto a lutar pelo território dominado por mais de três séculos. Da mesma forma, D. Pedro I havia tomado para si a missão de tornar o Brasil independente. Segundo Gomes (2015), no dia primeiro de agosto de 1822, o jovem Imperador declarou como inimiga qualquer tropa enviada de Portugal.²⁴ Diégues assevera que é este o ponto de partida da formulação estratégica da Independência – o decreto do dia 1º de agosto.²⁵

Gomes ainda salienta²⁶ que, posteriormente, no dia 11 de dezembro, outro decreto autorizou a confiscação dos bens de proprietários portugueses que não haviam

aderido o projeto de independência; além disso, os navios brasileiros foram autorizados a capturar e se apropriar de qualquer barco de bandeira lusitana. As iniciativas estavam tomadas, mas, o Brasil não tinha um Exército e nem uma Marinha de Guerra para dar conta das batalhas que estavam por vir. A desorganização do improvisado governo e a falta de apoio de muitas províncias brasileiras, complicavam ainda mais a situação; reconhecimento internacional e apoio diplomático também eram inexistentes.

O Brasil precisava ser capacitado. José Bonifácio, enquanto Ministro do Governo, “[...] percebeu que somente com o domínio do mar conseguiriam manter a unidade territorial brasileira”²⁷. O componente terrestre da estratégia de independência era importante, mas, não deveria ofuscar a importância do mar como palco da luta; a estratégia naval deveria se desenvolver em paralelo à visão terrestre.

Antes de tudo, deve-se lembrar que a Marinha implementada no Brasil até 1821 pertencia a Cor-



te de Portugal e tinha como principal missão assegurar o território sob domínio lusitano. Diante dessa condição, como organizar uma Esquadra Nacional fiel, capaz de controlar os conflitos internos e combater os portugueses inimigos? Eis a difícil missão do Império.

Bittencourt descreve que os navios deixados no porto do Rio de Janeiro em condições precárias, e, os oficiais e praças portugueses que aderiram ao movimento de independência, iniciaram a formação da esquadra.²⁸ Em seguida foram adquiridos outros navios através do governo e da própria população. Gomes relata que começaram a percorrer pelo país listas de arrecadação de fundos para a compra de navios, armas e munições. E para dar o exemplo, a primeira doação foi feita por D. Pedro e pela Imperatriz. Boa parte dos brasileiros estava unida por uma única causa, até mesmo pessoas humildes doaram pequenos valores e objetos – como alianças de noivado e casamento – num ato simbólico de apoio a luta nacional.²⁹

O novo Ministro da Marinha, capitão-de-mar-e-guerra Luís da Cunha Moreira (Figura 2), um dos brasileiros que pertenceu a Marinha portuguesa, teve grande responsabilidade na organização da nova Marinha Imperial. Cunha Moreira teve uma vantagem, pôde se apossar das instalações navais inauguradas por D. João, em 1808, como o Ministério da Marinha, o Supremo Conselho Militar, a Academia Real de Guardas-Marinha, Hospital Naval, Arsenal e estaleiros. Porém, tudo estava abandonado, os materiais eram de má qualidade, o arsenal estava ocioso e os navios apodrecendo³⁰.

As embarcações portuguesas que acabaram caindo no domínio brasileiro formaram o primeiro núcleo da Marinha. Dentre elas estavam: as fragatas *União* de 52 canhões e *Real Carolina* de 44 canhões; as corvetas *Maria da Glória* de 30 canhões e *Liberal* de 22 canhões; os brigues *Real Pedro* de 18 canhões, *Real* de 10 canhões, *Independência ou Morte* de 14 canhões e *Leopoldina* de 14 canhões; e as escunas *Cossaca*, *Ma-*



ria da Glória, Carolina, Catarina, Seis de Fevereiro, Maria Francisca e Maria Zeferina. No Sul, encontrava-se a fragata *Tétis* de 30 canhões, a escuna *Marina Teresa* e duas canhoneiras, a *Infante D. Sebastião* e a *Número 2*. Na Flotilha do Uruguai, as escunas *Oriental*, *Isabela Maria*, *D. Álvaro de Castro*, *Luís de Camões* e *Maria Isabel*.³¹

Era o começo da Marinha Imperial, porém, um começo não suficiente para enfrentar Portugal:

Laçando mão de todos os seus recursos, o Governo Imperial conseguiu apenas seis navios de apreciáveis proporções, somando 176 canhões, isso para enfrentar uma Esquadra portuguesa, que vinha sendo incessantemente reforçada, constituída por 14 grandes vasos de guerra que possuíam, juntos, 380 canhões.³²

Diante da situação ainda precária, o Governo buscou outras fontes para obter navios adequados. Em setembro de 1822, o General Caldeira Brant, de Londres, informou que James Thompson

forneceria ao Brasil duas fragatas armadas e com tripulações completas. E no dia 24 de janeiro de 1823, o Ministro da Fazenda Martim Francisco, irmão de José Bonifácio, lançou uma subscrição popular com o intuito de arrecadar dinheiro para comprar os navios necessários e reparar aqueles que já estavam sob domínio.³³

Considerando a situação econômica do país, o movimento de arrecadação feito pelos brasileiros para auxiliar na construção de uma Força Naval nacional teve resultados relativamente satisfatórios. Gomes conta que no dia 12 de fevereiro de 1823, o Imperador apresentou ao País o brigue *Caboclo* de 18 canhões, comprado com o dinheiro arrecadado.³⁴ Trinta dias depois, o brigue *Nightingale* foi restaurado e rebatizado como *Guarani*.

Em março de 1823, a Marinha Imperial já havia duplicado seus navios e canhões. Contavam com: uma nau, chamada de *D. Pedro* com 74 canhões; quatro fragatas, *Piranga* com 52 canhões, *Real Carolina* com 44 canhões, *Niterói*



com 38 canhões e, *Tétis* com 30 canhões; três corvetas, *Maria da Glória* de 30 canhões, *Liberal* de 22 canhões e, *Maceió* de 20 canhões; quatro brigues, *Cacique*, *Real Pedro* e *Caboclo*, com 18 canhões e, *Guarani* com 16 canhões; cinco brigues-escunas, *Imperial*, *Atlanta* e *Rio da Prata*, com

Luís de Camões, *Cossaca*, *Seis de Fevereiro*, *Isabela Maria*, *Oriental*, *Carlota*, *Catarina*, *Maria da Glória*, *Maria Zeferina*, *Maria Francisca*; e ainda, vinte embarcações de canhoneiras e transportes.³⁵

Sabe-se que as primeiras instalações marítimas começaram a ser implementadas no Brasil no



Primeira esquadra brasileira rumando para a Bahia

10 canhões, *Leopoldina* e *Independência ou Morte*, com 14 canhões; doze escunas, *D. Álvaro de Castro*,

século XVIII, com o intuito de suprir a necessidade de manutenção dos navios portugueses já exis-



tentes e para construir novas embarcações. No início do século XIX, quando a Corte de Portugal foi transferida para o Brasil, um alvará foi emitido no dia 13 de maio de 1808, transferindo para o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro as atribuições que até então eram gerenciadas em Lisboa. Tudo deveria ser resolvido no Brasil, desde o provimento de materiais necessários à construção e reparo dos navios, a alimentação dos tripulantes, o municionamento dos canhões, até a realização dos pagamentos, contabilidade das receitas e das despesas. D. João também foi aprimorando e ampliando a estrutura da Marinha instalada na colônia, fundou uma escola naval, hospital, entre outros departamentos administrativos³⁶.

Logo, quando D. Pedro assumiu o governo do Brasil, já havia diversos estabelecimentos de Marinha. Apropriar-se das instalações era um desafio extremamente arriscado, pois, muitos daqueles que não acompanharam D. João em sua partida, ainda se mantinham fiéis à

Corte portuguesa. A mudança foi acontecendo aos poucos.

No dia 2 de janeiro de 1822, a Corte de Portugal ordena que a Companhia dos Guardas-Marinha regresse a Lisboa. Mas, o Príncipe regente D, Pedro sustou a ordem. Após a Proclamação da Independência, “[...] a Armada e a Academia dos Guardas-Marinha receberam o qualificativo de Nacional e Imperial; o Arsenal do Rio de Janeiro passou a denominar-se da Corte”, do Brasil, e; o decreto de 24 de outubro de 1822, mudou o nome do Batalhão da Brigada da Marinha para Batalhão de Artilharia de Marinha.³⁷

Em relação aos canais administrativos entre o ministro e a Armada:

Decisão de 17.12.1823 declara que a correspondência dos comandantes dos navios de guerra com o ministro seria feita por intermédio do Primeiro-Almirante, comandante-em-chefe das forças navais, e todas as comunicações e representações dos comandantes ao ministro passariam a ser encaminhadas por intermédio do Primeiro-



Almirante (até então eram encaminhadas diretamente ao ministro). O cargo de Primeiro-Almirante deixou de existir quando, em 10.04.1827, Lorde Cochrane foi dele demitido.³⁸

Como visto anteriormente, entre 1822 e 1823, o Ministro da Marinha era o Visconde do Cabo Frio Luís da Cunha Moreira. O Primeiro-Almirante, que também marcou significativamente a história da Marinha Imperial, foi o Lorde Thomas Alexandre Cochrane.

A estrutura administrativa dividia-se nos seguintes departamentos: Imperador; Conselho Supremo Militar; Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha; Auditor-Geral; Armada do Reino do Brasil; Batalhão da Brigada da Marinha; Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro e arsenais de outras províncias; Contadoria e Pagadoria; e, Academia Real dos Guardas-Marinha.³⁹

O Ministro do Interior e Negociações Estrangeiras, José Bonifácio de Andrada e Silva, teve primordial influência na construção da Marinha Imperial. A respeito

disso, o Serviço de Documentação da Marinha destaca:

O instrumento decisivo para alcançar a independência unificada do Brasil certamente foi a feliz decisão do Governo Imperial, sob as influências de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, e Caldeira Brant Pontes, de prestar uma esquadra capaz de garantir o controle do mar, negando-o aos portugueses; possibilitar o deslocamento de tropas de maneira mais rápida; cortar as linhas de recebimento de suprimento e reforço do inimigo por mar.⁴⁰

Após 1823, a estrutura administrativa da Marinha Imperial continuou crescendo e atuando decisivamente em muitas batalhas. Porém, busca-se destacar apenas o começo da história dessa instituição que fora tão importante à sociedade brasileira. Neste primeiro período, como descreve o SDM, a unificação do Brasil dependeu significativamente da Marinha, ou melhor, da construção de uma Marinha fiel e capacitada.



Sobre a formação da Marinha sabe-se, até o momento, como os navios foram adquiridos e, em suma, como foi organizada a primeira estrutura administrativa. Falta compreender como foi possível organizar o pessoal da Marinha, sendo a população brasileira constituída majoritariamente por escravos, indígenas e portugueses.

Um outro obstáculo à formação da Marinha Imperial era o recrutamento de pessoal capacitado para compor a esquadra. Caminha descreve que naquele tempo, o nível intelectual dos brasileiros era extremamente baixo.⁴¹ Para se ter maior noção, os marinheiros, soldados e operários da Marinha da Corte eram todos analfabetos. Oficiais, mestres, contramestres e mandadores das oficinas do próprio Arsenal da Marinha, também, a maioria analfabetos. Independentemente das condições intelectuais da população, a urgência da esquadra exigia um rápido recrutamento.

Iniciou-se a formação das guarnições através do engajamento voluntário da população e do recrutamento forçado – procedimentos

que perduraram até 1836⁴². Por falta de pessoal, principalmente capacitado, foram contratados militares estrangeiros remanescentes da Marinha inglesa, entre eles o oficial Lorde Thomas Cochrane⁴³.

Cochrane, segundo Giacopini, foi um grande comandante de fragatas na Europa.⁴⁴ Também foi Comandante em Chefe da Esquadra chilena, durante a guerra da libertação do Chile e Peru. Além de experiente era corajoso, audacioso e competente. Martins assevera que por essas razões o Oficial foi convidado por Caldeira Brant, por determinação do Ministro José Bonifácio, a compor a força naval brasileira.⁴⁵ Chegou no Rio de Janeiro em 13 de março de 1823, juntamente com quatro oficiais ingleses. Na sua primeira entrevista com o Ministro da Marinha Luís Moreira Cunha, deixou claro que não queria ficar subordinado a um almirante português. Essa condição o colocou no posto de Primeiro-Almirante da Esquadra Nacional.

Além da contratação de Cochrane, Martins conta que o representante do Brasil na Europa, Cal-



deira Brant, enviou um recrutamento de 600 oficiais e marinheiros ingleses.⁴⁶ Caminha acrescenta que a oficialidade portuguesa que aderiu a luta brasileira constituía em: 96 oficiais, sendo dois deles vice-almirantes, dois chefes-de-esquadra, um chefe-de-divisão, nove capitães-de-mar-e-guerra, vinte e um capitães de fragata, dezoito capitães-tenentes e, vinte e sete segundos-tenentes; catorze guardas-marinha e dezenove aspirantes a guarda-marinha.⁴⁷ A esquadra que estava na Bahia permaneceu a favor da Corte de Portugal, mas, o Batalhão da Artilharia e as guarnições dos navios nos portos brasileiros, estavam à serviço do Imperador.

Aquilo que era quase impossível – construir uma força naval capaz de combater os portugueses e controlar as divergências internas – acabou se concretizando. A Marinha Imperial estava improvisadamente pronta para lutar pela unificação do Brasil. De fato, esta foi a primeira Marinha organizada para defender propriamente o Brasil, por causas nacionais. Com o

passar dos anos, a força naval pode compor guarnições exclusivamente brasileiras.

Mas, como visto, antes de se chegar a tal brasilidade, o pessoal estrangeiro e a administração implantada pelos portugueses, possibilitaram estrutura para a Marinha Imperial. Caminha diz que muitas regulamentações foram apenas repetições e reiterações do que já havia sido implementado em 1796.⁴⁸ Como exemplo, as regulamentações básicas das atividades realizadas a bordo dos navios da Marinha Imperial.

O Regimento Provisional para a Armada, de 1796, o qual a Marinha Imperial continuou seguindo, subdividia-se em: Capítulo I – Ordens sobre a política e disciplina; Capítulo II – Ordens sobre o método do serviço fundeado, que inclui cerimonial marítimo e organização do serviço de quartos de vigia; Capítulo III – Ordens sobre o método do serviço andando a vela, que inclui regras para evitar abalroamento quando navegando em esquadra, e, disposições para o combate; Capítulo IV – Método de



repartir a guarnição dos navios nos seus postos para ocasião de combate; Capítulo V – Distribuição dos oficiais. Essas disposições começaram a ser atualizadas somente em meados do século XIX, quando tecnologias, como a propulsão a vapor, começaram a mudar a realidade naval.⁴⁹

A respeito dos uniformes, na Marinha portuguesa até 1756 eles não existiam, somente os oficiais vestiam-se como fidalgos. A partir de 1756, foram criados para os oficiais primeiramente e depois para a marinhagem. Na Marinha Imperial, após a proclamação da Independência do Brasil, o Decreto Imperial de 27 de outubro de 1823 aprova um plano para os uniformes dos oficiais da Armada Nacional e Imperial, incluindo os guardas-marinha e os aspirantes a guarda-marinha.

Toda essa organização, desde o arrecadamento dos navios até o plano dos uniformes, fortaleceu significativamente o sentimento patriota dos brasileiros. Mas, somente a consolidação da indepen-

dência do País permitiu que esse sentimento se proliferasse.

ATUAÇÃO DA MARINHA IMPERIAL BRASILEIRA NAS BATALHAS DA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

Em 1823, o Norte, Nordeste e Sul do Brasil eram as principais regiões em que o poder da Corte se mantinha. Sem romper essas estruturas fiéis ao domínio de D. João, a unificação brasileira seria inalcançável. A missão da nova Marinha Imperial era árdua e custosa. Sua primeira atuação foi na Bahia, especificamente em Salvador – região fortemente dominada pelas forças portuguesas.

a) O bloqueio de Salvador

Lorde Thomas Cochrane, embarcado na nau *D. Pedro*, de 74 canhões, comandada pelo inglês Crosbie, seguiu rumo a Bahia em abril de 1823 para cumprir sua primeira missão como Primeiro-Almirante da Marinha Imperial – o bloqueio de Salvador e o apoio às tropas patriotas do General Labatut



que lá se encontravam. Juntamente com a nau, as fragatas *Piranga* e *Niterói*, os brigues *Real Pedro* e *Guarani*, e as corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, constituíam a modesta Esquadra brasileira comandada por Cochrane.⁵⁰

Durante a viagem, Cochrane aproveitou para conhecer e avaliar a personalidade e os méritos de seus oficiais, assim como, para treinar as tripulações:

Não foi nada fácil essa tarefa: as tripulações da maioria dos navios eram formadas de ingleses que não falavam uma palavra de português; de brasileiros que mostravam-se inteiramente ignorantes das coisas do mar; e de taciturnos e ressentidos portugueses. Os soldados da Brigada da Marinha não eram melhores, pois quase todos eram escravos libertos, preguiçosos demais para limpar seus alojamentos, e nada sabiam acerca de suas armas e dos canhões. [...] as tripulações eram diariamente chamadas a cumprir as tarefas de disparar os canhões, limpar as peças e tornar a carregar-las até que essas atividades se tornassem automáticas.⁵¹

Essa tentativa de treinar os homens, a princípio, não trouxe resultados. Além das tripulações pouco capacitadas, as únicas embarcações que provaram ser velozes foram a nau *D. Pedro* e a corveta *Maria da Glória*. A fragata *Piranga*, a corveta *Liberal* e o brigue *Guarani*, eram muito lentos e pesados. No terceiro dia de viagem, estes dois últimos já haviam ficado muito atrás das outras embarcações. De fato, a separação da Esquadra em alguns momentos seria inevitável, mas, a capacidade dos navios realmente deixava a desejar.⁵²

Superando suas condições, no dia 25 de abril, a Esquadra estava perto de atacar a Bahia e Cochrane passou o dia todo exercitando seus navios e entregando às tripulações cutelos, pistolas e lanças. Mesmo com grande desvantagem numérica de pessoal e de embarcações, o Primeiro-Almirante estava confiante na vitória brasileira. O que ele não esperava era encontrar uma esquadra portuguesa organizada. Enquanto a Esquadra do Brasil se preparava para eliminar as resis-



tências em Salvador, a força naval do Almirante Félix Pereira Campos, com 13 navios e um total de 399 canhões e 4.150 homens, também se armava para luta⁵³.

Vale assevera que, a princípio, a missão da expedição portuguesa era de navegar até o Rio de Janeiro para conter a rebelião brasileira, depois, até o Sul para recolher as forças sitiadas em Montevideú transferindo-as para a Bahia.⁵⁴ Mas, as notícias de que Cochrane se aproximava de Salvador mudou os planos da esquadra. A força naval do Brasil somava 234 canhões, mesmo assim, era necessário adiar a retirada da força portuguesa de Salvador.

No dia 29 de abril, a esquadra portuguesa saiu do porto com o objetivo de conter os navios brasileiros. No dia 4 de maio, as duas forças inimigas já se avistavam em alto mar. Os brasileiros estavam velejando para o oeste a fim de interceptar os portugueses. Cochrane, consciente de sua modesta esquadra, ordenou atacar o centro, com o intuito de cortar a esquadra à altura do oitavo navio, destruindo

a retaguarda⁵⁵. Segundo Giacopini, não foram todos os navios que obedeceram essa ordem. Para o autor, isso foi um claro sintoma da improvisação, do escasso preparo das guarnições e dos sentimentos contraditórios que moviam os ex-súditos portugueses⁵⁶.

Na troca de tiros, a nau *D. Pedro* atingiu a embarcação portuguesa *Princesa Real*, mas, quando Cochrane percebeu que o navio tinha ficado apenas levemente avariado a decepção foi grande.

[...] com as tensões do combate, não só a recém-adquirida proficiência no manejo dos canhões desintegrou-se, como também os portugueses que faziam parte da tripulação deliberadamente criaram obstáculos aos esforços da *Pedro I*.⁵⁷

Irritado e decepcionado, Cochrane fez dos resultados ruins dessa primeira experiência instrução para as novas providências. Abortou o ataque e direcionou a Esquadra para o Morro de São Paulo, trinta milhas ao sul de Salvador. Lá, o Primeiro-Almirante



escolheu os melhores homens e o material mais eficiente, embarcando todos na nau *D. Pedro* e na fragata *Maria da Glória*. O pessoal retirado foi para as outras unidades para serem adestrados⁵⁸. O Ministro Cunha Moreira também ordenou o envio de reforços, cento e dois marinheiros britânicos e dois oficiais desembarcaram no Morro de São Paulo no dia 13 de junho de 1823.

Somente depois de expulsar os elementos desleais e reforçar suas tripulações, numa segunda tentativa contra as forças navais portuguesas, Cochrane bloqueou Salvador e capturou navios que já estavam sitiados pelas forças patriotas terrestres. Mas, se Vale aponta que os portugueses perderam a oportunidade de vencer na primeira batalha, pois, as lerdas e pesadas embarcações do Brasil poderiam ter sido facilmente aprisionadas, como o bloqueio de Salvador foi possível se a maioria dos navios continuavam com capacidades inferiores? O próprio autor esclarece:

Na madrugada do dia 13 de maio, a *Pedro I* e a *Maria da Glória*, suas tripulações substancialmente reforçadas, fizeram-se de vela para bloquear Salvador, permanecendo a *Ipiranga*, a *Niterói* e a *Liberal* fundeadas, e o *Guarani* patrulhando as águas diante do Morro de São Paulo. Cochrane e seus dois navios, não levando em consideração a poderosa Esquadra portuguesa que navegava para leste, começaram a realizar operações de presa. No decurso de uma semana, cinco navios haviam sido capturados.⁵⁹

Giacopini conta que na esquadra portuguesa localizada a leste, a qual Cochrane num primeiro momento deixou partir, encontrava-se embarcadas as autoridades da província baiana, fugindo para o Maranhão. Porém, enquanto o comboio se retirava, os navios brasileiros atacaram sua calda e capturaram vários navios mercantes e de guerra. Isso se sucedeu durante vários dias.⁶⁰

No dia 25 de maio o comandante da força portuguesa, Félix Campos, resolveu atacar a base da



Esquadra brasileira – o Morro de São Paulo. Nesse dia, a nau *D. Pedro* estava sendo reabastecida na base. Cochrane esperou a chegada do inimigo imaginando o pior resultado para sua esquadra ali fundada. No entanto, Félix Campos se intimidou e não fez o ataque. A nau terminou de ser abastecida e retornou ao palco da batalha unindo-se à *Maria da Glória* e à *Real Carolina*, esta recém incorporada na esquadra, para terminar de consolidar o bloqueio e expulsar de Salvador o restante dos oponentes.

No dia 2 de julho, depois de esvaziar todo o Arsenal e armazéns, num gigante comboio os últimos portugueses se retiravam da Bahia. Estes foram acompanhados e açoitados pela Esquadra brasileira, principalmente pela fragata *Niterói*, comandada pelo capitão-de-fragata John Taylor, que depois de ganhar reforços, contribuiu na atuação da Marinha Imperial⁶¹.

A primeira missão estava cumprida, Salvador estava liberto do poderio da Corte portuguesa.

[...] em Lisboa, Pereira Campos teve que usar a sua habilidade para explicar como, com os treze navios sob suas ordens, não fora capaz de tomar conta de uma única nau inimiga [...].⁶²

A força naval do Brasil, de fato, foi fundamental para este fim. Porém, não se pode esquecer que as forças militares terrestres atuaram substancialmente, sitiando as forças portuguesas.

Segundo Diégos:

[...] por sua própria natureza, a força naval não “executa” a expulsão. Não ocupa posições em terra, mas pode controlar o espaço marítimo vital ao inimigo, engendrar situações propícias à força terrestre para uma vitória decisiva [...].⁶³

E foi exatamente isso que aconteceu. No entanto, as batalhas em Salvador foram apenas o começo da guerra pela independência.

b) A deposição das forças portuguesas no Maranhão e Pará

O próximo desafio da Esquadra brasileira era o Maranhão. As grandes e pequenas cidades dessa



província – dominada pelos comerciantes, funcionários e guarnições portuguesas – apoiavam a Corte de Portugal e ignoravam completamente os planos de independência de D. Pedro. Graças à audácia de Cochrane, São Luís foi libertada de forma astuta. Sem a utilização de tiros, o Primeiro-Almirante despatchou a guarnição portuguesa e, ainda, capturou o brigue *D. Miguel* e oito canhoneiras. Como isso foi possível?

Bittencourt assevera que foi a utilização de um hábil ardil, um blefe, que levou a deposição da Junta Governativa que era fiel à Lisboa, no dia 27 de julho de 1823.⁶⁴ Cochrane enviou uma carta para a Junta informando que, assim como a Bahia, o Maranhão deveria aderir a causa da independência. Salientou que se aproximava da província um vultoso Exército nacional e uma potente Força Naval, a qual a nau *D. Pedro* estaria à frente para tomar São Luís. Vale conta como as autoridades do Maranhão reagiram com a chegada dessas notícias:

Foi apressadamente convocada uma reunião da Junta e das forças militares. Diante do bloqueio naval e da ameaça de forças esmagadoramente superiores, ficou resolvido por unanimidade aceitar o inevitável e abraçar a causa da independência [...] O General Agostino de Faria deu resposta em separado ao Primeiro-Almirante, confirmando que suas tropas não iriam de modo algum obstruir qualquer decisão visando a unir o Maranhão ao Império brasileiro [...].⁶⁵

O mesmo ardil foi utilizado no Grão-Pará, porém, conduzido por John Pascoe Grenfell, o qual seguiu fielmente as instruções de Cochrane. No dia 6 de agosto, Grenfell partiu de São Luís para o Pará no comando do brigue *Maranhão*, armado com 18 canhões e guarnecido com dois oficiais e noventa tripulantes. No dia 10 o navio chegou nas proximidades da Ilha dos Periquitos, região fora do alcance das baterias portuguesas. Grenfell escreveu à Junta da Província do Pará informando a chegada da gigantesca força brasileira. Cochrane também enviou uma



carta confirmando a adesão do Maranhão e garantindo a vida e os bens dos portugueses que aderissem a causa da independência.

No dia 15 de agosto de 1823, a Província do Pará tornou-se parte do Império do Brasil.

[...] A cidade iluminou-se durante três noites. No dia seguinte, foram prestados os juramentos de fidelidade e, no dia 17 de agosto, eleita nova Junta Provincial⁶⁶

Depois dessa conquista, Grenfell precisava cumprir a segunda ordem proferida por Cochrane, incorporar a fragata *Imperatriz* à Esquadra e apresiar outros navios e suas respectivas cargas, e, recrutar oficiais e marinheiros.

A independência estava conquistada, mas, os conflitos internos entre facções de brasileiros e portugueses que aderiram a causa nacional tornaram as províncias do Maranhão e Pará um verdadeiro caos. Isso fez com que a Marinha Imperial desempenhasse, em vez de ataques ofensivos, uma função

política diplomática e armada a fim de apaziguar o clima hostil⁶⁷.

Por fim, Cochrane, quando regressou ao Rio de Janeiro com a feliz notícia da libertação de três províncias do Brasil, foi recebido pessoalmente por D. Pedro e com grandes gestos de gratidão. Em novembro de 1823, o Primeiro-Almirante foi nomeado Marquês do Maranhão e condecorado com a Ordem Imperial do Cruzeiro.

A Marinha Imperial do Brasil, módica e totalmente remendada, estava cumprindo sua missão. Ataques ofensivos corajosos e recuos estratégicos na Bahia, blefes astutos, apaziguamento diplomático e armado no Maranhão e no Pará. Todas essas ações acabaram por garantir a consolidação do Império no norte e nordeste do País. A alegria contagiava os patriotas, mas, a luta pela independência não havia terminado.

c) Vitória estratégica na Província Cisplatina

Enquanto no Norte e Nordeste a situação estava razoavelmente resolvida, no Sul do País o Capi-



tão-de-Mar-e-Guerra da Esquadra brasileira Pedro Antônio Nunes, se esforçava para manter um rigoroso bloqueio em Montevidéu, capital da Província Cisplatina. O brigue *Real Pedro* e as escunas *Cossaca* e *Seis de Fevereiro*, bloqueavam as forças portuguesas desde o dia 15 de março de 1823. No dia 12 de agosto a corveta *Liberal*, o brigue *Cacique* e o brigue-escuna *Leopoldina*, chegaram para colaborar com a ação de Antônio Nunes. Em setembro, o brigue *Guarani* completou a força naval brasileira⁶⁸.

No dia 21 de outubro a esquadra dos portugueses saiu do porto com ordem de batalha e logo avistaram os brasileiros que se encontravam ao largo de Montevidéu. Antônio Nunes avançou contra os portugueses, tomando à frente com a corveta *Liberal* de 20 canhões, comanda pelo capitão-tenente Antônio Salema Freire Garção. Atrás, avançaram os brigues *Cacique* de 20 canhões, o *Guarani* e o *Real Pedro* de 14 canhões cada, o brigue-escuna *Leopoldina* e as escunas *Seis de Fevereiro* e *Cossaca*. A força naval portuguesa estava

composta por duas corvetas, uma de 26 canhões e a outra com 16, um brigue de 16 canhões e uma escuna de 14 canhões⁶⁹.

Um violento combate aconteceu até que os portugueses abandonaram a luta e voltaram para Montevidéu. As operações navais na Cisplatina se assemelharam com as da Bahia, isto é, um bloqueio naval conjugado com cerco por terra. Essa estratégia isolou em Montevidéu as tropas portuguesas inimigas, comandadas por D. Álvaro Macedo. Este, já informado das conquistas do Império no Norte e Nordeste, e, consciente da impossibilidade de receber reforços de outras regiões, acabou por convencer-se da irrelevância de sua resistência.

Mesmo sendo uma batalha violenta, as forças navais do Império brasileiro configuraram uma vitória estratégica, apenas com a manutenção do bloqueio.

O desabastecimento provocado pelo bloqueio e pelo cerco por terra, somado à desalentadora notícia que Montevidéu era a última resistência portuguesa na



ex-colônia, provocou a evacuação do contingente português da Cisplatina em novembro de 1823.⁷⁰

E, segundo Giacopini, neste mesmo mês e ano, Portugal reconhecia a Independência do Brasil, agora, sua ex-colônia.⁷¹

BREVE APRECIACÃO SOBRE A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA MARINHA IMPERIAL

Como visto, a falta de recursos, homens pouco capacitados e portugueses infieis, não impediram que a Marinha Imperial brasileira se formasse e atuasse efetivamente. Vale assevera que graças aos esforços da Esquadra Nacional,

[...] o Governo Imperial se encontrava em condições de iniciar negociações de paz que permitissem o reconhecimento de sua independência com êxito⁷².

Sabe-se que o resultado vitorioso não foi mérito apenas da força naval, a força terrestre atuou significativamente pela unificação do país. No entanto, foi o controle

do mar que impediu que as tropas inimigas ganhassem reforços e que se deslocassem pela costa brasileira.

Não há dúvidas que a atuação militar foi fundamental para o reconhecimento do Brasil como uma nação independente. As estratégias escolhidas foram condizentes com as circunstâncias políticas e sociais da época. Diégues descreve que foram estratégias que se produziram a partir de situações concretas de ameaça à sobrevivência do Estado brasileiro. O autor acrescenta:

Como em todo ambiente de crise, ela envolve um sentimento de incerteza em relação a seus desdobramentos; e de urgência, no que diz respeito às decisões a adotar. Os estrategistas do Brasil independente não se veem diante de hipóteses conflituosas de maior ou menor probabilidade de ocorrência. Deparam-se com uma ameaça incontornável, com referência à qual devem instrumentar, sob pressão dos acontecimentos, a ação estratégica à consumação do projeto. Não se perdem em ilações estranhas à realidade que vivenciam.⁷³



Determinadas circunstâncias vivenciadas em sociedade e entre sociedades, tanto no passado quanto no presente, exigem decisões que não permitem, muitas vezes, uma gama de hipóteses e probabilidades. As circunstâncias emergem concomitantemente e o que se tem é a experiência e a capacidade de fazer uso desta para decidir, reagir, em um curto espaço de tempo. D. Pedro I decidiu ficar e consolidar a unificação do Brasil. Concomitante a essa decisão, a guerra estava declarada, as revoltas internas afloradas e a insegurança instalada. A formação da Marinha Imperial não foi um plano, foi uma emergência; uma estratégica e corajosa decisão tomada sob pressão, que deu origem a uma das instituições mais importantes do país, a Marinha do Brasil.

Outro aspecto que vale ser ressaltado diz respeito ao aprendizado e a evolução naval a partir das batalhas da independência. Caminha assevera que “[...] a luta pela independência foi uma grande es-

cola para nossos homens do mar”⁷⁴.

Nesse período foi possível desenvolver habilidades de controle do mar e de combate, o que resultou numa maior consciência marítima, uma percepção naval para além dos rios e costados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de discorrer sobre a formação e atuação da Marinha Imperial nas batalhas da Independência foi desenvolvido e, consequentemente, criou-se uma oportunidade para a reflexão sobre a função e o valor dos militares à sociedade brasileira. Entende-se que somente a partir do estudo da História torna-se possível um raciocínio sensato, crítico, até mesmo justo, sobre a missão militar e a realidade presente. O espaço para a devida reflexão a partir dos acontecimentos passados abre-se incondicionalmente, na medida em que se estuda os fatos históricos com autêntico interesse.

O recorte enfatizado no artigo, sobre a formação e atuação da Ma-



rinha, revelou intrinsecamente a importância de alguns deveres e valores militares, os quais transcendem séculos. Como exemplo, a disciplina, a hierarquia, o patriotismo, o espírito coletivo e a defesa da pátria. Este último nos dias de hoje pode suscitar curiosidade. Defender a pátria do que ou de quem?

A resposta para esse questionamento não pode ser satisfatoriamente desenvolvida no presente artigo. Porém, pode-se afirmar que atualmente a diplomacia e os sistemas políticos democráticos prezam pelas relações pacíficas, logo, o conflito armado não deve ser estimulado. Isso não diminui a importância e responsabilidade das instituições militares à sociedade no século XXI. Primeiramente porque os militares não somente se preparam para uma guerra, eles também se preparam para manter a paz, para consolidar e manter o patriotismo e para conservar as tradições. Por segundo, a floresta Amazônica e a imensa costa marítima fazem do Brasil um país coberto desde sua descoberta até os

dias atuais e, nada garante que a humanidade inteira está plenamente consciente do valor da vida humana.

BIBLIOGRAFIA

BITTENCOURT, A.S. (Org.). *Introdução à História Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006. Disponível em: <<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000008/00000898.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2019.

CAMINHA, H. M. Evolução da estrutura administrativa do Ministério da Marinha no Império. *História Naval Brasileira*. T. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002a.

CAMINHA, H. M. Organização do Pessoal na Marinha Imperial. *História Naval Brasileira*. T. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002b.

DIÉGUES, F. M. F. A Estratégia da Independência. *Revista Marítima Brasileira*, v. 133, p. 21-33. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2013. Disponível em:



<<http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb-1-2013.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2019.

GIACOPINI, G. História da Marinha Brasileira. *Revista Marítima Brasileira*, n.1,2 e 3, p. 81-102. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1963. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/pdf/008567/per008567_1963_00182.pdf>. Acesso em 30 jul. 2019.

GOMES, L. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, L. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*. São Paulo: Globo, 2015.

MARTINS, H. L. Os ingleses na Marinha da Independência. *Revista Marítima Brasileira*, v. 134, p. 37-47. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2014. Disponível em: <[http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb-1-](http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb-1-2014.pdf)

2014.pdf>. Acesso em 30 jul. 2019.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. *História*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<<https://www.marinha.mil.br/conteut/historia-0>>. Acesso em 30 jul. 2019.

VALE, B. A criação da Marinha Imperial. *História Naval Brasileira*, T. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002a.

VALE, B. A ação da Marinha nas Guerras da Independência. *História Naval Brasileira*, T. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002b.

¹ BITTENCOURT, A.S. (Org.). *Introdução à História Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006. Disponível em: <<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000008/00000898.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2019, p. 9.

² *Ibid.*, p. 67.

³ VALE, B. A criação da Marinha Imperial. *História Naval Brasileira*, T. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002a, p. 63.



⁴ GOMES, L. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007, p. 31.

⁵ BITTENCOURT, *op. cit.*, p. 66.

⁶ GOMES, 2007, *op. cit.*, p. 87-68.

⁷ VALE, 2002a, *op. cit.*, p. 63.

⁸ GOMES, 2007, *op. cit.*, p. 46.

⁹ BITTENCOURT, *op. cit.*, p. 66-67.

¹⁰ GOMES, 2007, *op. cit.*

¹¹ VALE, 2002a, *op. cit.*, p. 64.

¹² BITTENCOURT, *op. cit.*, p. 70-71.

¹³ GOMES, 2007, *op. cit.*

¹⁴ BITTENCOURT, *op. cit.*, p. 73.

¹⁵ *Ibid.*, p. 74.

¹⁶ VALE, 2002a, *op. cit.*, p. 64.

¹⁷ GOMES, 2007, *op. cit.*, p. 229.

¹⁸ VALE, 2002a, *op. cit.*, p. 65.

¹⁹ BITTENCOURT, *op. cit.*, p. 74.

²⁰ GOMES, 2007, *op. cit.*, p. 334.

²¹ BITTENCOURT, *op. cit.*, p. 67.

²² VALE, 2002a, *op. cit.*, p. 67.

²³ *Ibid.*

²⁴ GOMES, L. *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*. São Paulo: Globo, 2015.

²⁵ DIÉGUES, F. M. F. A Estratégia da Independência. *Revista Marítima Brasileira*, v. 133, p. 21-33. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2013. Disponível em: <<http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb-1-2013.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2019.

²⁶ GOMES, 2015, *op. cit.*

²⁷ BITTENCOURT, *op. cit.*, p. 75-76.

²⁸ *Ibid.*

²⁹ GOMES, 2015, *op. cit.*

³⁰ VALE, 2002a, *op. cit.*, p. 69.

³¹ *Ibid.* p. 70.

³² *Ibid.*

³³ *Ibid.*, p. 70-71.

³⁴ GOMES, 2015, *op. cit.*

³⁵ VALE, 2002a, *op. cit.*, p. 84.

³⁶ CAMINHA, H. M. Evolução da estrutura administrativa do Ministério da Marinha no Império. *História Naval Brasileira*. T. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002a, p. 9-11.

³⁷ *Ibid.*, p. 11-13.

³⁸ *Ibid.*, p. 13.

³⁹ *Ibid.*, p. 10.

⁴⁰ SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. *História*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/historia-0>>. Acesso em 30 jul. 2019.



-
- ⁴¹ CAMINHA, H. M. Organização do Pessoal na Marinha Imperial. *História Naval Brasileira*. T. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002b.
- ⁴² *Ibid.*, p. 46.
- ⁴³ BITTENCOURT, *op. cit.*, p. 76.
- ⁴⁴ GIACOPINI, G. História da Marinha Brasileira. *Revista Marítima Brasileira*, n.1,2 e 3, p. 81-102. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/008567/pe008567_1963_00182.pdf>. Acesso em 30 jul. 2019.
- ⁴⁵ MARTINS, H. L. Os ingleses na Marinha da Independência. *Revista Marítima Brasileira*, v. 134, p. 37-47. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2014. Disponível em: <<http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb-1-2014.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2019.
- ⁴⁶ *Ibid.*
- ⁴⁷ CAMINHA, 2002b, *op.cit.*
- ⁴⁸ *Ibid.*
- ⁴⁹ *Ibid.*, p. 52.
- ⁵⁰ GIACOPINI, *op.cit.*, p.83.
- ⁵¹ VALE, B. A ação da Marinha nas Guerras da Independência. *História Naval Brasileira*, T. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002b, p. 93.
- ⁵² *Ibid.*
- ⁵³ GIACOPINI, *op.cit.*, p.83.
- ⁵⁴ VALE, 2002b, *op.cit.*
- ⁵⁵ *Ibid.*, p. 95-96.
- ⁵⁶ GIACOPINI, *op.cit.*, p.83.
- ⁵⁷ VALE, 2002b, *op.cit.*, p. 96.
- ⁵⁸ GIACOPINI, *op.cit.*, p.84-85.
- ⁵⁹ VALE, 2002b, *op.cit.*, p. 98.
- ⁶⁰ GIACOPINI, *op.cit.*, p.84-85.
- ⁶¹ BITTENCOURT, *op. cit.*, p. 77.
- ⁶² GIACOPINI, *op.cit.*, p.85.
- ⁶³ DIÉGUES, *op.cit.*, p. 32.
- ⁶⁴ BITTENCOURT, *op. cit.*
- ⁶⁵ VALE, 2002b, *op.cit.*, p. 108.
- ⁶⁶ *Ibid.*, p. 114.
- ⁶⁷ BITTENCOURT, *op. cit.*, p. 78.
- ⁶⁸ VALE, 2002b, *op.cit.*, p. 120.
- ⁶⁹ *Ibid.*, p. 121.
- ⁷⁰ BITTENCOURT, *op. cit.*, p. 78.
- ⁷¹ GIACOPINI, *op.cit.*, p.85.
- ⁷² VALE, 2002b, *op.cit.*, p. 123.
- ⁷³ DIÉGUES, *op.cit.*, p. 33.
- ⁷⁴ CAMINHA, 2002b, *op.cit.*, p. 41.
-

A construção discursiva do argumento da “civilização nos trópicos” na narrativa de guerra *A Retirada da Laguna*

Maristela da Silva Ferreira ^a

Resumo: Este estudo examina a narrativa de guerra *A Retirada da Laguna*, de Alfredo d’Escragno Taunay, (o Visconde de Taunay), episódio que ocorreu no contexto da Guerra do Paraguai (1864 – 1870). O livro relata as experiências e os terríveis sofrimentos por que passaram os integrantes daquela coluna expedicionária, dentre eles o autor do livro, que integrava a Comissão de Engenheiros, e que, com seus companheiros de guerra, experimentou “*39 léguas ao todo percorridas em 35 dias de dolorosa recordação*”, de 8 de maio a 11 de junho de 1867. A leitura da obra deixa flagrante a presença de uma polarização dos conceitos referenciais de civilização e barbárie, e oferece-nos a temática principal selecionada para esta pesquisa, o entendimento da obra como um instrumento para o enaltecimento do império brasileiro, e como tentativa de inserção da nação no rol dos povos considerados civilizados no mundo ocidental. Nesses termos, o estudo se desenvolve com o objetivo de entender e explicitar o que era o conceito de civilização para o autor, considerando seus valores pessoais e seu contexto de época; e, por meio de uma abordagem da linguagem afinada com os *estudos de discurso*, identificar os saberes linguísticos e de conhecimento de mundo mobilizados pelo autor para favorecer, no plano textual da obra, a perspectiva civilizatória e humanitária da guerra travada.

Palavras-chave: *A Retirada da Laguna*. Visconde de Taunay. Império. Civilização. Barbárie.

INTRODUÇÃO

A leitura da narrativa de guerra

A Retirada da Laguna (Taunay 1871 e seguintes) deixa entrever, que, para além das ofensivas béli-

^a Tenente-coronel do Quadro Complementar de Oficiais. Associada titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



cas, e das questões diplomáticas, havia, no projeto político do Império, outra argumentação possível a que a guerra serviria e pela qual poderia ser justificada.

Este estudo retorna ao clássico texto de Taunay, *A Retirada da Laguna*, para investigar, em sua tessitura, como essa narrativa de guerra pode ser compreendida, também, como um instrumento para o enaltecimento do império brasileiro e como tentativa de inserção da Nação no rol dos povos considerados civilizados no mundo ocidental. Nesse contexto, nossa principal indagação pode ser assim representada: Como a guerra, que configura a antítese da civilidade, pode servir a um projeto nacional de elevação do Estado ao patamar dos povos do mundo civilizado ocidental? A motivação para a realização deste trabalho se deu também a partir da leitura do artigo de Albuquerque e Loureiro (2018), “Não havia um coração que não fosse presa dos mais desconhecidos sentimentos: A Passagem de Humaitá, projetos de nação e representações da guerra”, cujo diálogo intertextual com a

obra de Renato Restier, *Antítese da civilidade: Poder Naval, pensamento político e guerra no Segundo Reinado (1850-1876)* muito contribui para a construção das respostas parciais que aqui apresentamos.

O presente trabalho se organiza, em linhas gerais, como propósito de: (i) conhecer melhor a história da produção e repercussão do livro, (ii) identificar, com mais profundidade, a concepção do autor sobre o “mundo civilizado”, entendendo que ele, situacional e historicamente, dá voz a uma elite, tanto no meio militar quanto na corte imperial, aderindo incondicionalmente aos ideais monarquistas, e (iii) por fim, reconhecer na narrativa da Retirada os itens textuais que confirmam e explicitam a tese proposta nesta pesquisa: a contribuição dessa narrativa de guerra para o fortalecimento do argumento civilizatório e para a inserção do Estado Nação brasileiro no rol das nações do mundo civilizado.

Nessa perspectiva, informamos que o percurso metodológico adotado para tratar o texto de Taunay dentro da ótica da ciência da



linguagem, principal formação desta pesquisadora, buscará uma simplificação dos estudos do discurso¹, afinal, mais do que o exame dos elementos linguísticos, este estudo privilegia a dimensão histórica representada na obra literária *A Retirada Laguna*.

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, RECEPÇÃO E REPERCUSSÃO DA OBRA *A RETIRADA DA LAGUNA*: BREVES APONTAMENTOS

O historiador Sérgio Medeiros, em primorosa introdução à edição de 1997, informa-nos que as anotações feitas por Alfredo d’E. Taunay (1843 – 1889), membro da comissão de engenheiros, em um diário de campanha, durante o decorrer da dolorosa expedição ao Mato Grosso, foram reescritas em forma de romance por insistência, do pai do jovem tenente recém chegado “dos fundos dos sertões” da província do Mato Grosso.

A 1ª edição, em língua francesa, se deu em 1871, havendo ainda mais duas edições nesse idioma,

em 1879 e 1891. A primeira tradução para a língua portuguesa se deu em 1874. Considera-se, assim, que a gênese de *A Retirada da Laguna* está localizada durante o desenrolar do episódio (1867), onde seu autor é, também, testemunha das experiências narradas. Acreditamos que o livro, escrito durante e após a guerra, tenha sido a semente que fertilizou tantas outras obras a respeito da guerra, produção bastante alentada em nosso país.

A Guerra do Paraguai foi tema de produções literárias desde o seu início, hoje, passados 150 anos do primeiro tiro, o volume de publicações continua com fôlego alentado. Há poesia, drama, narrativa, conto, ensaio, memórias. A lista completa é grande, mas como ilustração, começamos com os poemas de Castro Alves nos recitativos para angariar fundos para os Voluntários da Pátria: “Pesadelo de Humaitá” e “Quem dá aos pobres empresta a Deus”; passamos por Iaiá Garcia, de Machado de Assis; por Dyonélio Machado e os contos de Um pobre homem; e, o mais recente O rastro do jaguar, de Murilo Carvalho. Quase todos os gêne-



ros, com amplo destaque para o romance, contribuem para a formação deste amplo painel sobre o conflito e seu impacto no imaginário coletivo das nações envolvidas. A produção literária é tão farta e constante que se poderia afirmar que existe um ciclo temático literário sobre a Guerra do Paraguai, ciclo este que ocupa os vácuos que a historiografia não consegue ou não pode cobrir.²

A obra foi recebida com reservas pela crítica literária de sua época, especialmente por duas razões: (i) o iminente apagamento da cena nacional experimentado por seu autor após a queda da monarquia, da qual era aliado fiel; e (ii) o fato de a obra ter sido escrita em idioma estrangeiro (francês). Em favor da decisão de Taunay pela redação em língua estrangeira, Rolph³ lembra-nos que a intenção que possivelmente levou Taunay a escolher ter sua primeira edição em língua francesa insere-se em um projeto maior de nação que o escritor nutria para o Império, algo que o alcançasse e o fizesse ocupar os assuntos e espaços intelectuais da

civilização europeia, particularmente na França, de onde bebíamos todas as influências:

Taunay não só pretenderia exibir para o mundo a nossa versão dos fatos, como também exaltar a nossa gente e país, eternizando os nossos feitos assim como Heródoto, Tucídides e Xenofonte fizeram com os de seus conterrâneos.⁴

A esse respeito, vale lembrar comunicação proferida por Eugenio Asensio⁵, na qual constata que a tão propagada máxima *semper La lingua fue compañera del Imperio* encontrada no prólogo da *Gramática Castellana*, 1492, de Antonio Nebrija, derivava de uma citação praticamente idêntica encontrada no prefácio do primeiro dos seis livros que compõem a obra “*Elegantiae Linguae Latinae*” (Elegâncias da Língua Latina) (1471) do humanista italiano Lorenzo Valla, e também já havia sido resumida em frase muito parecida pelo jurista aragonês Gonzalo Garcia de Santa Maria, em sua tradução para



o espanhol da obra “*Vitas Patrum*” (1486).

A mesma ideia, da importância da língua latina para a consolidação do império, ressoou também nas obras quinhentistas dos gramáticos portugueses Fernão de Oliveira e João de Barros, cientes do poderio do império português conquistado com as navegações e as grandes descobertas, e da necessidade de se levar ao novo mundo a língua de Portugal, vértice fundamental de difusão deste império, bem como de sua religião.

Utilizando-se da *língua companheira do Império* à época, dessa vez Taunay orquestrava levar ao mundo as grandes façanhas de um império que se formava no cone sul do novo continente, privilegiando a língua de prestígio e grande circulação na Europa.

O fato é que, ainda que sua recepção inicial tenha sido acanhada (em razão, ou não, das circunstâncias políticas e linguísticas acima apresentadas) e que até hoje persista o debate sobre seu valor documental, a obra não cessou de circular, informar e alcançar leitores de

todas as épocas e de todas as idades.

Os 21 capítulos da consagrada narrativa de Taunay sobre o penoso episódio da Retirada são repletos de fatos que não constam da história oficial. Ainda assim, muitos monumentos criados para a memória da guerra foram frutos de investigações rigorosas feitas em documentos e, também, a partir do testemunho e da colaboração de descendentes dos *soldados* que, no triste episódio, tanto sofreram.

O ESCRITOR E SEU TEMPO

As *Memórias*⁶ de Taunay, escritas entre 1890 e 1899, um pouco antes de sua morte, são um importante instrumento para conhecermos melhor o jovem autor da *Retirada*. Muito de sua infância, de sua relação com a família e ainda da relação próxima que mantinha com a família imperial constam do texto das *Memórias*.

Cresceu cercado de valores que o identificavam com o Império. Recebeu uma rígida educação e foi, desde criança, orientado pela



família, sobretudo pelo pai, para uma vida pública. Com quinze anos, em 1858, finalizou seu bacharelado em Letras no tradicional Colégio Pedro II. Sobre esse acontecimento de sua vida, registrou em suas *Memórias* lembranças orgulhosas, deixando ver que, das suas muitas habilidades e realizações, possivelmente a de um homem das letras tenha sido a que mais lhe trouxe alegrias e aquela com a qual mais se identificava:

Constitui o recebimento daquele prêmio [pelo brilhantismo nos exames finais] e a cerimônia do grau de bacharel em belas-lettras a 24 de dezembro de 1858 data importantíssima da minha vida de adolescente. Difícil me é, até em toda a carreira, encontrar outra mais cheia de intensa alegria e legítimo orgulho. Bacharel em belas-lettras aos 15 anos! Creio que os anais do Pedro II não encerram muitos destes casos!⁷

A passagem abaixo, também de suas *Memórias*, finalizando a narrativa daquele dia solene, nos traz relato emocionado sobre o recebimento do prêmio das mãos

do Imperador e de sua Imperatriz, revelando o grau de proximidade e os laços quase familiares que ligavam Taunay e sua família à família imperial.

Ao chegar de frente do Imperador e da Imperatriz deles recebi olhar tão bom, tão suave, tão enternecedor, tão de família a partilhar a alegria de um filho, que nesse dia medi a verdadeira afeição que ambos dedicavam ao bom, leal e discreto amigo Félix Emílio Taunay.

- Por mais longe – disse-me uma vez o Imperador – que eu olhe no passado, sempre encontro seu pai a meu lado, solícito e nunca importuno!

E a boa, a santa Imperatriz, quanto era meiga conosco!

Em 1853, quando estivemos habitando por alguns meses o Andaraí [...] e íamos – eu e minha irmã Adelaide – brincar com as princesas D. Isabel e D. Leopoldina, então com toda a família imperial no velho casarão do Figueiredo (depois Hotel Aurora), quanto nos mimava aquela ilustre Senhora! Foi ela quem me deu a coleção do *Conseillerdes enfants*, que incessantemente li e reli, até bem grande, e um belo volume das *Fábulas de Florian*, ainda hoje



um dos livros queridos das minhas estantes⁸.

O modelo europeu de mundo civilizado, de onde emanavam todos os costumes, valores, ideias e referências, está descrito, também, em texto escrito por representantes da elite da época para a “nobilíssima manifestação de despedida ao então Major Alfredo d’Escragnonle Taunay⁹” do serviço ao Exército Nacional. Tratava-se da “França legendaria, cérebro e coração da raça latina, este admirável país aonde os povos vão em romaria pedir o santo e a senha de todos os progressos”¹⁰.

Taunay foi educado nesse ambiente refinado, amante das artes, da música, do idioma francês e de todo tipo de elevação do sentimento e dos ideais de nação que dessa cultura e do ambiente romântico provinham. Toda a elite do imperial *bebia*, em maior ou menor medida, dessa fonte; sabemos que a família de nosso escritor não só dela *bebia* abundantemente, como a ela alimentava com sua intelectualidade e cultura artística.

A seção abaixo tem por base trabalhos acadêmicos de referência, como o artigo “*Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*”¹¹, e destina-se a trazer à luz o conceito de civilização vigente à época que, em nossa hipótese de pesquisa, dirige, *pedagogicamente*, uma significativa função comunicativa do roteiro da obra em tela.

O PROJETO CIVILIZATÓRIO DO IMPÉRIO NOS ANOS DE FORMAÇÃO DO JOVEM TAUNAY

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), inspirado no *Institut Historique*, fundado em Paris em 1834, é muito representativa do projeto que o governo brasileiro colocava em desenvolvimento no II Reinado. Sua criação insere-se num movimento historiográfico de definição da nação brasileira como representante da ideia de civilização no Novo Mundo¹². Nesse movimento buscava-se traçar a gênese da naci-



onalidade brasileira, ao mesmo tempo em que se ocupava de identificar, também, quem era *o outro*, *o não civilizado*, tanto dentro de nossas fronteiras quanto fora delas. Internamente, o conceito de civilizado era eminentemente restrito aos brancos, enquanto externamente,

define-se o *outro* desta Nação a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado. Assim, os grandes inimigos externos do Brasil serão **as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie**¹³.

O projeto historiográfico e civilizatório a cargo do IHGB estava no centro da política imperial, o Estado subsidiava 75% dos gastos da instituição, e a presença do Imperador nas reuniões era assídua, conforme Schwarcz nos informa:

[...] Ao contrário, d. Pedro interessou-se pessoalmente pelo IGHB, tendo presidido um total de 506 reuniões – de dezembro de 1849 a 7 de novembro de

1889 –, só se ausentando em caso de viagem. Tal fato torna-se ainda mais relevante se comparado à pouca participação do monarca na Câmara: lá só aparecia no começo e no final do ano, para abrir e fechar os trabalhos¹⁴.

Suas ações no Instituto, voltadas às artes e ao *movimento romântico* da época, estavam, também, diretamente relacionadas à pauta civilizatória cujo carro-chefe era a formação de uma cultura genuinamente nacional. O monarca chegou a propor aos seus integrantes, em 1849, o seguinte debate: “O estudo e a imitação dos poetas românticos promovem ou impedem o desenvolvimento da poesia nacional?”¹⁵.

Nesse ambiente de projeção e busca de constituição de uma nacionalidade, de noções de pertencimento e de fortalecimento do Estado Imperial, a Guerra do Paraguai foi uma interessante oportunidade tanto para o governo, de forma oficial, como para diversos escritores exibirem os sentimentos nacionalistas que começavam a se consolidar naquele momento. Especi-



almente para Taunay, nascido na França, talvez essa tenha sido uma oportunidade única.

Desde o primeiro decênio de existência do Instituto havia ficado claramente expressa a intenção do Imperador de que os intelectuais se encarregassem de contar a história da nação brasileira, não apenas a pretérita, mas que fosse colocada à disposição do Velho Mundo também a história do governo de Sua Majestade, o Imperador, palco de atuação de um “Estado iluminado, esclarecido e civilizador”.

Em seu discurso de inauguração da nova casa do Instituto (o Paço Imperial), em 15 de dezembro de 1849, assim se pronuncia o monarca:

Sem dúvida, Senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como

também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertence digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria.¹⁶

Essas ações de engrandecimento da cultura nacional promovidas no II Reinado, período conhecido como o auge do Império, estavam assentadas, economicamente, sobre uma sociedade que experimentava os progressos¹⁷ e a modernização decorrentes da boa condição econômica resultante do cultivo do café. A lavoura cafeeira garantia ao império brasileiro posição de liderança nas exportações do produto e permitia maior integração com o mercado mundial.

Em contrapartida, para mantermos a boa condição econômica e o progresso favorecido pelo plantio e exportação do café, continuava a necessidade de manter os grandes latifúndios dependentes da mão de obra escrava, o que, entretanto, se mostrava como uma realidade pa-



radoxal para as aspirações de modelo de nação-civilização, e com pretensões civilizadoras em relação aos seus vizinhos latino-americanos, que, inclusive, já haviam quase todos suprimido o tráfico e a escravidão no decorrer de suas guerras de independência (1810 – 1825), as exceções foram as colônias holandesas em 1863 e os Estados Unidos em 1865.

O Brasil, na lanterna das nações americanas no que diz respeito à abolição da escravatura, apenas sob grande pressão abolicionista o faria em 1888, já no fim do século.

A historiografia confirma que a Guerra do Paraguai foi evento decisivo não apenas na formação de um Exército e na consolidação dos projetos e ideias nacionais, mas também foi vetor determinante na vida econômica e política do Império e da República que se anunciava.

O ROMANTISMO E O CONCEITO DE NAÇÃO CIVILIZADA

O pensamento romântico surgido na Europa por volta do século XIX informava consideravelmente o conceito de civilização oitocentista. Suas raízes remetem às reações ao Iluminismo, que levaram a um movimento de retorno à natureza, pensamento recheado de sentimentalismo e eivado de críticas ao pensamento racional científico.

O romantismo, nascido no Velho Mundo, chegou aos países periféricos juntamente com os ares de cientificismo espalhados nos quatro cantos do planeta com as viagens de exploração e catalogação do mundo. Chegando ao Brasil, a escola romântica, herdeira de inspirações kantianas, fez adaptações no que diz respeito à história brasileira, fortalecendo o espírito nacional após a independência. A respeito das inspirações kantianas originárias, Albuquerque & Loureiro esclarecem:



O movimento romântico realizou forte apreensão das ideias de Kant, especialmente quando trata do juízo estético do homem. Basilar para toda a estética romântica, os conceitos de belo e de sublime kantianos aportaram formas consistentes que melhor elucidam as pretensões artísticas do movimento.¹⁸

Segundo estudos de Ricupero, contudo, maior foi, na verdade, a influência do romantismo francês:

[...] o Romantismo francês será principalmente uma resposta ao novo mundo que surge com a Revolução. Revolução que não se limita, na verdade, às fronteiras da França e até onde chegaram os exércitos napoleônicos, mas que é (...) uma revolução Atlântica, iniciada em 1776 na América e continuada pelas independências nacionais latino-americanas [...].¹⁹

Machado de Assis, em sua crítica à literatura (1858)²⁰, texto que inicia com a frase “A literatura e a política, estas duas fases bem distintas da sociedade civilizada [...]”, já nos alertava quanto à forte ade-

ção a um modelo europeu na forma de se fazer política e principalmente nas artes, dizendo, “daqui uma grande perda: a literatura se escravizava, em vez de criar um estilo seu, de modo a poder mais tarde influir no equilíbrio literário da América.”. E, reclamando a existência de um teatro nacional, e não apenas de encenação de dramas traduzidos da literatura francesa, assim exortava:

Passando ao drama, ao teatro, é palpável que a esse respeito somos o povo mais parvo e pobre entre as nações cultas. Dizer que temos teatro, é negar um fato; dizer que não o temos, é publicar uma vergonha. E todavia assim é. Não somos severos: os fatos falam bem alto. O nosso teatro é um mito, uma quimera. E nem se diga que queremos que em tão verdes anos nos ergamos à altura da **França, a capital da civilização moderna**; não! Basta que nos modelemos por aquela renascente que floresce em Portugal, inda ontem estremecendo ao impulso das erupções revolucionárias.

Para que estas traduções enervando a nossa cena dramática?



Para que esta inundação de peças francesas, sem o mérito da localidade e cheias de equívocos, sensaborões às vezes, e galicismos, a fazer recuar o mais denodado *francelho*?²¹

No Brasil de então, adepto do modelo civilizatório francês, o movimento romântico empenhava-se a dar a “cor local” à nossa arte, e o romantismo passava a ser peça fundamental para as elites interessadas na formação da identidade nacional e territorial. Os artistas românticos brasileiros estavam empenhados na tarefa de contribuir para estabelecer a identidade nacional através de sua arte, fortalecendo o projeto progressista e civilizatório do Imperador e oferecendo referências simbólicas para a sociedade.

O Brasil enfrentava grandes dificuldades para se firmar no seu próprio continente (isolado em seu modelo monárquico, cercado que estava de repúblicas) e também no plano das monarquias modernas europeias. Longínqua e tropical, a nação tentava se impor através da divulgação dos ícones da nação. As

pinturas brasileiras do século XIX, por exemplo, estavam imbuídas do espírito romântico, nelas os autores buscavam a valorização das emoções, da formação histórica da nação, repletas de inspiração na natureza e nas questões sociais e políticas do país²².

Como demonstra Lucília Garcez, em *Explicando a arte brasileira*,

[...] o equilíbrio e a simplicidade deixam de ser os objetivos do artista. Ele quer demonstrar outros interesses, quer buscar as raízes da nacionalidade, quer enaltecer a natureza tropical, quer voltar ao passado histórico, quer abandonar os mitos gregos e aprofundar sua própria religiosidade, quer viver o amor intensamente.²³

Nesse contexto, uma nação distante do centro Europeu, tropical, mestiça e ainda escravocrata, precisava de instrumentos que levassem ao Velho Mundo mostras de que aqui se firmava uma monarquia soberana, civilizada e iluminada por sua origem Bragança, Bourbon e Habsburgo.



Consumidora, apreciadora e reprodutora do modelo romântico importado e adaptado do europeu, esta nação lembrava seu passado de forma enaltecida, a partir de uma natureza grandiosa e de índios em cenários românticos. Aqui vivia, acima de tudo, uma elite intelectual civilizada, emancipada pelos mais elevados sentimentos humanitários, pela cultura e pela arte, e significativamente diferenciada de seus vizinhos no trópico sul. Nos termos de Schwarcz, a imagem dos trópicos a partir do Estado monárquico brasileiro “surgia como cenário romantizado, por contraposição ao cenário “degradado” e escondido das raças e da mestiçagem.”²⁴.

REVERBERAÇÕES DO DISCURSO CIVILIZATÓRIO EM A *RETIRADA DA LAGUNA*

a. A Dedicatória ao Imperador: moldura comunicativa para toda a obra

Nos termos dos estudos de discurso, nosso objetivo, nesta seção, é identificar os aspectos

individuais, sociais e culturais presentes na constituição do sujeito do discurso, o Visconde de Taunay, para compreendermos qual *assento* ele ocupa, de que “lugar” ele “fala” ao transformar suas anotações diárias do conflito vivido na narrativa de guerra *A Retirada da Laguna*.

Adotamos a categoria *lugar de fala* ou *lugar social*, seguindo reflexões e provocações de Foucault, na obra *A Arqueologia do Saber* (1972):

Quem fala? Quem, no conjunto de todos os indivíduos-que-falam, está autorizado a ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos e de quem, em troca, recebe, senão sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o estatuto dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?. (p.56)

Ou, parafraseando em linguagem mais simples, interpretamos que lugar de fala é:



[...] o lugar que o *locutor* ocupa numa cena, a partir do qual estabelece um contrato implícito de troca simbólica de enunciados com os destinatários, conferindo-lhe a condição de falante autorizado a falar daquilo que fala e do modo que fala. É a posição conquistada - por direito juridicamente regulamentado ou espontaneamente aceito - de proferir determinado discurso.²⁵ (grifo nosso). Nosso “locutor” é o escritor, testemunha e narrador dos fatos; “De que lugar ele fala”, com que autoridade e para quem se dirige, são respostas que encontramos em muitas partes do texto, mas especialmente em sua abertura. (p. 4)

As regras que governam os padrões de interação verbal em que a passagem do texto abaixo foi produzida, são as regras sociais, pragmáticas, que definem hierarquicamente o padrão relacional entre os papéis dos sujeitos *interactantes* e as adequações e escolhas linguísticas feitas para representar a assimetria hierárquica desses papéis sociais.

A Sua Majestade o Senhor
Dom Pedro II,
Imperador do Brasil

Senhor,

Ao se render Uruguaiana, inaugurou Vossa Majestade, na América do Sul, a guerra humanitária, a que os prisioneiros poupa e salva, trata feridos inimigos com os desvelos dispensados aos compatriotas, a que, considerando a efusão de sangue humano deplorável continência, aos povos apenas impõe os sacrifícios indispensáveis ao sólido estabelecimento da paz.

E é principalmente sobre este ponto de vista que ouso achar-me autorizado a colocar sob o augusto patrocínio imperial a desativada narrativa da *Retirada da Laguna*, obra da constância e da disciplina, em que os oficiais de Vossa Majestade, devendo defender, por entre obstáculos os mais diversos, as bandeiras e os canhões a eles confiados, jamais cessaram, quanto lhes foi possível, de conter o legítimo desforço de bizarros soldados, exasperados pelo furor do inimigo, e obstar à crueldade tradicional de auxiliares índios, vingativos como soem ser.

É este reflexo de um grande ato de iniciativa soberana, a mais bela recordação que jamais po-



deremos entre camaradas invocar. Cabe-me a honra de a Vossa Majestade dedicá-la.

De Vossa Majestade Imperial
súdito e servidor, muito humilde e obediente,
Alfredo d'Escragnolle Taunay

O *assento* tomado por Taunay ao *retextualizar* as anotações de seu diário em forma de romance, é aquele que tem diante e acima de si *Sua Majestade*, o Imperador, o interlocutor privilegiado em toda a cena comunicativa, a quem a obra é dedicada.

Assume uma formação e uma posição discursivas, na qual vigora um contrato implícito, em que predomina a assimetria de papéis sociais, o *súdito e rei*, e sobre a qual Taunay, controlando linguisticamente essa assimetria hierárquica afirma: “ousou achar-me autorizado a colocar sob o augusto patrocínio imperial a desativada narrativa da *Retirada da Laguna*, obra da constância e da disciplina, [...]” a escolha lexical pelo verbo ousar, é responsável pela modalização da autoridade que atribui a si mesmo nessa

oferenda diante do rei. Por outro lado, a escolha dos substantivos *constância* e *disciplina* atuam como marcas discursivas da *civilidade* que se deseja demonstrar durante todo o percurso da guerra.

Esta passagem emoldura toda a obra, dirige o olhar do leitor para a perspectiva sob a qual se deve perceber a guerra narrada: a guerra humanitária, contra inimigos furiosos e vingativos, aquela “que os prisioneiros poupa e salva, trata feridos inimigos com os desvelos dispensados aos compatriotas, a que, [...], aos povos apenas impõe os sacrifícios indispensáveis ao sólido estabelecimento da paz”.

b. A construção discursiva do sentimento de nacionalidade e da civilização que se levanta nos trópicos em guerra: termos e expressões de designação

Cumprindo o compromisso assumido com o Imperador de narrar a guerra humanitária contra *furiosos e vingativos inimigos* e também o compromisso de homem público, letrado, intelectual e romântico de seu tempo, Taunay,



“um genuíno brasileiro de índole e sentimento”, “não obstante a sua dupla origem estrangeira”²⁶, coloca à serviço de um grandioso projeto para o Brasil, o seu virtuosismo descritivo, seu talento artístico nas letras e nas artes plásticas, e de forma comovida “pinta” em *A Retirada da Laguna*, homens, espaços e paisagens por onde passaram, dando-lhes uma feição e integrando-os à nação que se ergue e se mostra em toda originalidade e esplendor a seu povo e ao Velho Mundo.

Sobre essa capacidade descritiva, o próprio Taunay escreve em suas *Memórias*:

Com a educação artística que recebera de meu pai, acostumado desde pequeno a vê-lo extasiar-se diante dos esplendores da natureza brasileira, era eu o único dos companheiros, e, portanto, de toda a força expediçãoária, que ia olhando para os encantos dos grandes quadros naturais e lhes dando o devido apreço.²⁷

Parece-nos que essa passagem reforça o fato de que era preciso,

ainda, um europeu, preferencialmente um francês, um homem civilizado, para perceber e avaliar a beleza do cenário que os cercava...

Aplicamos ao texto filtros para capturar as sequências narrativas, descritivas e dialogais que organizam e compõem a imagem dos *homens* (brasileiros, paraguaios, amigos, inimigos, irmãos, civilizados, bárbaros) das *paisagens* e dos *sentimentos* que despertam. Assim, reunimos um *corpus*, cujas passagens mais representativas seguem abaixo reproduzidas.

Começando pelas descrições dos homens, dos grupos beligerantes, temos:

Fala-vos a expedição brasileira como a **amigos**. Não é seu intuito levar a devastação, a miséria e as lágrimas ao vosso território. A invasão do Norte como a do Sul de vossa República significa apenas uma reação contra injusta agressão nacional. Será conveniente que venha um de vossos oficiais entender-se conosco. Poderá retirar-se, desde que assim entenda; e bastará que manifeste



simplesmente tal desejo. Jura o comandante da expedição pela honra, pela santa religião professada por ambos os povos, que todas as garantias se oferecem ao **homem generoso** que em nós confiar. Disparamos tiros de peça como **inimigos**, queremos agora nos entender como **amigos** reconciliáveis. Apresentai-vos empunhando a bandeirola branca e sereis recebidos com todas as atenções que os povos **civilizados**, embora em guerra, mutuamente se devem".

Na passagem acima a lógica para identificação do *inimigo como o paraguaio* é subvertida pelo autor. Há um cruzamento, um jogo de palavras em que o objeto referencial para a designação de amigos, desloca-se dos brasileiros para os paraguaios. A função comunicativa que se deseja atingir é a da persuasão, do convencimento para a paz. Assim, os paraguaios são, então, chamados de amigos. Nesse caso, de início, cria-se para os sujeitos que interagem uma projecção de papéis a partir do enunciado de abertura: “Fala-vos a expedição brasileira como a amigos [...]”,

“Disparamos tiros de peça como **inimigos**, queremos agora nos entender como **amigos**”, e por fim é feito o apelo aos modos e condutas dos **povos civilizados**, que na ação proposta igualaria ambos os lados: os que propõem a paz e aqueles que aceitam seus termos.

Com exceção da passagem acima, todas as demais menções ao campo semântico discursivo dos grupos que se opõem, polarizam, e definem-se em torno da ideia de brasileiros civilizados e seus oponentes paraguaios, bárbaros. A passagem abaixo, a dedicatória ao Imperador, será aqui retomada, para fins de identificação da polarização em discussão. Abaixo, em destaque, os valorosos oficiais de Sua Majestade, sofrendo os furores do inimigo e a crueldade de seus auxiliares índios.

[...] E principalmente sob este pontuo de vista que ousou achar-me autorizado a colocar sob o augusto patrocínio imperial a desataviada narrativa da Retirada da Laguna, obra de constância e da disciplina, em que os oficiais de Vossa Majestade, devendo defender, por entre



obstáculos os mais diversos, as bandeiras e os canhões a eles confiados, jamais cessaram, quanto lhes foi possível, de conter o legítimo desforço de bizarros soldados, exasperados pelo **furores do inimigo**, e obstar à **crueidade tradicional de auxiliares índios, vingativos** como soem ser. [...] (p. 4)

A descrição do índio e sertanista (extintos do Velho Mundo) revela, contudo, uma personalidade bastante adequada aos padrões românticos e civilizatórios pretendidos.

Parece apanágio dos povos civilizados o sentimento admirativo; pelo menos bem raro é nos **homens primitivos** a sua manifestação exterior. No entanto, as grandes linhas de um quadro majestoso da natureza conseguem, às vezes, vencer a feição material do selvagem, unindo ao autor da obra o rude espectador maravilhado. **O primeiro Guaicuru que** sobre esta região encantada deitou os olhos, não pôde conter a exclamação de surpresa; com a voz gutural e cavernosa pronunciou a palavra *Laiiad*, que para sempre a assinalou. (p. 8)

Por todas estas razões, nele encontrou o coronel Camisão apaixonado adepto. Desde que, dando-lhe a conhecer os seus projetos, acenou a José Francisco Lopes com o ensejo de, como guia da expedição, ir ter com a família e vingar-lhe os agravos, empolgou o espírito do **sertanista brasileiro**, que, apesar de todo o ardor, jamais perdeu, contudo, a **perfeita intuição das conveniências**. Assim, nunca esquecendo a modéstia da posição, freqüentemente dizia: "**Nada sei, sou sertanejo; os senhores que estudaram nos livros é que sabem**". (p. 12)

Os que por largo tempo participaram da **vida sertaneja** têm **amor-próprio** muito maior que os demais homens. (p. 48)

Taunay atribui ao índio a capacidade admirativa, o apanágio da civilização, por ser capaz de deslumbrar-se diante de um cenário da natureza, e sobre ela pronunciar, admirado, palavras que retratam o quadro de esplendor evocado; ao sertanejo o autor atribui, por natureza, sentimentos e modos típicos de uma sociedade refinada, civilizada: o *amor-próprio* aliado à *mo-*



déstia e à perfeita intuição das conveniências, das boas maneiras, especialmente a de saber o seu lugar social nos contextos aonde se relaciona com os seus diferentes e socialmente superiores, “os senhores que estudaram nos livros ...”.

Para a descrição dos sentimentos, das qualidades, das sensações, e dos espaços e belezas naturais, selecionamos, ainda, as passagens abaixo:

São **muibelos** os acidentes do terreno; os ribeirões e riachos, a correrem volumosos por toda a parte, ofereciam excelente água. Já não mais pousávamos os olhos sobre as tristonhas perspectivas dos pântanos. Pelo contrário, nos comprazíamos agora em contemplar verdejantes campinas, trechos que apresentavam os mais poéticos aspectos, à sombra de poderosos contrastes luminosos. Até Lauiad rumo a estrada, diretamente, para leste. A partir deste ponto toma a direção sul-sudeste. **O panorama** que então subitamente se desdobra **é realmente grandioso**. Aos pés do **espectador, vasta campina a que embelezam magníficos acidentes; além, as grandes orlas**

da mata que acompanham as sinuosidades das belas águas do Aquidauana; ao longe a extensa serra de Maracaju, com os píncaros escavados, refletindo os esplendores do Sol, e coroando toda esta massa prodigiosa, azulada pela distância. Foi este ponto, com razão, chamado pelos Guaicurus Campo Belo (Lauiad). (p. 8; 9)

Assim se encerrou este conselho sobre o qual se fixara a atenção de toda a oficialidade e cujo resultado; todos surpreendeu; a ninguém tanto, contudo, quanto ao comandante, por se ver arrastado pelo obstáculo que acreditara antever à sua pessoa e os riscos do primitivo projeto. **O sentimento do decoro pessoal**, nele poderoso desde o despertar, preservou-o, contudo, de outros testemunhos da impressão, além de alguns gestos, inopinados e involuntários. Esforçou-se desde então em bem realizar o que fatalmente se tornara impossível deixar de empreender. (p. 14)

Só algumas redes, ocupadas por oficiais, conservavam certo **decoro ‘lúgubre**: jamais esqueceremos o **belo rosto** resignado do tenente Guerra, moço exemplar, filho único de uma viúva



que nunca o tornaria a ver... (p. 55)

Quanta ideia lúgubre evoca um campo de batalha! Sobre-tudo nestas solidões imensas onde o próprio gênio do mal parecia ter penosamente convocado e reunido alguns milhares de homens para que mutuamente se exterminassem, como se terra lhes faltara para viverem em paz do fruto do seu labor. (p. 39)

Tudo, a cada momento, se entenebrecia em torno de nós. Nada mais digno **de inspirar a simpatia e a compaixão do que o aspecto do Coronel**, depois da ordem que dera, e se cumpria enquanto começávamos a marchar. Pesar, remorso? perturbação de espírito, na apreciação dos motivos que o haviam feito agir e parecia estar a debater intimamente, quando já as suas ordens estavam no domínio dos fatos consumados? Certo é que, pálido como um espectro, parava, para ouvir, como involuntariamente. (p. 59)

Estes **esplendores eternos da natureza ainda mais pungentes nos tornavam o sentimento de nossa próxima ruína**. Absorvia-nos esta contempla-

ção quando um esquadrão paraguaio chegou a galope com a intenção de cortar nalgum lugar a nossa linha indecisa e descontínua. (p. 61)

Com essas emblemáticas passagens, o autor coloca em circulação, por meio de escolhas léxico-gramaticais apropriadas, o discurso romântico de valorização da originalidade brasileira e de exaltação das raízes dessa nacionalidade. Enaltece a natureza tropical, suas imensidões, sua beleza esplendorosa, e revela as sensações e sentimentos apreciativos que arrebatam o espectador, na alegria e na dor.

Faz ver ainda a existência, nesse espaço exuberante, de um povo que, embora mestiço e longe dos centros europeus, cultivava sentimentos nobres, mesmo em meio a uma terrível e penosa guerra, contra um povo que parecia desconhecer, ainda, os sentimentos e as condutas de civilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de Taunay na comissão de engenheiros da Coluna



Expedicionária colocou à disposição da guerra todo um aparato cultural, intelectual e literário, que, como um manto estendido sobre aquele triste cenário da guerra, a recobriu com os ideais românticos, e as aspirações e projetos monárquicos da segunda metade dos oitocentos. Seu virtuosismo descritivo e seu talento literário permitiram, aos nossos vizinhos latinos e à velha Europa, a interpretação de que aqui, no cone sul, corporificava-se a ideia e o ideal de civilização no Novo Mundo.

O fato é que a articulação desses ideais e aspirações de elevado alcance cultural ao contexto da guerra parece mesmo uma contradição, um paradoxo, como apontamos em nossa pergunta de pesquisa. Como essas camadas do plano cultural, esses fortes laços com a família imperial, conseguem ser representados em um texto sobre a guerra, esse acontecimento vocacionado justamente para o oposto, os sentimentos menos nobres, as ações mais instintivas, os sofrimentos e o terrível drama das

privações e atrocidades típicas de uma guerra?

Entendemos que não bastaria a presença de um representante da elite letrada e um monarquista convicto, com habilidades literárias, naquele teatro de operações, para tornar essas camadas extralinguísticas evidentes na obra, foi necessário somar a essas características as qualidades de um *orquestrador de discursos pré-existent*s²⁸, alguém dotado do virtuosismo descritivo, da sensibilidade, e da adesão aos ideais da época, que julgamos presentes no autor de *A Retirada da Laguna* e de tantas outras obras dessa natureza por ele escritas. Aquele mesmo jovem cuja presença, alguns anos depois, teria sido assim reclamada por Caxias: “Nessa Guerra, faltou-me um Taunay para contar o que fiz”²⁹.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Fernanda Deminici de; LOUREIRO, Marcello José Gomes. “Não havia um coração que não fosse presa dos mais



desencontrados sentimentos”: A Passagem de Humaitá, projetos de nação e representações da guerra. *Navigator*, v. 14, n. 27. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2018. p. 58 – 72.

ALMEIDA, Jorge. *Lugar de fala, polissemia e paráfrase nos discursos de FHC e Lula sobre o plano Real*. * Trabalho apresentado no GT de Discurso de Comunicação do IV Congresso da ALAIC (Asociación Latinoamericana de Investigadores de La Comunicación), Recife, setembro de 1998)

ASENSIO, Eugenio. La lengua compañera del Imperio. Historia de una ideia de Nebrija em España y Portugal. *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia – Universidade Nacional do Rio de Janeiro. 1958.

ASSIS, Machado. O passado, o presente e o futuro da literatura. *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, v. III, 1994. Publicado originalmente em *A Marmota*, Rio de Janeiro, 09 e 23 de abril de 1858.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do*

Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis, Vozes, 1972.

GARCEZ, Lucília. *Explicando a arte brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luís Saldado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, 1988. p. 5-27.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

MARETTI, M. L. L. *O Visconde de Taunay e os fios da memória*. São Paulo: Unesp. 2006.

MORAIS, Brenda Laisa. A construção da identidade brasileira na experiência romântica. *IX Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade*, 2014, Rio de Janeiro. Caderno de Resumos: VI Seminário Nacional de História. Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014. v. IX.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise*. Sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2017.



PAULA, Luciano Melo. Avante soldados, para trás: Metaficção historiográfica sobre a Guerra do Paraguai. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*, n. 26, jul./dez. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/index.php/LA/index>. Acesso em 18 de outubro de 2018.

RESTIER, Renato Jorge Paranhos. *Antítese da civilidade: Poder Naval, pensamento político e guerra no Segundo Reinado (1850-1876)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo Martins Fontes, 2004.

ROLPH, Manuel Cabeceiras. Retirada da Laguna: operação Anábase. *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, ano 3 n. 8, pp. 57 – 63, 2012.

TAUNAY, Alfredo Escragnolle. *A retirada da Laguna*. 16. ed. Affonso de E. Taunay (trad. ed. 5) Rio de Janeiro: Bibliex, 2006.

TAUNAY, Alfredo Escragnolle. *Memórias*. Ed. Sérgio Medeiros. São Paulo: Iluminuras, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D Pedro II,*

um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Império desenha país civilizado e exótico. *Folha online Brasil 500 anos*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/imagens8.htm>. Acesso em 1 nov. 2018.

¹ A noção de “discurso” é uma noção sobre a qual toda obra de introdução demora-se consideravelmente. Tomaremos aquela mais básica, a que contrapõe a língua como sistema à sua realização em um contexto específico, a língua em uso, o discurso. “Quando se fala em “discurso” ativa-se de maneira difusa uma série de ideias-força”, discurso como: uma organização além da frase; uma forma de ação; uma atividade interativa e contextualizada, assumida por um sujeito, regida por normas, capaz de construir socialmente o sentido, e que sempre ocorre no bojo de um interdiscurso. Cf. MAINGUENEAU, Dominique. Tr. Sírio Possenti. *Discurso e Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2015. p. 23 – 30;

² PAULA, Luciano Melo. Avante soldados, para trás: Metaficção historiográfica sobre a Guerra do Paraguai. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritaris-*



mo, n. 26, jul./dez. 2015. Disponível em

<https://periodicos.ufsm.br/index.php/LA/index>. Acesso em 18 out. 2018.

³ ROLPH, Manuel Cabeceiras. Retirada da Laguna: operação Anábasis. *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, ano 3, n., pp. 57–63, 2012, especialmente p. 61.

⁴ *Ibid.*

⁵ ASENSIO, Eugenio. La lengua compañera del Imperio. Historia de uma ideia de Nebrija em Espanha y Portugal. *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia – Universidade Nacional do Rio de Janeiro, 1958.

⁶ TAUNAY, Alfredo d’Escragno. *Memórias*. Ed. Sérgio Medeiros. São Paulo: Iluminuras, 2004.

⁷ *Ibid.*, p.86.

⁸ *Ibid.*, p. 87, 88.

⁹ O texto/elogio ao major possui 21 folhas, assinadas por 17 oficiais gerais, 65 oficiais superiores e 184 oficiais do Exército Nacional servindo à época no Rio de Janeiro. Não consta autoria do primoroso texto, datado: “Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1885”. (Prólogo assinado por seu filho Affonso, constante da 16ª edição de *A Retirada da Laguna*, Bibliex, 2006).

¹⁰ *Ibid.*, p 14.

¹¹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, 1988. p. 5–27.

¹² Outras criações nesse mesmo contexto de desenvolvimento de um projeto civilizatório foram a criação, em 1837, do Imperial Colégio Pedro II, e do Arquivo Nacional, no mesmo ano do IGHB, em 1838.

¹³ GUIMARÃES, *op. cit.* p. 7. (grifo nosso)

¹⁴ cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 304

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ *Apud* GUIMARÃES, *op. cit.* p. 11.

¹⁷ “A produção cafeeira trouxe inovações importantes como, por exemplo, a construção de ferrovias, a instalação de companhias e linhas de navegação, o surgimento de fundições, estaleiros, manufaturas e fábricas. O processo de urbanização é acelerado com o crescimento das cidades, bem como das camadas médias urbanas. Esse dado inovador comprova que o Brasil se modernizava segundo a visão do capitalismo imperialista.” In MUNHOZ, Patrícia. *Hibridismos e conflitos morais em Narrativas Militares (1878)*, do



Visconde de Taunay. Dissertação (Mestrado em Letras - Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social), UNESP, Assis, 2008, p. 15.

¹⁸ ALBUQUERQUE, Fernanda Deminicis de; LOUREIRO, Marcello José Gomes. “Não havia um coração que não fosse presa dos mais desencontrados sentimentos”: A Passagem de Humaitá, projetos de nação e representações da guerra. *Navigator*, v. 14, n. 27. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2018. p. 58 – 72.

¹⁹ RICUPERO, Bernardo. O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870). São Paulo Martins Fontes, 2004, Apud MORAIS, Brenda Laisa. A construção da identidade brasileira na experiência romântica. *IX Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade*, 2014, Rio de Janeiro. *Caderno de Resumos: VI Seminário Nacional de História*. Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014. v. IX.

²⁰ ASSIS, Machado de. O passado, o presente e o futuro da literatura. *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, v. III, 1994. Publicado originalmente em *A Marmota*, Rio de Janeiro, 09 e 23 de abril de 1858. (grifo nosso).

²¹ *Ibid.*

²² *Ibid.*

²³ GARCEZ, Lucília. *Explicando a arte brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 80.

²⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Império desenha país civilizado e exótico. *Folha online Brasil 500 anos*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/imagens8.htm>. Acesso em 1 nov. 2018.

²⁵ ALMEIDA, Jorge. *Lugar de fala, polissemia e paráfrase nos discursos de FHC e Lula sobre o plano Real*. Trabalho apresentado no GT de Discurso de Comunicação do IV Congresso da ALAIC (Asociación Latinoamericana de Investigadores de La Comunicación), Recife, setembro de 1998), p. 2.

²⁶ Comentários constantes em MARETTI, 2006, *O Visconde de Taunay e os fios da memória*, p. 82, acompanhado de nota explicativa para o fato de que essa “contradição”, dada como implícita tinha que ser constantemente negada por críticos e biógrafos do escritor. Acrescenta que essa preocupação se faz presente inclusive em tese de doutorado defendida na USP por Norma Wimmer, em 1992.

²⁷ Taunay, 2004. *op. cit.*. p. 179.

²⁸ Expressão utilizada por MARETTI, *op. cit.*

²⁹ TAUNAY, 2004. *Op.cit.* Na íntegra: “Aliás, para todos os pormenores



desta parte da Guerra do Paraguai, consulte-se o Diário do Exército, que escrevi, dia por dia, e mereceu, como livro, grandes aplausos dos entendidos. Ao lê-lo, exclamou o Duque de Caxias: Nessa guerra faltou-me um-Taunay para contar o que fiz.” (p. 429)

Os pracinhas na tela: a representação da Segunda Guerra Mundial no cinema brasileiro de ficção

Daniel Mata Roque ^a

Resumo: O presente artigo propõe analisar a produção cinematográfica brasileira sobre a Segunda Guerra Mundial. Selecionamos *Sangue, amor e neve* (Jerônimo Jeberlotti, 1958) e *A Estrada 47* (Vicente Ferraz, 2013) para analisar seu conteúdo e suas visões. A questão imagética relacionada à guerra é bastante ampla nas áreas da fotografia e da pintura. O mesmo não ocorre com o cinema. A Segunda Guerra Mundial foi pouco retratada pelo cinema brasileiro. Quando o foi, enxergou visões bastante variadas e por vezes até antagônicas em nosso imaginário da guerra. À luz do pensamento sobre guerra e cinema do filósofo Paul Virilio, analisaremos a estrutura narrativa e o conteúdo dos dois filmes para estabelecer o que possuem como pontos comuns além do pano de fundo; porque são, além de drama ou romance, filmes de guerra; e se nestas obras a guerra é gênero ou subgênero. Observando as características da subdivisão do filme de guerra proposta pelo historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, os distinguiremos entre filmes *pacifistas* e os filmes *mobilizadores*. É possível enxergar nestes filmes uma alteração no pensamento geral brasileiro sobre a “nossa” guerra. Pouco depois do conflito, quando quase toda a população adulta se recorda de ver medo, violência e ódio nos trazendo guerra, a narrativa é ufanista e combativa. Décadas depois, distantes das mortes e do passionalismo, a avaliação é uma visão macro da guerra enquanto instituição.

Palavras-chave: filmes de guerra; cinema brasileiro; Segunda Guerra Mundial.

INTRODUÇÃO

O cinema é uma ferramenta extremamente poderosa. “O

cinema é para nós a mais importante das artes”, disse Wladimir Lênin.

A Segunda Guerra tornou-se

^a Cineasta. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



objeto de análise, reflexão e debates no mundo inteiro e em todos os meios artísticos, notadamente no cinema.

Embora o Brasil tenha participado das operações de guerra, suas memórias sobre o período foram apagadas em nossa cultura. Os americanos produziram centenas de filmes sobre o conflito. A Alemanha possui a sua filmografia. Dúzias da França e da Rússia. A Itália gerou o Neorealismo. O Brasil conta com apenas seis longas-metragens de ficção sobre esta atuação bélica.

Existem documentários nacionais sobre o assunto, poucos diante de tantas possibilidades narrativas. Na área ficcional, líder de bilheteria, o assunto é esquecido.

Guerra e cinema estão intensamente ligados, a ponto de o filósofo francês Paul Virilio afirmar que “a guerra vem do cinema, e o cinema é a guerra”¹ e que “não existe guerra, portanto, sem representação”². Virilio estabelece paralelos entre o desenvolvimento tecnológico das

armas de guerra e o desenvolvimento tecnológico das filmadoras de cinema. Os dois campos conectam-se do nascimento do segundo até a atualidade, cada vez mais dependentes e poderosos.

Ainda ontem, morria-se por um brasão, uma imagem inscrita em um estandarte ou uma bandeira, mas agora *morre-se para aperfeiçoar a nitidez de um filme*, a guerra torna-se, enfim, a terceira dimensão do cinema...³

André Bazin, antológico crítico de (e do) cinema, também reforça esta conexão intrínseca entre guerra e cinema, na medida em que cita o cinema como uma das finalidades próprias da guerra, esta transformada em espetáculo.

Graças ao cinema, o mundo realiza uma astuciosa economia no orçamento de suas guerras, já que estas têm duas finalidades: a história e o cinema [...]”⁴
Em que medida a eficácia estritamente militar se distingue do espetáculo que se espera



dela?⁵

O filme de guerra possui características que o identificam. Francisco Carlos Teixeira da Silva destaca algumas características comuns a filmes que tratam a guerra, como grandes cenários, ambientações naturais, gigantismo, sacrifício, heroísmo e traição.

O mais interessante neste estudo é a subdivisão do filme de guerra, diferenciado entre “pacifista” e “mobilizador”.

CINEMA DE GUERRA NO BRASIL

Sangue, amor e neve foi dirigido por Jerônimo Jeberlotti e lançado nos cinemas brasileiros em 1958. Adaptado de livro homônimo, escrito pelo veterano Waldir Pires (que é também o protagonista do filme), o filme, realizado com apoio do Exército Brasileiro, traz a história de um tenente da FEB que, atuando no *front* italiano, apaixona-se por uma italiana, com quem inicia um namoro. O personagem passa então

a se dividir entre a guerra e o romance. Uma italiana ligada ao movimento fascista tenta cooptar o tenente para que ele revele informações confidenciais sobre as tropas brasileiras, mas o herói brasileiro segue firme em seus ideais de liberdade e democracia. A narrativa, que mescla cenas ficcionais feitas em estúdio e cenas reais do conflito na Europa, culmina em um final feliz romântico, onde a guerra termina e o casal protagonista vive seu amor.

A *Estrada 47* foi escrito e dirigido por Vicente Ferraz e lançado comercialmente em 2015. Coprodução do Brasil com Itália e Portugal, o filme narra a epopeia de um batalhão da FEB que é atacado por nazistas e sofre uma crise de pânico, abandonando o posto avançado. Receosos de enfrentarem a justiça por deserção, os pracinhas resolvem, por conta própria, desativar o campo minado de uma estrada importante para se redimirem com o Comando Expedicionário.

Filmado inteiramente na Itália e inspirado em uma história real, o



filme também se encerra com um final feliz. A narrativa dramática busca ressaltar as questões psicológicas em torno da guerra e a difícil relação do civil brasileiro, despreparado, com o conflito e o clima.

SANGUE, AMOR E NEVE

Sangue, amor e neve, no contexto deste trabalho, foi classificado como um romance de guerra, subclassificado como mobilizador. *A Estrada 47*, também no presente trabalho, foi classificado como um drama de guerra, subclassificado como pacifista.

Cabe destacar que muitas outras análises podem ser feitas sobre ambos os filmes, bem como que a presente análise pode ser aplicada aos outros longas-metragens de ficção sobre a Segunda Guerra Mundial que listamos anteriormente.

Ocorre que entendemos como mais significativo para exemplificar o pensamento ilustrado nas páginas anteriores

escolher estas duas obras e este caminho analítico.

Sangue, amor e neve tem seu conflito centrado principalmente na figura do casal protagonista romântico, que descobre o amor e simula um casamento durante a guerra, impedidos de consolidar formalmente o matrimônio. A guerra surge como pano de fundo, como um dos antagonistas do casal: é ela que os impede de casar, é ela que faz o marido abandonar a esposa durante a lua de mel para retornar ao *front*, é ela que motiva o primo da jovem e a mulher italiana a quererem sabotar este relacionamento. O filme, por questões orçamentárias ou de linguagem, não produziu nenhuma cena de batalha original. Todas as cenas de guerra são compostas por imagens reais, retiradas de cinejornais da época⁶.

As cenas dramáticas realizadas para o filme são cenas de estúdio, todas sobre o relacionamento do pracinha com a jovem italiana. Conclui-se que o filme procurou ambientar no contexto da guerra na Itália a



história de romance e privação do casal, tornando o tema da guerra um subgênero da obra, que dedica seus diálogos pensados a falar sobre o casamento e utiliza imagens já prontas e realizadas sem objetivo ficcional para mostrar a guerra.

Embora anunciado em seu cartaz como “o primeiro filme brasileiro de guerra”⁷, não podemos compreender este como o único gênero do filme, atentando às análises que explicitamos no terceiro capítulo. No entanto, embora reste claro que a narrativa é centrada no romance, não podemos impedir a classificação de filme de guerra. Trata-se sim de um filme de guerra, mas que traz consigo, também, outro viés narrativo: o romance.

O já citado trecho de Luís Nogueira reitera a dificuldade de se estabelecer limites claros e bem definidos entre os gêneros, notadamente no cinema moderno e contemporâneo:

[...] torna-se difícil atingir um consenso definitivo sobre os

critérios e as fronteiras que permitem identificar e balizar cada gênero.⁸

As características imediatas descritas por Francisco Carlos Teixeira da Silva sobre o filme de guerra estão em abundância presentes na obra, mesmo que por vezes apenas no material documental. E não se pode negar que este material faça parte da obra completa, já que foi utilizado com finalidade narrativa e é largamente utilizado durante todo o filme para contextualizar o conflito.

As visões de “grandes cenários [...], ambientações naturais [...], gigantismo”⁹ estão muito presentes nas imagens de arquivo escolhidas, sempre retratando grandes campos abertos na Itália, confrontos e explosões em encostas montanhosas, numerosos grupos armados se deslocando e bandeiras tremulando no mastro de imensos navios de guerra lotados.

As marcas de “sacrifício, heroísmo e traição”¹⁰ são constantes no filme, o que o



classifica ao mesmo tempo como guerra e romance, prosseguindo na simbiose indissolúvel. Nas imagens de arquivo, soldados tombam de modo heroico e continuam atirando mesmo feridos de morte. Outros soldados arriscam as próprias vidas para auxiliar um companheiro em perigo ou mesmo para fincar no solo o capacete do combatente abatido. Já na área de imagens produzidas para o filme, temos o sacrifício constante do amor do casal em prol do combate travado (“A guerra já levou meu pai e meu irmão. Agora leva meu marido de mim em plena lua de mel”, diz a jovem italiana) e o também constante heroísmo do pracinha, que participa da tomada de Monte Castello, que conta à amada que se feriu em combate e logo depois voltou à linha de frente, que jamais deixa de ser um cavalheiro com a esposa ou com qualquer outro dama.

A traição surge em diferentes relacionamentos, desde o primo que chantageia a jovem para ajudar os fascistas com informações, até a sedutora italiana fascista que

prepara uma armadilha para o pracinha, passando pelo relato de outra italiana que alega ter-se envolvido com um soldado brasileiro apenas para conseguir informações confidenciais.

Quando sugerimos que se enxergue *Sangue, amor e neve* como um filme mobilizador, estamos considerando algumas destas características já citadas. As características elencadas por Teixeira da Silva para catalogar o filme mobilizador, referenciadas no terceiro capítulo, podem ser encontradas em trechos diversos da obra.

As falas de enaltecimento do combate aliado (destacadamente dos combatentes brasileiros) e da crença na guerra justa estão muito presentes nas falas do narrador, que surge no início e ao final do filme, e nas falas de Angelina, a jovem italiana enamorada do brasileiro Tenente Arabutã.

Angelina diz ao primo fascista diversas vezes como a Itália deve ser grata aos brasileiros, que lutam por libertá-la, e parte em defesa dos combatentes: “os brasileiros



dão o sangue para libertar a Itália” e “Arabutã é um bravo oficial brasileiro que muito tem a auxiliar nossa terra”, diz ao primo; e “cumpra sua missão para com a pátria”, diz ao marido brasileiro que parte para o *front*.

Já a figura do narrador, que caracteriza fortemente o caráter quase documental que o filme busca atingir com as imagens de arquivo, sublinhando talvez o seu poder de convencimento, por estar supostamente mostrando a pura realidade, reitera esta visão de uma guerra justa, democrática e patriótica.

Os brasileiros (e todos os soldados aliados por extensão) são heróis. Jamais se menciona “alemães”, “Alemanha” ou “nazismo”, mas fica muito claro que é dever de todo cidadão de bem insurgir-se contra “eles”, contra “o inimigo”. O narrador, quando se inicia a sequência final do filme, após a vitória aliada e a união romântica dos protagonistas, enumera as “heroicas conquistas que dignificam o soldado brasileiro”; presta um “tributo de

gratidão aos brasileiros mortos em combate, que deram o próprio sangue para libertar a Itália”; diz que “os brasileiros souberam honrar mais uma vez o nome de sua pátria” e encerra o filme: “FEB: a ti nosso penhor de gratidão”. Está claro que o filme considera a guerra, como diz Teixeira da Silva, “heroica, uma tarefa para bravos”¹¹.

A cartela inicial do filme, depois de agradecer a colaboração do Exército Brasileiro na produção, dedica a obra “aos heroicos combatentes da Força Expedicionária Brasileira”. Como salienta Teixeira da Silva em suas características, “heroico” é um dos termos mais utilizados nos diálogos do filme.

Teixeira da Silva ressalta ainda que, mesmo em filmes mobilizadores, a guerra é “dura e cruel”, mas vista como “necessária e capaz de corrigir injustiças”¹². Merece destaque a cena em que o Tenente Arabutã pega no colo o bebê italiano e se apieda da situação da Itália, dizendo ao menino que ele merece (e terá) um



futuro melhor. Existe aí o esforço para enaltecer as qualidades do soldado brasileiro, que saiu de sua pátria distante para lutar, por bondade, pelo futuro italiano, ameaçado pelos “inimigos”. Isso é reforçado quando o próprio cartaz do filme¹³ destaca que o personagem principal não é interpretado por um ator, mas sim por um autêntico veterano da FEB, dando credibilidade ao relato: “foi assim mesmo que ocorreu, ele estava lá e viu tudo”, é a mensagem que passa. Esta ideia é ainda sublinhada quando opta-se por trabalhar com um elenco quase todo desconhecido do grande público¹⁴. Não são rostos conhecidos, então são rostos que podem ser associados a pessoas reais, a um drama real, a uma guerra real.

O próprio nome dado ao Tenente, Arabutã, está carregado de espírito patriótico, ao escolher uma palavra de origem Tupi, intrinsecamente ligada à terra brasileira, à sua formação e à sua cultura. Se Teixeira da Silva coloca como um dos elementos do filme

mobilizador justamente o “heroísmo nacional e a tragédia gloriosa da guerra”¹⁵, é fundamental para o filme destacar a nação brasileira e sua cultura. Embora o veterano autor do livro original e intérprete do personagem chame-se Waldir, Arabutã surge como um nome mais brasileiro, capaz de identificar melhor a nacionalidade dos que lutam.

Para concluir a imagem de tragédia gloriosa que é a guerra justa, podemos citar novamente as cenas de arquivo que surgem nos primeiros nove minutos do filme, antes que se inicia a trama dramática. Vemos algumas vezes um soldado ser ferido mortalmente, mas jamais abandonar a luta ou a arma: tomba ainda atirando com sua metralhadora; o inimigo abate aquele homem, mas não aquele grupo inteiro ou o ideal pelo que se luta, é a mensagem clara. Existe na guerra morte e sofrimento, o filme não nega. Mas ainda assim existe o lado certo, que deve chegar às últimas consequências e promover os sacrifícios individuais que forem necessários pelo bem geral e



coletivo. A guerra é muito criticada e não o contrário. Os personagens remetem à destruição de uma civilização, com milhões de vítimas. Criticam o “inimigo” que iniciou o conflito, mas o tenente sente evidente orgulho em estar combatendo para pôr termo à selvageria, combatendo com o objetivo nobre da paz.

A ESTRADA 47

Quando analisamos sob os mesmos critérios o filme *A Estrada 47*, deparamo-nos com cenário diferente. O filme centra seu conflito em um grupo de, por fim, quatro pracinhas, pertencentes ao 9º Batalhão de Engenharia. Trata-se de um drama de guerra, que versa sobre os horrores do conflito e os efeitos psicológicos e sociais que terá sobre os combatentes. Muito diferente do visto em *Sangue, amor e neve*, este filme não vai destacar a população italiana ou tratar o pracinha brasileiro como um homem perfeito e sempre heroico. Vemos aflorar o lado humano de cada

personagem e o destaque dado aos sentimentos de medo, incerteza e insegurança.

Novamente, trata-se de um filme de guerra, mas não somente, pois esta volta a ser subgênero, desta feita atrelada ao drama psicológico dos personagens. Não é guerra sozinha, pois não objetiva criticar ou apoiar a entrada do país em um conflito atual. Não pode ser visto como antimilitarista ou propagandista. Retrata poucos confrontos diretos e narra em destaque o ser humano, o homem dentro da farda de soldado. Ao mesmo tempo, as características-base do filme de guerra estão novamente presentes: os grandes cenários naturais abertos e nevados (o filme foi todo rodado no realista inverno italiano¹⁶), confrontos diretos e indiretos que resultam em caos e mortes, os sacrifícios do quarteto (depois acrescido do jornalista) no esforço de redimir a debandada após o pânico inicial, o heroísmo coletivo ao completar a missão autônoma de desminar a Estrada 47.



Diz Luís Nogueira que “o drama aborda, portanto, a vivência mais prosaica do sujeito vulgar, mas explorando as suas consequências emocionais mais inusitadas e profundas”¹⁷. A situação prosaica é afastada neste caso, pois trata-se de uma vivência extrema para qualquer ser humano: o palco da guerra. No entanto, são as consequências emocionais “inusitadas e profundas” que serão trabalhadas na narrativa. Temos então a combinação de gêneros formadora da obra: a guerra como cenário e motivo; a análise das consequências emocionais (e psicológicas) desta empreitada. É importante ressaltar que o próprio “drama psicológico” é citado como uma característica dos filmes de guerra pacifistas. Não é possível, ainda que se quisesse, dissociar estas visões e estes modelos narrativos dentro do filme.

A visão do filme como pacifista surge principalmente da análise dos diálogos. Curiosamente, embora muito diferentes entre si na mensagem e na própria estrutura, os dois filmes analisados

possuem um elemento narrativo comum: a figura do narrador. São diferentes, a começar que o narrador do primeiro não é personagem, assumindo um caráter deífico, mas ambos possuem no texto da narração um forte elemento caracterizador.

A narração de *A Estrada 47* é feita pelo soldado Guima (interpretado pelo ator Daniel de Oliveira) e começa já na primeira cena, sendo presente em toda a narrativa. Em um texto que simula uma carta endereçada ao seu pai, o pracinha registra suas impressões do conflito.

Teixeira da Silva lança como uma das características do filme pacifista “histórias pessoais e questionamentos sobre o próprio destino”¹⁸, o que vemos constantemente no filme. Essa própria definição vai entrelaçar, novamente, a visão de drama e guerra do gênero da obra. Em sua primeira fala, quando ainda aparecem imagens de arquivo reais da guerra (outro forte ponto de conexão com *Sangue, amor e neve*, muito embora *A Estrada 47* utilize muito menos este recurso – apenas



nas cenas iniciais e finais – e posua cenas de guerra produzidas para o filme), Guima expressa um grande medo de morrer, lança dúvidas sobre as razões da guerra e revela que voluntariou-se para a FEB apenas por pressão do pai, possuidor de um patriotismo que ele ironiza.

Guima não é o herói idílico do filme mobilizador, não é o tenente Arabutã. Ele está com medo e pede ao pai forças para prosseguir nesta missão “patriótica”.

A ironia ao patriotismo alegado e rejeitado, que é marca do filme pacifista justamente por abalar um pilar do filme mobilizador, é destacada em uma fala narrativa de Guima que, ao olhar o desespero do soldado Piauí, questiona: “será que ele sabe o que é a pátria?”.

Uma forte diferença do estilo narrativo do filme de guerra pode ser vista logo no princípio de *A Estrada 47*: a equipe falha na tarefa de desarmar uma mina terrestre e dois soldados morrem. Aqui não vemos nenhum traço da morte heroica, romântica e limpa (sem sangue algum) do filme mobilizador.

Quando feridos mortalmente, os dois pracinhas do filme pacifista sangram, queimam, ficam com as costelas à mostra e gritam, chorando e com medo: “eu vou morrer”. Não existe a intenção de mostrar um soldado perfeito, que tomba sereno e atirando pois sabe que o faz pela pátria e pela democracia. Muito ao contrário, existe aqui uma visão dos horrores e da dureza da guerra, que mata e espalha sofrimento indiscriminadamente e sem razão. Guima questiona as razões da guerra quando diz textualmente: “não consigo encontrar razão nesse caos”. Esta fala dialoga diretamente com Teixeira da Silva, que aponta o filme pacifista pensando a guerra “enquanto irrazão”¹⁹. No filme pacifista, fica claro, não existem heróis ou guerra justa. Este pensamento pertence ao grupo mobilizador. Guima escreve ao pai: “essa noite perdi a chance de ser teu herói, papai”.

Quando os soldados e oficiais do 9º Batalhão de Engenharia são atacados por alemães com bombas e, sofrendo uma crise de pânico, iniciam uma debandada, está ali



não apenas o não heroísmo, mas o despreparo brasileiro. Não eram soldados. Eram civis convocados e voluntários, pessoas comuns arrastadas para a guerra. É importante ressaltar que não se identifica no filme uma crítica à FEB, mas sim à guerra. Essa diferença é grande e está explicitada, com outro exemplo, no terceiro capítulo: o filme pacifista de Teixeira da Silva é diferente do filme antimilitarista de Ronald Bergan.

Não é culpa da FEB o despreparo. A culpa é da guerra que traz pânico a pessoas comuns. E isso não é exclusividade brasileira ou aliada, o filme deixa claro: “o tormento do soldado é igual em qualquer exército”, diz o soldado Guima em carta ao pai. Claramente, a narração de Guima torna-se um forte fio condutor do filme no campo pacifista.

A forma de retratar o inimigo também é elemento relevante. Neste filme, o inimigo é personificado e identificado: estão lutando contra os alemães. Mas quando aparece, o inimigo (e justamente por isso se identifica) é humano. O filme mo-

bilizador vai tratar o inimigo, como vimos no exemplo anterior, quase como uma entidade, uma força maligna a ser combatida. Já no modelo pacifista vai ficar claro que luta-se contra pessoas, contra outros homens que foram também arrastados inexoravelmente para a irrazão dura da guerra. A “recusa social generalizada à guerra”²⁰ descrita por Teixeira da Silva não está presente apenas em um lado, mas em todos: quando o inimigo alemão surge (os alemães enquanto conjunto só aparecem em duas cenas - apenas uma delas é de confronto direto), o sobrevivente é desertor. Ele também está cansado da guerra.

Feito prisioneiro da FEB, acaba um amigo do soldado Piauí, o que reforça novamente a visão de cansaço da guerra e do despreparo para a vida militar, especificamente deste soldado, que desconhece hierarquia e representa o brasileiro vindo do interior do nordeste, que pela primeira vez na vida se depara com guerra, neve e com o próprio patriotismo, imposto pelas circunstâncias de propaganda.



A tarefa de humanizar o inimigo atinge seu ápice na cena passada já em *A Estrada 47* (que o inimigo ajudou a localizar), dentro de um tanque explodido: o alemão inimigo, assim como o sargento brasileiro, é casado e tem família. Ambos gostam de futebol. São apenas homens, pessoas comuns forçadas a se enfrentar e se matar. O fato de o filme contar apenas com uma cena de confronto também é marcante, pois traz a ideia de que o maior problema ali enfrentado é o da própria consciência, o constante medo da morte e a igualmente constante falta de razão do conflito que se presencia. Aliadas ao frio nunca antes experimentado por estes brasileiros, estas questões tornam-se mais perigosas e mortais do que o próprio conflito irracional.

A cena passada já na estrada reforça a imagem inicial do horror explícito da guerra: tanques explodidos, cadáver de soldado explodido. A guerra é plástica e narrativa, mas não tem justificativa, explica o filme a cada cena.

Ao final do filme, caminhamos, apesar de tudo, para um final feliz: a missão é cumprida, todos os personagens principais sobrevivem à jornada, os americanos entram triunfantes na cidade italiana e o povo vai ao delírio. Guima fala pela primeira vez em sentir orgulho de ajudar o povo italiano. Essa ajuda, em grau muito inferior ao modelo mobilizador, está expressa na cena em que os combatentes doam comida para a família italiana na estrada. Em meio a tanta dor e desesperança causada pela guerra, a mão amiga está na ajuda direta e não segurando a arma.

O foco coletivo do filme, que não transforma ninguém em heróis, mas absolutamente todos em vítimas da guerra, diferente do filme mobilizador, que culmina na vitória, leva o filme a terminar antes, durante a guerra. A guerra já existia antes desta história começar e vai continuar a ser travada depois que a história acabar.

Existe, é claro, a “honestidade de melhorar o mundo”²¹, citada por Teixeira da Silva, da



parte dos soldados. O que não existe é este meio, pois a guerra destrói em uma velocidade que é impossível construir. A cena final demonstra com eficiência este sentimento de impotência e desânimo: apesar da alegria dos populares, os soldados brasileiros estão sentados no chão, desanimados, cansados, desiludidos e desmotivados.

A ideia da falta de sentido da guerra está novamente forte. Em meio ao silêncio eloquente, o sargento brasileiro começa a cantar novamente o samba que compôs para a Escola de Samba Portela. Tentativa de animar a si e aos companheiros ou saudade de casa? O filme pacifista se afasta do filme mobilizador (que enxergaria neste momento vitória e luta patriótica) fortemente nesta conclusão, quando critica a guerra de forma generalizada e nega heroísmos.

CONCLUSÃO

É possível concluir que o Brasil possui escassa filmografia de cinema de guerra. Poucos filmes em que ela aparece como tema ou

subgênero, um em que aparece como gênero, nenhum no qual a guerra é utilizada como propaganda, como arma.

Durante a guerra o Brasil produziu três filmes abordando a Segunda Guerra Mundial e apenas um tratou-a como assunto principal e falou sobre a luta brasileira no conflito. Depois da guerra apenas cinco longas-metragens de ficção trataram a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial como tema central. Em todos estes casos o conflito foi subgênero, pano de fundo de cada narrativa.

Dos dois filmes que optamos por analisar, resta claro que possuem em comum a mesma temática, a guerra como subgênero. No entanto, diferem em forma e conteúdo: *Sangue, amor e neve* exalta o patriotismo, a bravura e a coragem do soldado brasileiro, com fundo romântico; *A Estrada 47* denuncia a desumanidade, a incoerência e o sofrimento intrínsecos ao ato de guerrear, com fundo dramático.

É possível enxergar nesta diferença entre os filmes uma



alteração no pensamento geral brasileiro, com o passar do tempo, sobre a “nossa” guerra. Pouco depois do conflito, quando quase toda a população adulta se recorda de ver medo, violência e ódio nos trazendo guerra, a narrativa é ufanista e combativa. Décadas depois, distantes das mortes e do passionalismo, a avaliação é uma visão macro da guerra enquanto instituição.

Naturalmente, a análise aqui realizada limitou-se a dois filmes, um terço da produção nacional elencada. Não é possível daí concluir em definitivo uma linha de pensamento específico, mas fica nítido, na metonímia cinematográfica que estes filmes são, um tracejado geral, capaz de se converter em linha com uma análise mais profunda.

Os dois filmes foram escolhidos justamente por sua representação temporal: o último do século XX, o primeiro do século XXI. Podemos ver como o passar do tempo está presente na forma de narra e no foco de cada obra.

Francisco Carlos Teixeira da

Silva, citando Elizabeth Roudinesco, aponta:

Em grande parte, os trabalhos, as artes na primeira parte do século XX, privilegiaram os heróis e os grandes homens, depois foram cada vez mais se interessando pelo cotidiano das vítimas e agora estão mergulhados em revelar as torpezas dos perpetradores desses genocídios. Podemos dizer que tanto a história quanto o cinema têm se dedicado com afinco em tentar entender *a parte obscura de nós mesmos*.²²

É possível observar na análise combinada destes dois filmes uma dedicação em entender a parte talvez ainda obscura de nossa participação na guerra, da postura e da motivação do brasileiro em combate, de como a experiência bélica marcou estes seres humanos e este país.

O que a guerra significa para uma pessoa? O que esta guerra significou para este país? Estes filmes procuram debater e compreender.



BIBLIOGRAFIA

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Campinas: Papyrus Editora, 2006.

BARONE, João. *1942: o Brasil e sua guerra quase desconhecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

BERGAN, Ronald. *Ismos: para entender o cinema*. São Paulo: Editora Globo, 2010.

BLAJBERG, Israel. *Estrela de David no Cruzeiro do Sul*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2015.

LEITE, Sidney Ferreira. *Cinema brasileiro: das origens à Retomada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

MEIRELLES, William Reis. A guerra como tema no cinema brasileiro. *Revista de História e Ensino da Universidade Estadual de Londrina*, Londrina, 2005.

NASCENTES, Antenor (Coord.). *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976.

NOGUEIRA, Luís. *Manuais de Cinema II: Gêneros Cinematográficos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior/LabCom, 2010.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. *O Poder das Imagens*. São Paulo: Editora Alameda, 2013.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Enciclopédia de guerras e revoluções: a época dos imperialismos e da grande guerra (1914-1919)*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Guerras e cinema: um encontro no tempo presente. *Revista Tempo*, Niterói, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *O cinema vai à guerra*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2015.

Sítio digital
blog.diariodepernambuco.com

Sítio digital
www.adorocinema.com.br

Sítio digital
www.cinamateca.gov.br

Sítio digital
www.sentandoapua.com.br

STAM, Robert. *Introdução à teoria do cinema*. Campinas: Papyrus Editora, 2006.



VIRILIO, Paul. *Guerra e cinema*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

¹ VIRILIO, Paul. *Guerra e cinema*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 61.

² *Ibid.*, p. 24.

³ *Ibid.*, p. 194.

⁴ BAZIN, André. *O que é cinema?* São Paulo: Editora Cosac Naify, 2014, p. 41.

⁵ *Ibid.*, p. 43.

⁶ Sítio digital blog.diariodepernambuco.com. Acesso em 17 set. 2016.

⁷ *Ibid.*

⁸ NOGUEIRA, Luís. *Manuais de Cinema II: Gêneros Cinematográficos*. Covilhã (Portugal): Universidade da Beira Interior/LabCom, 2010. p. 9.

⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Guerras e cinema: um encontro no tempo presente*. Rio de Janeiro: *Revista Tempo*, 2004. p. 3.

¹⁰ *Ibid.*, p. 3.

¹¹ *Ibid.*, p. 8.

¹² *Ibid.*, p. 5

¹³ Sítio digital blog.diariodepernambuco.com. *op.cit.*

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ SILVA, *op.cit.*, p. 3.

¹⁶ Sítio digital www.adorocinema.com.br. Acesso em 12 out. 2016.

¹⁷ NOGUEIRA, *op.cit.*, p. 23.

¹⁸ SILVA, *op.cit.*, p. 3.

¹⁹ SILVA, *op.cit.*, p. 3.

²⁰ *Ibid.*, p. 4.

²¹ SILVA, *op.cit.*, p. 11.

²² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *O cinema vai à guerra*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2015, p. 113.

O Depósito de Pessoal da FEB: do dolce far niente à apoteose em Lisboa

João Rafael Mallorca Natal ^a

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo identificar os aspectos históricos mais importantes do Depósito de Pessoal da Força Expedicionária Brasileira, bem como sua interação com a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Aborda a origem do Depósito de Pessoal, como adaptação dos *Replacement Depots* do Exército dos Estados Unidos da América. São descritos e analisados os processos de constituição do Depósito de Pessoal, transporte para a Itália, atuação no recompletamento e no treinamento dos militares de seu efetivo. São igualmente citados os aspectos e opiniões menos lisonjeiros acerca do Depósito de Pessoal. O Desfile Militar ocorrido em Lisboa é descrito, bem como, finalmente, o legado do Depósito para a doutrina do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, FEB, pessoal, recursos humanos.

INTRODUÇÃO

A extensa historiografia acerca da participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Campanha da Itália tem focado, principalmente, na atuação das unidades de combate da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), grande unidade de emprego da FEB. Poucas obras, e mesmo artigos científicos de pós-

graduação, foram escritas acerca dos chamados Órgãos Não-Divisionários, marcadamente voltados para ações de caráter logístico ou administrativo. Dentre esses, um dos que mereceu pouca atenção e, além disso, as descrições menos lisonjeiras, foi o Depósito de Pessoal da FEB. Organização estranha aos costumes e tradições do Exército Brasileiro, criada nos moldes das unidades congêneres norte-

^a Coronel de Infantaria da Aeronáutica. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



americanas, foi criticada por autoridades da própria FEB, e por vezes mesmo diminuída e até ridicularizada, pelos demais combatentes brasileiros. Este artigo tem por objetivo revisitar, ao menos pontualmente, a memória do Depósito de Pessoal, e assinalar alguns dos motivos pelos quais essa unidade tem sido esquecida e, por vezes, criticada por diversos autores que escreveram sobre a FEB, inclusive em fontes primárias.

Assim, inicialmente descreverá o Sistema de Reacomplacamento de Pessoal do Exército dos Estados Unidos da América (*U.S. Army Personnel Replacement System*), a partir do qual o Depósito de Pessoal foi idealizado. Em seguida, será brevemente descrito o efêmero Depósito de Pessoal Divisionário, que embarcou com o 1º Escalão da FEB.

Na terceira parte, o Depósito de Pessoal da FEB será analisado com maior profundidade, desde sua constituição e aquartelamento em Caçapava-SP, até o desembarque de seus dois escalões na Itália. A seguir, será citada a importante

missão do Depósito no treinamento de pessoal suplementar, para suprir os claros da Força, seguido de uma reflexão acerca da ação de maior visibilidade do Depósito: o desfile militar em Lisboa, durante a viagem de retorno ao Brasil. Finalmente, serão tecidas breves considerações sobre o legado deixado pelo Depósito de Pessoal, em especial nos aspectos técnicos militares e na memória da FEB.

O RECOMPLACAMENTO DE PESSOAL NO EXÉRCITO DOS EUA

Após a entrada dos Estados Unidos da América (EUA) na Segunda Guerra Mundial, em dezembro de 1941, o exército daquele país (*U.S. Army*), em obediência às diretrizes estratégicas das autoridades norte-americanas, teve de preparar-se para a luta em teatros de operações localizados no alémmar, a exemplo do que ocorrera na Primeira Guerra. Assim, teve de focar sua preparação nos complexos deslocamentos estratégicos para outros continentes, com as



consequentes tarefas de ressurgimento material e, ação ainda mais complexa, do recompletamento de pessoal, de forma a compensar as baixas que certamente ocorreriam, por morte em ação, ferimentos, doenças, extravio de pessoal e deserções.

Para resolver a importante questão do recompletamento de pessoal, o Comandante das Forças Terrestres do Exército dos EUA (*U.S. Army Ground Forces*), e nessa qualidade encarregado do preparo dos soldados norte-americanos, Tenente-General Lesley J. McNair, idealizou um sistema denominado *Personnel Replacement System*, o qual consistia em formar, individualmente, os militares em campos de instrução, dentro do território continental dos EUA¹, e despachá-los para os seus respectivos teatros de operações (TO), onde aguardariam ser chamados para recompletar as baixas existentes nas diversas unidades em ação, sempre em caráter individual. Para alojar, enquadrar, disciplinar e manter adestrados esses militares, foram criados, nos diversos TO,

unidades denominadas Depósitos de Recompletamento (*Replacement Depots*), cognominados pelos soldados como *Reeple Deeples*.

Os *Replacement Depots* eram objeto de muitas críticas, quer pela tropa, quer pelos comandantes norte-americanos dos níveis operacional e tático. Muitas dessas críticas diziam respeito ao fato de, nos Depósitos, os militares não desenvolverem o espírito de corpo e o sentimento de pertença, em virtude de não estarem ligados a nenhuma unidade específica, e por permanecerem por um período de tempo inopinado sem entrarem em combate. Os soldados norte-americanos consideravam os Depósitos como *dreary*, isto é, locais tristes, frios, fastidiosos, chatos, aborrecidos².

Outra crítica severa ao *Replacement System* vem do fato de que, ao inserir-se individualmente um novato, durante o combate, em uma unidade que já estava em ação há algum tempo, os soldados “veteranos” tendiam a ver o novato como um peso a ser carregado, pois sua inexperiência poderia colocar em risco a unidade, forçando os



soldados mais experientes a ensiná-los e assim perdendo tempo precioso ou, nos casos mais extremos, a abandonarem o novato à sua própria sorte. Nesses casos, muitas vezes os “veteranos” sequer se davam ao trabalho de aprender o nome do novato, pois sabiam que sua sobrevivência em ação seria curta.

No TO do Norte da África, posteriormente denominado TO do Mediterrâneo, ao qual a FEB seria adjudicada, o primeiro Depósito, *1st Replacement Depot*, foi ativado em 26 de dezembro de 1942, na cidade de Canastel, próxima a Oran, na Argélia. Na Itália, foi criado o *2nd Replacement Depot*, na cidade de Fagianeria, em janeiro de 1944³.

O DEPÓSITO DE PESSOAL DIVISIONÁRIO

O deslocamento da Força Expedicionária Brasileira para a Itália foi realizado em escalões, em virtude da insuficiência de navios de transporte que pudessem levar todo o contingente em uma só viagem.

Dessa forma, decidiu-se que o 1º Escalão da FEB seria composto de cerca de 5.075 militares, incluído-se o 6º Regimento de Infantaria (6º RI), de Caçapava-SP, o II Batalhão do 1º Regimento de Obuses Autorebocados (II/1º ROAR), bem como frações de diversas unidades, a saber, um pelotão do Esquadrão de Reconhecimento, uma companhia do 9º Batalhão de Engenharia de Combate (9º BECmb), um pelotão de Polícia Militar, dentre outras frações.

Nesse período, o Depósito de Pessoal da FEB foi concentrado em Caçapava, aproveitando as instalações do 6º RI, em deslocamento para a Itália. Para que houvesse a possibilidade de algum recomplementamento mais imediato de pessoal, decidiu-se enviar para a Itália, no 1º Escalão, um pequeno Depósito de Pessoal Divisionário, composto pela 4ª Companhia de Fuzileiros do II Batalhão do 11º Regimento de Infantaria, de São João Del Rei-MG, com 193 militares. Esse Depósito Divisionário, comandado pelo major Zacarias Xavier Muller, seria provisório, juntando-se ao



Depósito de Pessoal da FEB, quando da chegada deste à Itália.

A par disso, a fim de minorar a falta de recompletamento por baixas nas unidades que não de Infantaria, cada fração de unidade pertencente ao 1º Escalão foi autorizada a embarcar com uma majoração de 13% em seu efetivo⁴.

DEPÓSITO DE PESSOAL DA FEB

Enquanto o 1º Escalão da FEB embarcava para a Europa, e o 2º e 3º Escalões eram concentrados no Rio de Janeiro, o Depósito de Pessoal era reunido na cidade de Caçapava - SP⁵. Foi designado para comandá-lo o Coronel Mário Travassos, oficial de alto conceito no Exército, e que fora o primeiro Comandante da Escola Militar de Resende, antecessora da Academia Militar das Agulhas Negras.

De Caçapava, parte do Depósito foi deslocada para o Rio de Janeiro em novembro de 1944, a fim de compor o 4º Escalão da FEB. Este escalão, comandado pelo próprio coronel Mário Travas-

os, embarcou em 23 de novembro de 1944, no transporte *General Meigs*, chegando ao porto de Nápoles a 7 de dezembro. Na véspera de Natal de 1944, essa primeira fração de Depósito chegou ao seu estacionamento definitivo, Staffoli, localidade próximo a Pisa.

A porção restante do Depósito, o 5º Escalão, embarcou no Rio no dia 8 de fevereiro de 1945, chegando a Nápoles em 22 de fevereiro e, no mesmo dia, a Staffoli. Esse escalão seguiu sob o comando do tenente-coronel Ibá Jobim Meireles.

Ao chegar a Staffoli, o Depósito de Pessoal recebeu a tarefa de recompletar as baixas havidas nas unidades de combate, muito embora seu pessoal estivesse em condição “sofrrível” de instrução. Organizado em quatro batalhões, perfazendo o total de vinte companhias, o Depósito utilizava a terça parte do seu pessoal apenas para as suas tarefas de manutenção, o dobro do que usava um *replacement depot* norte-americano. A par disso, havia apenas 55 oficiais e sargentos disponíveis para a ins-



trução, dentre um total de 2.053 militares aptos a ministrarem treinamento⁶. Essa situação de marasmo fez com que o coronel Lima Brayner, chefe do estado-maior da 1ª DIE, declarasse que o Depósito de Pessoal vivia em um “*dolce far niente*, em Staffoli, aguardando, solenemente, a hora do ‘sacrifício’ de arrumar as malas e voltar para o Brasil”⁷.

Igualmente, no imaginário dos pracinhas brasileiros, os componentes do Depósito de Pessoal e de outras unidades estacionadas à retaguarda eram jocosa e pejorativamente chamados de “Sacos B”, ao passo que os militares das unidades operacionais, que combatiam na linha de frente, eram chamados de “Sacos A”. No jargão militar da FEB, os Sacos A eram recipientes de lona que os soldados levavam consigo para o combate, com seus artigos de primeira necessidade, enquanto o Saco B permanecia guardado nos depósitos regimentais, à retaguarda.⁸

Em fevereiro de 1945, o general Truscott, novo Comandante do V Exército dos EUA, em substi-

tuição ao general Mark Clark, preocupado com a baixa produtividade na instrução dos militares do Depósito, enviou uma equipe de instrutores norte-americanos para Stafolli.

Em fevereiro de 1945, o V Exército enviou uma equipe de instrutores, que falavam português, para supervisionar o treinamento. O comandante do depósito [...] sempre tinha uma desculpa para quando havia homens faltando às sessões. [...] A cooperação entre os oficiais superiores do Depósito e seus conselheiros norte-americanos não chegava a ser integral. O oficial de treinamento (S-3), coronel Archimínio Pereira, era, na opinião dos observadores norte-americanos, o único oficial superior brasileiro responsável pelo êxito de treinamento da infantaria.⁹

Como se pode depreender da citação acima, havia atritos entre os oficiais do Depósito, inclusive seu comandante, e os instrutores americanos. Tal situação levou o General Truscott a convocar o general Mascarenhas de Moraes, comandante da 1ª DIE, para uma reunião



em 10 de abril de 1945, em Florença, QG do V Exército. Relata o General Mascarenhas que,

A chamado do general Truscott, dirigi-me, em 10 de abril, ao posto de comando do V Exército, a fim de almoçar com esse chefe e tratar de assuntos referentes ao Depósito de Pessoal. O general Truscott declarou-me estar inclinado a retirar os oficiais americanos do Depósito de Pessoal, em razão de não encontrar da parte do comandante dessa organização o apoio necessário para o rendimento da instrução.¹⁰

Uma vez mais, pode-se sentir a gravidade das diferenças que existiam entre o comandante do Depósito de Pessoal, coronel Mário Travassos, e os instrutores norte-americanos. Tais desavenças mereceram uma admoestação do comandante do V Exército ao general Mascarenhas, em plena guerra, às vésperas da Ofensiva da Primavera. Tornava-se imperativo, então, que o comandante da FEB adotasse um posicionamento mais assertivo, face à gravidade da situação.

Uma vez que não poderia prescindir da assessoria militar norte-americana no treinamento dos militares do Depósito, o general Mascarenhas convocou o coronel Travassos para uma reunião,

Em consequência de meus entendimentos com o general Truscott, mantidos no dia 10, convoquei o comandante do Depósito de Pessoal para uma reunião no dia 13 de abril, em meu posto de comando de Gaggio Montano. Depois de ouvi-lo, aconselhei-o a tomar prontas medidas, a fim de afastar os motivos que determinaram a crítica do comandante americano. Depois de almoçar comigo, o coronel-comandante do Depósito de Pessoal **retirou-se deveras preocupado**, pois a sua comissão era delicada e decisiva para o êxito das operações [grifo nosso].¹¹

O grau de preocupação de que estava acometido o Comandante do Depósito de Pessoal permite mensurar, uma vez mais, a gravidade dos atritos existentes entre o coronel Travassos e os assessores americanos, bem como a determinação dos generais Truscott e Mascaren-



has, no sentido de que o treinamento dos militares de recompletamento fosse levado a cabo da melhor forma possível.

Após a reunião acima citada, os entraves foram removidos e a instrução do Depósito de Pessoal pode, enfim, “deslanchar” conforme necessário, a fim de preencher os claros existentes nas unidades de emprego, mercê do grande número de baixas causadas à FEB.

TREINAMENTO DE PESSOAL

Conforme já citado, os 4º e 5º Escalões da FEB, compostos pelo efetivo do Depósito de Pessoal, chegaram à Itália praticamente sem nenhuma instrução¹². No início das atividades do Depósito, em virtude dos motivos já abordados, a instrução correu de modo lento e irregular. Uma vez, porém, removidos os óbices, igualmente vistos no capítulo acima, a instrução pode ser ministrada de modo bem mais dinâmico, a ponto de ter o próprio comandante da FEB declarado,

Transformado sem tardança em magnífico Centro de Instrução e Recompletamento, graças sobretudo à visão e desvelo do general Truscott, então comandante do V Exército, incumbiu-se o Depósito dedicadamente do adestramento do pessoal de todas as armas e para todos os fins. Através de hábil revezamento, conseguiu, sem prejuízo de sua tarefa inicial e básica, que seus instrutores e monitores frequentassem centros de instrução americanos, onde se especializaram nas funções de esquiadores, mineiros, pontoneiros, técnicos de transmissão e comandantes de patrulhas e pelotões.¹³

Mais ainda foi dito, pelo comandante da FEB: que “o Depósito de Pessoal da FEB chamava a atenção pela ordem e higiene de suas instalações, pela grandiosidade de seus numerosos estandes de tito e aspectos magníficos de suas pistas de infiltração”.¹⁴

As citações acima evidenciam um inequívoco contraste entre as afirmações de Frank McCann, as quais se referem, provavelmente, ao início do funcionamento do Depósito de Pessoal, e as referên-



cias elogiosas do general Mascarenhas de Moraes, proferidas ao final da Campanha da Itália. Sem dúvida, o episódio da admoestação efetuada pelo comandante do V Exército foi instrumental no sentido do aumento da produtivi-

Assim, do total geral de 9.773 homens, apenas 3.379 foram efetivamente empregados pelas unidades da 1ª DIE, o que perfaz 35% do total, ou seja, 65% da tropa do Depósito de Pessoal não foi engajada em ação. Cabe salientar que o

TABELA 1 – RECOMPLEMENTAMENTO DAS BAIXAS DA FEB PELO DEPÓSITO DE PESSOAL		
PERÍODO	QUANTITATIVO	EVENTOS
Dezembro 1944	757 homens	Chegada do 4º Escalão à Itália
Janeiro 1945	45 homens	-
Fevereiro 1945	774 homens	Chegada do 5º Escalão/instrutores norte-americanos
Março 1945	332 homens	-
Abril 1945	1.471 homens	Intervenção do general Truscott
Total	3.379 homens	-

Fonte: Mascarenhas de Moraes (2014).

dade do Depósito, no tocante à instrução dos recompletamentos.

A tabela 1 fornece uma visão do recomplementamento de pessoal efetivamente realizado pelo Depósito durante toda a campanha:

chefe do Estado-Maior Divisionário da FEB, coronel Lima Brayner, cogitou de usar os militares do Depósito de Pessoal em outras missões, notadamente nas tarefas de apoio à rendição da 148ª Divis-



ão Alemã em Forno di Taro, nos dias 28, 29 e 30 de abril de 1945¹⁵.

DESFILE MILITAR EM LISBOA

A rendição alemã na Itália, em 2 de maio de 1945, pôs fim às operações de combate da FEB. Após um breve período de ocupação militar, a totalidade da FEB, inclusive o Depósito de Pessoal, deslocou-se para a localidade de Franco-lise, próxima a Nápoles, no aguardo para o transporte de volta ao Brasil. Para o Depósito, no entanto, haveria mais uma missão a ser cumprida.

Tal missão era representar o Brasil e a FEB em desfile militar a ser realizado em Lisboa, Portugal, no dia 3 de setembro de 1945. Nessa data, a nação portuguesa comemoraria o fim da Segunda Guerra Mundial, o qual aconteceu, no Pacífico, no dia 2 de setembro, com a rendição japonesa em Tóquio, a bordo do encouraçado norte-americano *Missouri*.

Cabe salientar que, na Europa, apesar de neutro, Portugal adotou

uma postura de colaboração com os Aliados, permitindo a britânicos e norte-americanos o uso de bases no arquipélago dos Açores. Na área do Pacífico, a possessão portuguesa de Timor Leste foi invadida e ocupada pelos japoneses, o que fez com que Portugal comemorasse o 2 de setembro como o término da Segunda Guerra Mundial.

A 28 de agosto de 1945, zarpou do porto de Nápoles o navio *Duque de Caxias*, levando a bordo o 3º Escalão de retorno da FEB. Esse escalão era constituído, basicamente, pelo III Batalhão do Depósito de Pessoal e pela Companhia de Intendência, perfazendo um total de 1.801 expedicionários¹⁶. Dentre esses, 1.600 militares do batalhão participaram do desfile em Lisboa, considerado pela imprensa como “apoteótico”.

A maior autoridade militar brasileira era o coronel Mário Travassos, comandante do Depósito de Pessoal e do 3º Escalão de retorno. Este oficial recebeu, em nome da FEB, a Medalha do Valor Militar, elevada condecoração militar da República Portuguesa, a qual foi



afixada à Bandeira do Brasil pelo Presidente de Portugal, General Oscar Carmona.

LEGADO

O curto período de existência do Depósito de Pessoal da FEB na Itália, cerca de cinco meses, foi insuficiente para formar-se um juízo de valor concreto acerca desse Órgão Não-Divisionário. Aliado a isso, havia um forte preconceito contra a unidade, conforme já citado anteriormente. Tais fatores conduziram a um virtual esquecimento do papel e da própria existência do Depósito, cuja historiografia brasileira é mínima, quase inexistente. O autor norte-americano Frank McCann, autor de obra sobre a Aliança Militar Brasil-EUA, antes e durante a segunda Guerra, socorreu-se principalmente de relatórios microfilmados do Exército dos EUA, ao tratar do Depósito de Pessoal, ao qual dedica cerca de seis páginas¹⁷.

O próprio Exército dos EUA, após o término da Guerra da Coreia, abandonou a ideia dos *Repla-*

*cement Depots*¹⁸. Quanto ao Exército Brasileiro, após 1945 não deslocou nenhuma grande-unidade para fora do território nacional, mas apenas forças do escalão unidade, sempre em missões de paz, em proveito das Organizações das Nações Unidas e Organização dos Estados Americanos. Estas, cabe salientar, são substituídas por novas tropas a cada seis meses, em sistema de rodízio, o que torna desnecessária a existência de um “depósito de pessoal”, no Teatro ou Área de Operações.

BIBLIOGRAFIA

BRAYNER, Floriano L. *A verdade sobre a FEB: memórias de um Chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CAMPIANI, César. *120 objetos que contam a História do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Original, 2019.

LERWILL, Leonard L. *The Personnel Replacement System in the United States Army*. Washington: Department of the Army, 1954.



MASCARENHAS DE MORAES, João B. *A FEB pelo seu Comandante*. Rio de Janeiro: EGGCF, 1960.

MASCARENHAS DE MORAES, João B. *Memórias*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2014.

McCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937/1945*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1995.

¹ Território Continental dos Estados Unidos, em inglês denominado *Continental United States*, ou *CONUS*, são os 48 estados contíguos do território norte-americano, Os estados do Alasca, Havaí e outras possessões norte-americanas, tais como Ilhas Virgens, Guam e outros, não são parte do *CONUS*.

² LERWILL. Leonard L. *The Personnel Replacement System in the United States Army*. Washington: Department of the Army, 1954.

³ *Ibid.*

⁴ BRAYNER, Floriano L. *A verdade sobre a FEB: memórias de um Chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

⁵ *Ibid.*

⁶ McCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937/1945*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1995.

⁷ BRAYNER, *op.cit.*, p. 507.

⁸ CAMPIANI, César. *120 objetos que contam a História do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Original, 2019.

⁹ McCANN, *op.cit.*, p. 336.

¹⁰ MASCARENHAS DE MORAES, João B. *Memórias*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2014, p. 413,

¹¹ *Ibid.*, p. 414.

¹² MASCARENHAS DE MORAES, João B. *A FEB pelo seu Comandante*. Rio de Janeiro: EGGCF, 1960.

¹³ *Ibid.*, p. 52.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ BRAYNER, *op.cit.*

¹⁶ MASCARENHAS DE MORAES, 1960, *op.cit.*

¹⁷ McCANN, *op.cit.*

¹⁸ LERWILL, *op.cit.*

Mobilização nacional e a pandemia do novo Coronavírus

Antônio Celente Videira ^a

Resumo: A pandemia do novo Coronavírus é o atual inimigo da humanidade e, em especial, do nosso País. Na acepção da palavra, não é considerada agressão estrangeira, mas é uma guerra subliminar que corrói a economia nacional e dizima vidas humanas. É outro tipo de conflito não contemplado pela legislação, mas que deve ser considerado, diante do novo quadro ameaçador que vem se despontando nas últimas décadas. Enquanto o bombardeio aéreo estratégico destrói fábricas, rodovias, ferrovias e pontes, na zona de combate, o ataque por vírus extermina empregos, empresas, lazer e a liberdade no espaço global. O presente artigo analisa a capacidade do Sistema Nacional de Mobilização em face da pandemia.

Palavras-chave: Pandemia, mobilização nacional, Coronavírus.

A pandemia do novo Coronavírus passa mais pela coordenação de gestão do que, propriamente, de iniciativas e protocolos da área de saúde.

Na verdade, a quarentena é para evitar um colapso no Sistema de Saúde, cuja infraestrutura torna-se deficitária e calamitosa. Mas, diante dessa ameaça, as providências evidenciadas, na mídia e por autoridades, são para suportar a demanda que a virose impõe.

Diante disso, pode-se dizer que se está vivendo um momento de Mobilização Nacional, naquilo interpretado pelo Ministério da Defesa, mas sem acionamento do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), aliás, nunca efetivado desde sua criação.

O SINAMOB, sancionado pela Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008, é um conjunto de órgãos

^a Coronel de Intendência da Aeronáutica. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



que atua de forma ordenada e integrada para planejar e realizar todas as fases da Mobilização e Desmobilização Nacionais. Tem como órgão central o Ministério da Defesa e órgãos setoriais que responderão pelas áreas política, econômica, social, psicológica, defesa civil e segurança e defesa.

Contido no bojo da legislação pertinente e já mencionada, define-se Mobilização Nacional como o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o país a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira.

Na verdade, a pandemia do Novo Coronavírus, na acepção da palavra, não é considerada agressão estrangeira, mas é uma guerra subliminar que corrói a economia nacional e dizima vidas humanas. É outro tipo de conflito não contemplado pela legislação, mas que deve ser considerado, diante do novo quadro ameaçador que vem se despontando nas últimas décadas. Enquanto o bombardeio aéreo

estratégico destrói fábricas, rodovias, ferrovias e pontes, na zona de combate, o ataque por vírus extermina empregos, empresas, lazer e a liberdade no espaço global.

Mas o que é Mobilização Nacional? Qual a diferença entre Mobilização e Logística? Costumo narrar em minhas palestras e artigos que Mobilização Nacional é uma Logística “parruda”. Explico: a fronteira entre Mobilização e Logística é muito tênue. É motivo de discussão e debate dos estudiosos e especialistas do assunto que prestam e prestaram serviço no Ministério da Defesa e nas Escolas de Altos Estudos Militares.

Tenho o hábito de dizer que Logística é tudo que dispõe imediatamente nos estoques ou no mercado para pronta entrega, ou ainda, acessível baseado em planejamentos que culminem em aquisições educativas e lotes econômicos. Já Mobilização complementa a Logística, de acordo com a própria definição já citada, retratada em ações céleres, do potencial produtivo da nação, na busca de meios inexistentes, chegando até mudar a



linha de produção de fábricas, naquele momento, e indispensáveis ao êxito da missão. Esta pode ser representada pela conquista de um território ou vitória sobre um mal que venha acometer uma comunidade, a partir de forças da natureza ou flagelos epidêmicos.

A pandemia do novo Coronavírus é o atual inimigo da humanidade e, em especial, do nosso país. Evidentemente que requer o acionamento do SINAMOB, por se tratar de uma batalha com outra feição. Na verdade, esse dispositivo não foi desencadeado e nem outorgado, mas vive-se, na prática, um estado de conflito planetário e pátrio regional. Quando, no dia 13 de março do corrente, o Presidente da República fez uma videoconferência, no Palácio do Governo, com empresários, tendo à frente o atual Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), cuja voz convocava e convergia outros empresários, fomentava ali condutas de Mobilização Nacional.

A Fábrica KTK Indústria, Importação, Exportação e Comércio

de Equipamentos Hospitalares Ltda, a Magnamed Inovação Inteligente para a Vida, a Positivo e Flextronics, a Flex Relacionamentos Inteligentes, a Leitsung do Brasil, a Weg Energia, a Mercedes Benz, Fiat Chrysler, a Suzano e Klabin articulam-se para fazer respiradores e ventiladores, bem com reparação dos indisponíveis em hospitais. Tanto a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos como a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores são protagonistas nos empreendimentos sob a responsabilidade dos grupos industriais e automotivos, respectivamente afiliados. Ainda na fabricação de equipamentos hospitalares, a Indústria de Defesa do Brasil está se mobilizando, por meio da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, para sincronizar suas ações para responder, com suas cerca de 200 empresas associadas, as necessidades do Governo. As empresas de defesa, na sua grande maioria, produzem itens duais, com tecnologia sensível, que atendem



tanto ao segmento militar quanto ao civil. Essa característica facilita tais indústrias mudarem suas linhas produtivas, na busca da nacionalização de peças, componentes ou conjuntos maiores, por meio da engenharia reversa, saindo de um contexto bélico, para emprego do material utilizado na sociedade.

O equipamento de proteção individual (EPI), nas suas diversas variações, como por exemplo, máscara cirúrgica, avental, luva, gorro e óculos de proteção têm como fornecedores a Hightech Comunicação Visual, a PlastLab, a Vauxhal, a 3M do Brasil e outras tantas empresas para atender a demanda iminente. Cooperativas de costureiras estão sendo acionadas para o serviço, assim como o Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimentos pelo Ar, da Brigada de Infantaria Paraquedista, também entrou no rol dos que estão produzindo máscaras descartáveis.

Quanto ao álcool gel, a AM-BEV, laboratórios universitários, empresas de cosméticos estabeleceram novas linhas de produção

exclusivas, dentro de seus parques produtivos, na busca em atender as solicitações do Sistema de Saúde. O produto é destinado aos hospitais públicos nos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, onde se concentra a maioria dos casos.

No que tange ao escoamento de suprimento, a Souza Cruz disponibilizou a sua malha logística, com veículos para vazão a diversos destinos. Isso também foi válido com Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores, que se comprometeu com o Ministro da Infraestrutura a manter o abastecimento dos supermercados, nos centros urbanos, assim como disponibilizando seus caminhões para a movimentação de cargas indispensáveis ao Sistema de Saúde. No que tange ao transporte de EPI e respiradores, oriundos da China, o Ministério da Infraestrutura está fazendo tratativas com as companhias aéreas, no sentido de mudarem as configurações internas das aeronaves, transformando aviões de passageiros em cargueiros. A Força Aérea Brasilei-



ra, com sua frota aérea, que atende a seus corredores de suprimento, também, será empregada, em menor escala, já que cada aeronave suporta no máximo 26 toneladas e os das companhias aéreas até 100 toneladas.

Parcerias entre governos federal, estadual e municipal, além de empresas automotivas com apoio das forças armadas erguem hospitais de campanha, como reforço, objetivando fazerem triagem de casos suspeitos do Covid-19, para internação, e liberarem leitos nos hospitais centrais. A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis colocou à disposição do Ministério do Turismo unidades hoteleiras, para servirem, temporariamente, como centros de isolamento para quem contraísse o Coronavírus, principalmente pessoas desassistidas, que não têm residência, portanto, moradores de rua.

Se a quantidade de leitos existentes no serviço público não for suficiente, outros mais serão recorridos na rede privada. Há ainda a previsão em se alugar leitos, visando atender o pico de demanda dos

pacientes que precisam de isolamento e com leve infecção. Já os testes para confirmação de casos de Coronavírus serão adquiridos no mercado local, bem como comercializado no exterior, cuja aquisição principal é de fornecedores chineses. Na busca por fontes diversas de insumos, o Ministério da Economia foi de extrema importância, à medida que ofertou ao Ministério da Saúde cadastro com diversos fornecedores. O Projeto APOLO, do Ministério da Defesa, também seria uma fonte de extrema relevância, uma vez que dispõe de provedores e órgãos estratégicos, georeferenciados, que poderiam e podem ser usados nos casos de calamidade.

Todas essas ações estão no espectro conceitual da Mobilização Nacional que, mesmo aplicadas no cenário nacional, não houve respaldo legal. Por outro lado, nos Estados Unidos, o Presidente do país invocou o Ato de Produção de Defesa, recurso adotado nos anos 1950, na Guerra da Coreia, e depois durante a Guerra Fria, análoga ao SINAMOB, para enfrentar o



Covid-19. Esse dispositivo legal estabelece, naquele país, mecanismos para alocar materiais, serviços e organizações para promover a defesa nacional, obrigando empresas a firmarem contratos com esta finalidade.

Por outro lado, aqui no Brasil, o Ministério da Defesa ativou o Centro de Operações, para fornecer ajuda logística e operacional ao Governo Federal, durante o período de combate à pandemia, visando o controle de passageiros e tripulantes nos aeroportos, portos e terminais marítimos, e no controle de acesso das fronteiras. No que tange à Mobilização Nacional, o Governo criou, em ato publicado no Diário Oficial da União, de 24 de março, o Centro de Coordenação das Operações do Comitê de Crise da Covid-19. Estabeleceu como órgão executivo e operacional, o Gabinete de Crises, sob a coordenação da Casa Civil. Interessante que esse Gabinete de Crises funcionou como o Comitê do SINAMOB, colegiado de caráter deliberativo, no âmbito de suas competências, Presidido pelo Mi-

nistro de Estado da Defesa, e demais ministérios e órgãos componentes daquele Sistema, tudo previsto no Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008.

Mas se o SINAMOB não foi acionado, o mesmo foi testado e se comprovou que é possível implementá-lo, já que a Nação, como um todo, representada por seus diversos segmentos sociais e profissionais, respondeu com proficiência a convocação do Estado. Esse aspecto é relevante e digno de enaltecimento. O brasileiro, quando convocado, demonstra não só o seu destemor, mas também sua solidariedade.

Por tudo isso, deve-se olhar com exaltação, também, a Escola Superior de Guerra, centro do conhecimento do Poder Nacional, cujos cursos, lá ministrados, unem a elite do país, a estudar os destinos do Brasil. Nesse contexto, o Curso de Logística e Mobilização Nacional, durante 28 anos, é o centro irradiador dos recursos humanos dessa nova governança, a Mobilização Nacional. Com isso, o que está em jogo é o potencial e a com-



petência daqueles que podem e sabem fazer. A estrutura do SINAMOB está pronta e, portanto, à disposição da Nação. Acreditar nisso é o primeiro passo para o enfrentamento das adversidades que possam surgir.

RESENHA

Brava gente brasileira: patrulhas da FEB no front italiano 1944-1945

Armando Alexandre dos Santos ^a

ROSA, José Eduardo do Amaral. Brava gente brasileira: patrulhas da FEB. São Paulo: Letras do Pensamento, 2019.

A participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, embora limitada ao último ano do conflito, marcou profundamente a sociedade brasileira e não foi esquecida – se bem que, é de justiça dizer, deveriam ser muito mais reverenciados e prestigiados do que são os veteranos brasileiros, muitos deles voluntários, que tomaram parte das lutas na Itália, como também no policiamento do nosso litoral.

A Editora Letras do Pensamento, de São Paulo, acaba de lançar mais um título que vem enriquecer a bibliografia disponível sobre o tema. Trata-se do livro

Brava Gente Brasileira: Patrulhas da FEB no Front italiano – 1944-1945, de autoria de José Eduardo do Amaral Rosa.

Costuma-se dizer que existem duas visões inteiramente dicotômicas e divergentes de uma guerra, a dos vencedores e a dos vencidos. É verdade, assim como também é verdade que quase sempre são os vencedores que escrevem a “história oficial” dos acontecimentos. Mas também podemos falar de outra divergência de enfoques, de natureza bem diversa, que ocorre entre militares que lutaram ombro a ombro, atuando no mesmo lado de um conflito.

^a Professor. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Refiro-me a comandantes e comandados, que geralmente têm visões muito distintas, não divergentes, mas diferentes. É natural que assim seja. O comandante considera mais o conjunto das operações, enquanto o comandado tem a atenção mais voltada para o particular. São visões complementares, que não se excluem. O comandante se concentra nos panoramas gerais e forma uma visão de conjunto, abrangente do ponto de vista tático e estratégico; ele não pode, naturalmente, perder o foco de sua atenção *major* detendo-se nos aspectos particulares e mais pormenorizados; já os comandados devem, por ofício, concentrar-se precisamente nesses aspectos *minores*, cada qual na sua alçada individual de atuação. O sucesso da operação depende da conjugação de ambos, comandantes e comandados, cada qual na esfera que lhe é própria. Tal se dá no calor da operação em curso, como também, muitos anos depois, nas memórias que cada qual conserva do conflito.

O historiador inglês Peter Burke comentou, em texto muito

conhecido e frequentemente citado, dois relatos da batalha de Waterloo. Uma exposição pormenorizada dessa batalha foi escrita pelo general que a venceu, o Duque de Wellington (1769-1852). Como ele próprio reconheceu, a vitória foi devida à providencial chegada, já no final da tarde de um dia chuvoso, das tropas do general prussiano Gebhard von Blücher (1742-1819). Até aquele momento, a decisão do combate estava incerta e havia ainda uma possibilidade muito grande de Napoleão sair vencedor. Mas a chegada de von Blücher, que vinha em marcha batida e conseguiu chegar a tempo, foi fatal para Napoleão e selou para sempre sua sorte.

Outra descrição da mesma batalha foi encontrada no diário de um soldado raso inglês que participou do combate e também registrou suas impressões e sua versão dos acontecimentos. São óticas diversas que permitem, aos historiadores de hoje, uma visão mais completa e abarcativa do grande acontecimento. Tanto o soldado quanto o generalíssimo participa-



ram da batalha. Portanto, o resultado dela deveu-se aos dois. Mas não se pode dizer que se deveu igualmente aos dois. As massas, as multidões, os anônimos, têm sem dúvida seu importante papel na História. Mas querer uma história sempre vista de baixo para cima, pode agradar à mentalidade “politicamente correta” de nossos dias, mas não condiz com a realidade dos fatos. Pois na História, muito pouca coisa se fez de grande, que não fosse obra de uns poucos. Uma cultura avançada, ensinava o historiador inglês Arnold Toynbee (1889-1975), somente pode ser construída com o trabalho de uma minoria criativa. No mesmo sentido, outro inglês, o jurista Henry Maine (1822-1888), afirmou que “tudo aquilo que tornou a Inglaterra rica e famosa foi obra de minorias, às vezes bem pequenas” (*Essais sur le gouvernement populaire*. Paris: Manoiné, 1887). E, para se falar em termos militares, nunca é demais lembrar o famoso dito atribuído a Alexandre Magno: “Eu não temeria um grupo de leões conduzidos por uma ovelha, mas

temeria um rebanho de ovelhas conduzidas por um leão.”

De qualquer forma, é sempre enriquecedor analisar os acontecimentos históricos nas duas óticas: na oficial, que normalmente provém dos grandes protagonistas, e também a partir de documentação primária de pessoas simples, que estão muito distantes dos centros de decisão do poder.

No caso concreto da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, é muito ampla a bibliografia existente, englobando livros técnicos de estratégia e tática militar, exposições históricas mais ou menos abrangentes e muitas obras de cunho memorialístico, geralmente produzidas por comandantes ou oficiais superiores. Além das obras clássicas – digamos assim – publicadas a respeito, incluindo memórias de participantes (a começar pelo livro de memórias do marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB), depoimentos diversos procedentes de integrantes da FEB, sobretudo daqueles que por sua posterior carreira militar, ou porque ocupa-



ram posições de destaque na vida civil, deixaram suas recordações registradas em letras de forma e em volumes impressos.

Já a visão da guerra na ótica do “pracinha”, do soldado raso ou do graduado, não é tão fácil de encontrar na bibliografia existente. Ou melhor, ela até existe, mas dispersa e perdida, ou inserida pontualmente em obras com enfoques mais generalistas, ou em blogs e sites da internet. Muitas vezes, são singelos e despretensiosos relatos pessoais, coligidos por filhos ou netos de antigos combatentes, que jamais sonharam em vê-los impressos em letras de forma.

Com muita dedicação, em anos de paciente labor, o autor, José Eduardo do Amaral Rosa – um gestor de empresas e representante comercial nascido em São Paulo 12 anos após o término da Segunda Guerra Mundial – compilou, analisou, classificou e, afinal reuniu em forma de livro dezenas desses relatos. Focalizou de modo especial a atuação das patrulhas de pracinhas; numa introdução breve, mas densa, contextualizou devidamente o en-

vio da FEB para a Itália e forneceu explicações técnicas indispensáveis para o leitor leigo, não acostumado com a terminologia militar. Seu trabalho vem preencher uma grave lacuna na bibliografia brasileira e, sobretudo, vem saldar uma dívida de justiça e de gratidão a tantos heróis anônimos que na Europa derramaram seu sangue pela nossa Pátria.

O autor, assim como eu, que fui convidado pela editora a redigir o prefácio, pertencemos a uma geração que nasceu depois do fim da Guerra, mas foi muito influenciada por ela. Ambos passamos nossa infância e nossa adolescência ouvindo, dos pais, tios e professores, inúmeros testemunhos sobre a Segunda Guerra Mundial. Mesmo brasileiros civis e não mobilizados, que não tiveram a glória de ser incorporados à FEB, todos de alguma forma colaboraram para o esforço comum de guerra. Relatos sobre os automóveis de gasôênio, sobre os *blackouts* que nossas cidades, especialmente as costeiras, faziam à noite, embalsamam nossas infâncias. No meu caso concreto,



tive a feliz oportunidade de ter acesso a uma rica coleção de “Seleções do Reader’s Digest” encontrada na casa de um tio, cobrindo quase toda a década de 1940 e a de 1950. Li, ou melhor, devorei toda essa coleção de revistas que traziam invariavelmente, a cada número, 5 ou 6 matérias sobre a Guerra.

O autor desde muito jovem estuda a Segunda Guerra Mundial e, de modo particular, a participação que nesse conflito teve o Brasil.

Eu sempre quis saber como os jovens pracinhas, daquela época, se sentiam ao serem convocados, ou qual o motivo que levava a se apresentarem voluntariamente, e como se comportaram no campo de luta. Queria saber por que a maioria da classe estudantil (universitária) não se apresentou à FEB, sendo ela uma das principais correntes ideológicas que clamaram pela declaração de guerra. Onde estavam aqueles que, nas diversas fotos da época, aparecem estimulando a massa popular a exigir a guerra? Quantos foram desses, que saíram às ruas pressionando o governo Vargas a vingar nossos mortos, dos torpedamentos em nosso litoral,

que se apresentaram às fileiras da FEB? (p. 35).

Uma razão de alegria me proporcionou a leitura da obra do Dr. José Eduardo do Amaral Rosa: a menção carinhosa e profundamente justa que faz do saudoso Dr. Tulio Carvalho Campello de Souza, que conheci muito bem em Pindamonhangaba, e com o qual mantive largas conversações, na década de 1970. Ele foi precisamente um dos jovens que, na Faculdade de Direito, mais se destacaram na oposição ao nazifascismo. E, coerente com suas ideias, foi dos primeiros que se apresentaram como voluntários para a FEB.

Ele falava muito sobre suas recordações de guerra, sobre seu ferimento em combate, sobre o tratamento bem sucedido que recebeu nos Estados Unidos. Conheci também sua Mãe, D. Maria Carvalho Campello, que muitas vezes me narrou, de modo tocante, sua visão pessoal do conflito, como mãe aflita que recebeu, certo dia, a notícia de que o filho fora ferido, mas cujos pormenores não estavam inteiramente claros. Como mãe,



tendia a ver o quadro de modo mais trágico do que realmente foi. Conheci também dois colegas do Dr. Túlio, seus contemporâneos de Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que me narraram várias vezes o ambiente de entusiasmo que tomou conta das velhas Arcadas quando o Brasil entrou no conflito. Foi nesse ambiente que se apresentou como voluntário o Dr. Túlio. Seus colegas, que não escondiam a admiração pelo Dr. Túlio, eram os Drs. José Fernando de Camargo e o Deputado Israel Dias Novaes. Fazia parte da mesma turma, ou pelo menos foi contemporâneo deles, o deputado Ulysses Guimarães, que não cheguei a conhecer pessoalmente.

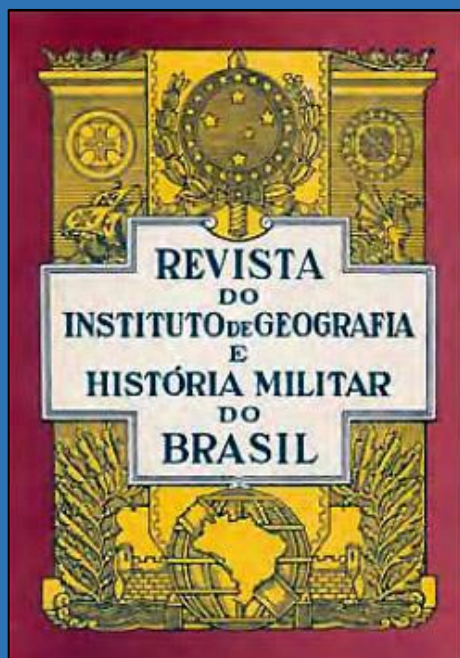
Em resumo, trata-se de um livro desprezioso, mas denso em conteúdo e, sobretudo, muito oportuno. Depois de décadas de sistemática demolição das grandes figuras da nossa História, parece afinal chegada a hora de as novas gerações brasileiras se voltarem para o passado, que deve ser visto tal como realmente ele foi, com suas sombras, sem dúvida, mas com a

intensa luz que nunca deixou de brilhar ao longo dos 520 anos de nossa existência.

O livro aqui resenhado constitui, acima de tudo, um indispensável ato de justiça para com o soldado brasileiro que lutou na Itália, aquele soldado que, nas palavras do autor,

representa a miscigenação das raças, da gente humilde de toda parte do país, da simplicidade, da humildade, do alto poder de improvisação, adaptação, resignação e resistência às adversidades, da sua determinação e do seu estoicismo nas horas críticas, da alegria natural e descontraída, da camaradagem espontânea, do respeito e do sentimento de solidariedade [...]. A impressão que nos passa, em todos os escritos por esses pracinhas, era a preocupação permanente em não decepcionar seus familiares, seus compatriotas aqui no Brasil e, principalmente, seus companheiros de luta, pois, apesar da sua simplicidade de ser, sabiam que ali estavam representando o nosso Brasil... (p. 17-18)

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 79 N° 107 2020

ISSN: 0020-3890